

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

TEORIAS DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA: A ATUALIZAÇÃO
NECESSÁRIA ANTE A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO

Marisa Silva Amaral

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leda Maria Paulani

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2012

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof^a. Dr^a. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina
Chefe do Departamento de Economia

Prof. Dr. Pedro Garcia Duarte
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

MARISA SILVA AMARAL

**TEORIAS DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA: A ATUALIZAÇÃO
NECESSÁRIA ANTE A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO**

Tese apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leda Maria Paulani

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Amaral, Marisa Silva

Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária
ante a financeirização do capitalismo / Marisa Silva Amaral. – São
Paulo, 2012.

147 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

Orientador: Leda Maria Paulani.

1. Economia política 2. Desenvolvimento econômico 3. Economia
marxista I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 330

A todos aqueles que fizeram parte da minha vida e da minha formação e que, portanto, tiveram responsabilidade direta ou indireta, imensa ou ínfima nos resultados desse trabalho, uma vez que foram, cada um a seu modo, responsáveis por quem sou, pelas minhas orientações e visão de mundo.

À memória do pai eletivo Antonio Maria da Silveira, com quem gostaria de ter podido dividir um pouco das alegrias e aflições do processo.

Àqueles que enxergam o fundo político que rege este trabalho e que, portanto, veem nele algo de transformador.

AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos desta tese de doutorado me parece, sem exageros, quase tão difícil quanto redigir a própria tese. Digo isso porque este trabalho teve como pano de fundo tantas mudanças, transformações e reviravoltas do ponto de vista pessoal e acadêmico, que muitas foram as pessoas demandadas a me socorrer e a me acolher nos mais variados momentos e pelas mais variadas razões, de modo que trata-se de um esforço um tanto ingrato oferecer a elas, num espaço tão curto, toda a reverência que merecem.

De todas essas pessoas, não poderia deixar de começar com a Prof^a. Leda Paulani, com quem contraí uma dívida que não se paga sequer com todos os títulos, ações e derivativos que circulam por toda a economia mundial. Dos “bicos” necessários para minha manutenção na cidade de São Paulo enquanto a bolsa não vinha até a liberdade irrestrita na escolha e desenvolvimento do tema, a Prof^a. Leda me ofereceu tudo, carona, almoço, jantar, dinheiro, álibi, paciência, complacência, além de ter enfrentado uma série de constrangimentos para se posicionar a meu favor, mesmo quando eu nem estava tão certa assim. Foi, por tudo isso, minha parceira no crime! É uma honra ter o seu nome neste trabalho como minha orientadora e fico imensamente orgulhosa e feliz por poder mencioná-la como uma grande amiga. Essa nossa aproximação me fez admirá-la para além dos seus trabalhos acadêmicos e me ensinou muito sobre coerência, ética, caráter, paixão, compromisso, humanidade *and so on*.

Devo sinceros agradecimentos ao Prof. Eleutério Prado, que me recebeu tão bem e com tanto entusiasmo em meio à frieza inicial própria dos ambientes que nos são estranhos, além de ter me oferecido sugestões preciosas para o desenvolvimento da tese; ao Prof. Gilberto Tadeu Lima, cuja competência, mente aberta e bom humor me apresentaram uma mostra muito saudável da delícia que é debater ideias; ao Prof. Renato Colistete, que, por ser tão humano, soube entender com a maior benevolência possível um momento difícil que eu atravessava e a quem devo até hoje um trabalho que fiquei com muita gana de fazer a partir de suas instigantes provocações e que espero poder finalizar quando passarem as turbulências referentes ao doutoramento; ao Prof. Raul Cristóvão, pela leveza e liberdade com que conduziu o curso de Desenvolvimento Econômico; ao Prof. Nelson Nozoe, que me proporcionou a chance de assisti-lo durante um ano em meus estágios em docência e cuja profundidade analítica e competência enriqueceram enormemente minhas apreensões acerca da formação econômica e social do Brasil. Agradeço também aos Profs. João Machado Borges Neto e Alexandre Macchione Saes pelas suas precisas e importantes observações a

versões ainda incipientes deste trabalho. No caso do Prof. Alexandre, devo também agradecer pelas percepções que expôs em relação ao trabalho concluído, na ocasião da defesa, apontando para instigantes caminhos possíveis do ponto de vista de uma agenda de pesquisa futura.

Devo aqui estender meus agradecimentos aos Profs. Francisco de Oliveira e Paulo Nakatani, que tão gentilmente se dispuseram a compor a banca de defesa da tese e que, na oportunidade, trouxeram inestimáveis contribuições e importantes provocações, que me abasteceram de um sem-número de questões nas quais pensar pelos próximos anos da minha trajetória acadêmica.

A todos os funcionários que compõem a FEA-USP, em especial a Maria Aparecida Sales, que me quebrou todos os galhos, me forneceu todas as informações, torceu, se alegrou, se preocupou e, por tudo isso, participou da minha trajetória no doutorado como poucos fizeram, e Lucimara Aparecida do Nascimento, que, nos momentos finais, foi figura imprescindível para me manter tranquila em relação a datas, prazos, adiamentos, documentações e outros aspectos burocráticos relacionados ao encerramento doutorado.

Agradeço aos novos e grandes amigos “paulistanos” de tudo quanto é lugar: Jacqueline Cambota, com quem estreitei muitos vínculos e por quem desenvolvi um carinho irrevogável; Fernanda Cardoso, testemunha ocular de alguns choros, conflitos, inseguranças, escorregões no barro e falta de malemolência nos poucos, mas inesquecíveis sambas em que fomos juntas; Ana Giuberti, por sua vivacidade, inteligência e carinho; Alexandre Andrada e Gustavo Barros, ambos donos de uma inteligência e de uma sagacidade invejáveis; Andrea Lucchesi, minha mais grata surpresa; Monika Meirelles e André Mountian, minhas últimas “aquisições”.

Pensando nos momentos anteriores à minha vinda para São Paulo, devo sinceros agradecimentos ao Prof. Marcelo Carcanholo, que me acompanhou durante boa parte da minha trajetória acadêmica e com quem construí os *insights* iniciais que me levaram a esta tese, de modo que, sem atribuir-lhe os erros, eu diria que este trabalho, de certa forma, o pertence – mais ainda por sua admirável participação na banca de defesa, pela qual devo externar os meus mais genuínos agradecimentos; ao Prof. José Rubens Garlipp, cuja recomendação teve peso fundamental para que a Prof^a. Leda aceitasse assumir minha orientação; ao Prof. Niemeyer Almeida Filho, que me emprestou com todo o carinho seu apartamento em São Paulo para que eu pudesse me alojar durante a realização das provas de seleção; ao Prof. Flávio Vilela Vieira, que, com muito cuidado e presteza, me forneceu

material para que eu me preparasse para o exame de Macro; a Pitágoras Justino, que me abriu as portas de sua casa, me suportou como hóspede por quase dois meses e se tornou um amigo querido que carrego pela vida; a Heládio Leme, que passou de professor a amigo, de uma generosidade intelectual gritante e de um senso de inclusão que acabou por me apresentar muito do bom de São Paulo.

Pensando em minha ida a Londres para realização do doutorado sanduíche, devo agradecer, inicialmente, ao Prof. Costas Lapavitsas, que aceitou me receber na SOAS, *University of London*, assumindo a supervisão do meu trabalho, acreditando na minha proposta e na minha capacidade de desenvolvê-la, me abrindo espaços, caminhos e me oferecendo contrapontos e comentários fundamentais para que o trabalho tomasse a forma que adquiriu; ao Prof. Alfredo Saad Filho, com quem troquei muitas figurinhas e que demonstrou um entusiasmo enorme diante dos caminhos que eu pretendia seguir, além de ter me acolhido muito carinhosamente sempre que pôde em Londres e de ter me sugerido literaturas vastas dentro dos debates que eu pretendia conduzir; a Juan Pablo Paineira, por tornar muito mais fácil o processo que culminou com minha mudança e por ter sido elo imprescindível entre mim e tudo o que me aguardava nesta nova etapa (nem os melhores CD's de jazz são suficientes para agradecer por toda a ajuda, o carinho e a acolhida!); a Andriei Gutierrez e Ludmila Abílio, que me ofereceram os melhores estímulos a este esforço de mudança; a Matthew Murphy, por tentar me fazer entender o inglês britânico; a Andrew Kennedy, por estimular minha participação em espaços de militância política; a Sandra Bello, William Júnior, Márcio Motta, Maria Adelaide Martignago, Arquimedes Martignago, Carolina Zeferino e Ana Santos, que fizeram as vezes de família em Londres; a Petterson Molina, Ana Carolina Lima, Ana Carolina Piacentini, Felipe Loureiro, Rodrigo Emmanuel Santana, Priscila Falco, Sávio Cavalcante, Abelardo Mariña, Luiz Guilherme Atzingen, pessoas com quem dividi ótimos momentos, algo fundamental para espantar a palidez dos dias cinzas; finalmente, estes agradecimentos não estariam completos se eu não falasse dos grandes ombros, braços, colos, ouvidos, irmãos que foram para mim Márcia Cunha e Nilton Ota, que me deram a chance de angariar novos amores já nesta altura da vida.

Agradeço enormemente a Mathias Luce, Fábio Marvulle Bueno e Jeff Powell, pela interlocução e por sua inteligência e disponibilidade ao discutirem comigo vários aspectos ao longo do processo de pesquisa.

A Rosana Ribeiro, que se tornou uma grande e franca amiga, além de companheira de “circuito cultural paulistano”. A minha irmã eletiva Amanda Cunha, que, mesmo sempre com

“um tanto de trem pra fazer”, nunca me deixou na mão e é das pessoas mais generosas e doces que conheço.

Aos amigos de sempre, Michelle Borges, Grasiela Baruco, Pedro Henrique Duarte, Samantha Cunha e Juliana Drigo, que nunca estiveram tão presentes e nunca foram tão fundamentais como nesta etapa da vida.

Aos meus pais Alcione e Evandro; aos meus irmãos Marcos e Murilo; aos meus sobrinhos Ana Carolina, Frederico e Maria Cecília; a minha tia Tânia; a minha cunhada Luciana... A eles não há palavras que sirvam, abraços que bastem, dedicação que pague tudo o que representam. Impossível agradecer a paciência, compreensão e amor que sempre me dedicaram, em especial diante de tantas idas e vindas.

A Raul Bragheto, meu parceiro em muitos outros crimes (inclusive os literais!), a pessoa que não me negou nem o que eu precisei de mais absurdo e por quem, haja o que houver, tenho uma gratidão profunda e impossível de ser expressa.

Finalmente, pude contar com o apoio imprescindível do CNPq e da CAPES, que, por meio da concessão de bolsa de estudos, viabilizaram minha manutenção em São Paulo e, posteriormente, em Londres. Neste sentido, me remeto ao povo brasileiro que foi quem verdadeiramente financiou toda a minha trajetória acadêmica e, por isso, com quem eu tenho os maiores débitos.

Muito obrigada, gente!

“I am a pessimist in the sense that we are approaching dangerous times. But I am an optimist for exactly the same reason. Pessimism means things are getting messy. Optimism means these are precisely the times when change is possible.”
(Slavoj Zizek, The Guardian, 10/06/2012)

RESUMO

Três eixos de discussão são propostos neste trabalho. O primeiro é o de que, especialmente a partir dos anos 1970-1980, dado o ganho de hegemonia da estratégia neoliberal de desenvolvimento, o capitalismo teria ingressado numa nova fase. Entre todas as teorias desenvolvidas a fim de defender esta proposta, destacam-se aquelas que dão especial atenção ao aspecto financeiro das transformações recentes na dinâmica capitalista, enfatizando a importância histórica assumida pela valorização fictícia do capital neste período. Daí emerge o segundo eixo, com a compreensão de que tal desenvolvimento do sistema capitalista – no sentido de processualidade e não de avanço – leva a uma redefinição/ampliação daqueles que seriam os traços essenciais do imperialismo contemporâneo, constituindo-se, por isso, uma nova fase do imperialismo. Neste sentido, estaríamos ainda sob as bases de um imperialismo capitalista, embora o “imperialismo contemporâneo” deva ser entendido como uma complexificação do “imperialismo clássico”. Dito isto, insurge o terceiro eixo de discussão: entendendo a teoria da dependência como um complemento necessário às teses do imperialismo, se temos uma nova fase do capitalismo e uma nova fase do imperialismo, temos também, necessariamente, uma nova fase da dependência. A presente proposta de pesquisa tem como objeto, portanto, uma tentativa de perceber como a dependência, assumida na perspectiva da teoria marxista da dependência, se estabelece nos marcos dessa nova fase ou no interior da lógica de valorização capitalista atual.

Palavras-chave: financeirização, imperialismo clássico, imperialismo contemporâneo, teoria da dependência.

ABSTRACT

Three axes of discussion are proposed in this paper. The first is that, especially from the years 1970-1980, considering the gain of hegemony of the neoliberal strategy of development, capitalism is undergoing substantial changes in its form of organization and operation and, therefore, would have entered in a new phase. Among all the theories developed in order to defend this proposal, we highlight those that give special attention to the financial aspect of the recent transformations in capitalist dynamics, emphasizing the historical importance assumed by fictitious valuation of capital in this period. Thus emerges the second axis, with the understanding that such development of the capitalist system – in the sense of process, not improvement – leads to a redefinition/expansion of those that would be the essential features of contemporary imperialism, constituting therefore a new phase of imperialism. In this sense, we are still under the foundations of a capitalist imperialism, even though the “contemporary imperialism” should be understood as a complexification of “classical imperialism”. That said it arises the third point: understanding the Dependency Theory as a necessary complement to the theories of imperialism, if we have a new phase of capitalism and a new phase of imperialism, it seems fair to say that we have also, necessarily, a new phase of dependence. The proposed research aims, therefore, an attempt to understand how the dependence, assumed by the standpoint of Marxist Dependence Theory, is established within the framework of this new phase or within the current capitalist logic of valorization.

Key words: financialisation, classical imperialism, contemporary imperialism, Dependency Theory.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	3
--------------------	---

PARTE I: OS CLÁSSICOS DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 1 - A teoria clássica do imperialismo _____	11
--	----

1.1 Rudolf Hilferding _____	12
-----------------------------	----

1.2 Rosa Luxemburgo _____	15
---------------------------	----

1.3 Karl Kautsky _____	19
------------------------	----

1.4 Nicolai Bukharin _____	22
----------------------------	----

1.5 Vladimir I. U. Lenin _____	22
--------------------------------	----

CAPÍTULO 2 - Interpretações sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina: a teoria da dependência como complemento necessário às teses sobre o imperialismo__	27
--	----

2.1 Os traços comuns às várias vertentes da teoria da dependência _____	28
---	----

2.2 A versão weberiana da dependência: a concepção de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto _____	33
--	----

2.3 A versão marxista da dependência _____	41
--	----

2.3.1 <i>Acumulação capitalista, exército industrial de reserva e superexploração da força de trabalho</i> _____	45
--	----

2.3.2 <i>A política de integração ao imperialismo e o subimperialismo como seu desdobramento imediato</i> _____	64
---	----

PARTE II: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO

CAPÍTULO 3 - Sobre a constituição de uma nova fase do capitalismo definida pela importância histórica adquirida pelas formas financeiras de valorização do capital__	69
--	----

3.1 Transformações histórico-institucionais que marcam o avanço da valorização do capital pela via financeira _____	70
3.2 Críticas e traços essenciais do processo de financeirização _____	82
3.3 A financeirização e uma nova fase do capitalismo? _____	89

CAPÍTULO 4 - Debates contemporâneos sobre o imperialismo: o vislumbre de uma nova fase do imperialismo _____	91
--	----

4.1 As contribuições marxistas anti- <i>Império</i> _____	94
4.2 Uma nova fase do imperialismo? _____	105

PARTE III: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FASE DA DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 5 - Sobre a constituição de uma nova fase da dependência dada a nova fase do imperialismo _____	111
--	-----

5.1 Os termos gerais da inserção externa latino-americana num contexto de capitalismo financeirizado _____	112
5.2 O caso brasileiro como emblema da financeirização dos países periféricos latino-americanos _____	116
5.3 Tipologia das formas de extração de excedentes das economias dependentes pelas centrais _____	122
5.4 Elementos para repensar a dependência hoje: à guisa de conclusão _____	127

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	138
----------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Diversos analistas têm advogado em favor da ideia de que o capitalismo, desde os anos 1970/1980, vem atravessando mudanças substanciais em sua forma de organização e funcionamento e que, portanto, teria ingressado em uma nova fase. De todas as teses desenvolvidas no sentido de defender tal proposta, nos são mais caras aquelas que conferem especial importância ao aspecto financeiro das transformações recentes na dinâmica capitalista.

O brutal crescimento da riqueza fictícia, analisada com base no estoque mundial de ativos financeiros, relativamente à renda real mundial no período compreendido entre 1980 e 2006 (o PIB mundial cresce 314% enquanto a riqueza financeira mundial aumenta em 1292%, de acordo com dados da *McKinseys Global Institute* e do FMI, elaborados por Paulani, 2009) justifica em grande medida essa nossa adesão e aproximação às teses da financeirização.

Ao que nos parece, portanto, no mínimo, o que se tem é um novo guia ou um novo fator determinante e condicionador da capacidade de crescer (e se desenvolver) das economias periféricas. E isso se sustenta tanto pelo anêmico crescimento do produto nos países latino-americanos nas décadas de 80, 90 e na atual frente a um incremento substancial dos estoques financeiros, quanto pelo fato de que os ganhos financeiros ocorrem em detrimento daqueles referentes ao fator trabalho.

Este primeiro eixo teórico-analítico, apenas mencionado nesta introdução, é o que motiva toda a discussão proposta no presente trabalho e que nos conduz a um primeiro questionamento relativo às teorias clássicas do imperialismo – que representarão o pontapé inicial de toda a discussão empreendida na tese: o imperialismo, tal como descrito pelos teóricos marxistas que se debruçaram sobre esse tema durante o primeiro quarto do século XX, permanece vivo? Suas características são as mesmas percebidas pelos teóricos “clássicos”?

A resposta intuitiva inicial que temos a oferecer a partir das teses das quais nos aproximamos é a de que as relações econômicas internacionais são, ainda hoje – e com

mais vigor do que no passado –, pautadas pela ação imperialista empreendida por determinadas estruturas capitalistas através da intensificação do movimento de capitais, sustentando a necessidade de que estas estruturas definam o plano mundial como sua esfera de atuação. Portanto, o entendimento é o de que ainda estamos sob as bases de um imperialismo capitalista, embora o “imperialismo contemporâneo” divirja do “imperialismo clássico”, não no sentido de se opor a ele, mas no sentido de sua complexificação, dado que o capitalismo passa a apresentar traços ainda inexistentes no período de análise sobre o qual os teóricos clássicos se debruçaram. Constitui-se, assim, uma nova fase do imperialismo, algo que Sotelo Valencia denomina “neoimperialismo”, isto é, “[...] a fusão das características do imperialismo clássico (1860-1989) com as novas qualidades e formulações que assume o imperialismo contemporâneo (1990-2006)”,¹ (2007, p. 36, tradução própria) que tem o neoliberalismo como sua base de sustentação, não apenas em termos ideológicos, mas também político-concretos.

Assim sendo, a partir do momento em que compreendemos o capitalismo como um modo de produção que evolui e que, por isso, pode, ao longo do tempo, assumir diferentes formas históricas mantendo intacto seu conteúdo, podemos entender o imperialismo como uma fase particular do capitalismo – tal como propunha Lenin – que comporta dentro de si vários momentos históricos.

Tal perspectiva é perfeitamente compatível com a proposta de Lenin, para quem o sentido de uma “fase superior do capitalismo” estava vinculado à ideia de uma fase contemporânea (a seu tempo, evidentemente), de uma fase recente e não de uma fase final, da última fase, depois da qual nada mais poderia existir. Sotelo Valencia (2007, pp. 18-19) recorre aos trabalhos de Beinstein (2001) e Bernis (1988) para defender essa percepção, com a qual, dado o exposto, concordamos.

Além disso, Lenin afirma:

[...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a

¹ “[...] *la fusión de los rasgos del imperialismo clásico (1860-1989) con las nuevas cualidades y formulaciones que asume el imperialismo contemporáneo (1990-2006).*”

transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. (2009, p. 125)

Se tomamos como correta a percepção de Lenin, podemos daí apreender que, como o monopólio é ainda predominante, e como uma estrutura econômica e social mais elevada ainda não se constituiu, ainda estamos sob a vigência do imperialismo, que, no momento atual, se apresenta com uma nova roupagem.

Isto posto, emerge a segunda e principal questão proposta neste trabalho: compreendendo a teoria da dependência como uma complementação necessária às teses do imperialismo, se a constituição de uma nova fase do capitalismo traz à tona a conformação de uma nova fase do imperialismo, seria correto afirmar que a teoria da dependência carece de atualização? Ou seja, uma vez que os elementos condutores do processo de acumulação no período atual se renovam e se complexificam, dando origem ao que podemos chamar de “nova fase do capitalismo”, e que esse desenvolvimento – no sentido de processualidade e não de avanço – leva a uma redefinição/ampliação daqueles que seriam os traços essenciais do imperialismo contemporâneo, seria correto falar também em uma “nova fase da dependência”? Dadas aquelas alterações mais gerais no âmbito do capitalismo (e do imperialismo) mundial, alteram-se os traços definidores da dependência vivida pelos países periféricos, em especial os da América Latina?

A resposta intuitiva inicial que temos a oferecer a esta segunda questão é positiva, isto é, considerando corretas as teses favoráveis à constituição de uma nova fase do capitalismo, com destaque para a importância histórica assumida pela valorização fictícia do capital especialmente a partir dos anos 1970-1980, nos parece que se constitui, nesse mesmo momento, uma nova etapa da dependência, vinculada às transformações que se processam no capitalismo nesse período.

Sendo assim, e, como já dito, entendendo a teoria da dependência como um complemento às teses do imperialismo, torna-se lícito afirmar que, se o imperialismo tem alteradas as suas características, devemos nos dedicar a entender o que se altera nas economias dependentes. Isto é, se temos uma nova fase do capitalismo e uma nova fase do imperialismo, temos também, necessariamente, uma nova fase da dependência, de modo

que tal atualização/recharacterização não só é conveniente como também necessária, passando a ser, pois, o propósito final do qual pretendemos nos aproximar neste trabalho.

Como bem reconhece Cardoso, “[...] como complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência necessita, sem dúvida, que se revise continuamente a periodização da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo”² (1976, p. 103, tradução própria). Dos Santos (1980) também aponta para a possibilidade e necessidade de ampliação e reformulação da teoria da dependência, dada sua complementaridade necessária em relação à teoria do imperialismo, e Sotelo Valencia afirma de modo conclusivo:

Observação sensata a de que os conceitos (abstratos) correspondem a situações histórico-concretas e, portanto, têm a imperiosa necessidade de ser constantemente redefinidos em função da periodização – e das mudanças que se gestam – do desenvolvimento do capitalismo como modo histórico de produção que vai experimentando transformações desde a fase cooperativa e imperialista passando pela Grande Indústria e sua fase manufatureira até sua atual configuração informática.³ (2007, p. 31, tradução própria)

Nesse sentido, é necessário dizer que o calor das discussões e avanços ocorridos nos anos 60 acerca do tipo de desenvolvimento específico vivido pelos países latino-americanos rendeu uma análise importante de Caputo e Pizarro (1975) envolvendo o intercâmbio desigual no nível do comércio internacional, por meio do levantamento de informações referentes aos Investimentos Externos Diretos (IED) direcionados a esses países. Tal contribuição representou uma espécie de reforço àquelas considerações desenvolvidas no plano teórico pelos dependentistas, dentre os quais os próprios Caputo e Pizarro se incluem.

² “[...] como complemento a la teoría del imperialismo, la teoría de la dependencia necesita, por cierto, que se revise continuamente la periodización de la economía capitalista mundial y la caracterización de la etapa actual del imperialismo.”

³ “Observación atinada la de la necesidad de que los conceptos (abstractos) corresponden a situaciones histórico-concretas y, por ende, tienen la imperiosa necesidad de ser redefinidos constantemente en función de la periodización – y de los cambios que se gestan – del desarrollo del capitalismo en tanto modo histórico de producción que va experimentando transformaciones desde la fase cooperativa y la imperialista, pasando por la Gran Industria y su fase manufacterera hasta su actual configuración informática.”

Entretanto, esta análise nos parece insuficiente para dar conta do contexto atual, de modo que as três formas históricas de dependência reconhecidas naquele momento pelos pensadores que participaram dessa construção carecem de atualização. Mais do que isso, aquela que propomos como forma histórica atual de dependência precisa ser compreendida sob a égide e o comando daquele que parece ser o fator distintivo desta nova fase do capitalismo em relação às anteriores: a forte presença do capital portador de juros, sob a forma de uma crescente massa de riqueza financeira, ou, conforme se convencionou chamar na literatura recente, a presença de um intenso processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica financeira predominante sobre a lógica produtiva, isto é, ao ponto de o capital produtivo se subordinar e passar a ser conduzido pelo capital fictício, tal como definido por Marx.

Sendo assim, o problema que se apresenta é o de como se estabelece a dependência, dada essa nova configuração do capitalismo, essa sua nova fase ou esse novo e peculiar momento histórico. Cabe questionar qual o papel da periferia nesse contexto e quais são as características e determinantes da dependência nessa sua nova fase.

Para nos aproximarmos de tal propósito, este trabalho foi dividido em três partes. A primeira delas é composta por dois capítulos e busca fazer uma recuperação das ideias básicas presentes nas análises clássicas do imperialismo e da dependência. No primeiro capítulo nos dedicamos ao tratamento dos clássicos do imperialismo, dentre os quais se destacam as contribuições de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nicolai Bukharin e Vladimir Lenin. No segundo capítulo tratamos das principais contribuições acerca da teoria da dependência, discutindo as contribuições de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que denominamos de versão weberiana da dependência, e, com mais vigor, as apreensões de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que compõem a vertente marxista da dependência.

Na segunda parte deste trabalho discutimos os elementos que nos permitem concluir em favor de que o capitalismo ingressa numa nova fase, capitaneada especialmente pela vigência do processo de financeirização. Neste sentido, são apontadas, no Capítulo 3, as transformações no modo de operar do capitalismo que conduzem a este processo e a definição do processo enquanto tal e, no Capítulo 4, abordamos brevemente as principais

contribuições marxistas que indicam, cada uma a seu modo, a consolidação de uma nova fase do imperialismo.

Finalmente, na terceira parte do trabalho, composta pelo Capítulo 5, esboçamos os elementos que nos parecem primordiais na tentativa de repensar a dependência hoje, passando, antes, por um tratamento acerca do tipo de inserção das economias latino-americanas (de um modo geral) e brasileira (de forma emblemática) na lógica financeira mundial e, portanto, no próprio processo de globalização.

É evidente que sabemos do caráter pantanoso de todas estas questões. Entretanto, acreditamos que a importância do tema e sua impressionante vivacidade justificam o nosso atrevimento em tratá-lo, ainda que de maneira ensaística.

PARTE I: OS CLÁSSICOS DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 1

A TEORIA CLÁSSICA DO IMPERIALISMO

Com absoluta certeza, no futuro, pode-se caracterizar *somente uma* necessidade: tudo o que existe, cedo ou tarde, entrará em colapso. Só a mudança é eterna. O que existe morrerá e deverá morrer. E isso vale também para o imperialismo [...]. Um fenômeno que passará, que será “extirpado”. Sua superação é uma necessidade. O único problema é quando isso terá início.

(Karl Kautsky, 1915)

Apesar das palavras de Kautsky com as quais iniciamos este capítulo, ao que tudo indica, não chegou ainda o momento da morte do imperialismo, mas, ao contrário, o de sua sobrevivência ou de sua “reinvenção” sob uma nova roupagem. Essa nova roupagem, como veremos nos capítulos subsequentes, está associada à fase atual do capitalismo, na qual o processo de acumulação se dá sob a égide da assim chamada financeirização. Neste primeiro capítulo retomaremos as teses clássicas sobre essa temática, preparando o terreno para a reflexão posterior.

A temática do imperialismo é inaugurada a partir de *Imperialism* (1902)⁴ trabalho do economista britânico John Atkinson Hobson, que, ainda que escrevendo a partir da perspectiva ideológica dominante, “era capaz de lançar um lúcido olhar aos problemas de seu tempo e reconhecia a injustiça e os horrores do imperialismo” (BORÓN, 2006, pp. 469-470) e que, talvez por isto, tenha exercido tanta influência sobre as principais contribuições marxistas acerca do tema. Quanto a estas, nos referimos aqui aos trabalhos de Rudolf Hilferding (originalmente publicado em 1910), Rosa Luxemburgo (1912), Karl Kautsky (1914), Nicolai Bukharin (produzido em 1915 e publicado em 1917) e Vladimir Lenin (escrito em 1916 e publicado em 1917). Destes, os que adquirem maior importância para o estudo aqui proposto são os escritos de Hilferding (*O Capital Financeiro*), Rosa Luxemburgo (*A Acumulação de Capital*), Lenin (*Imperialismo, fase superior do capitalismo*) e Bukharin (*A*

⁴ Apesar de ter sido publicado em 1902, o referido trabalho foi escrito antes da publicação, em 1894, do outro trabalho de grande impacto de Hobson *The Evolution of Modern Capitalism: A Study of Machine Production*. A informação está na introdução, escrita por Tavares (1983), da edição deste último volume na coleção “Os Economistas” da Abril Cultural.

Economia Mundial e o Imperialismo), posto que se dedicam a apontar as características essenciais do capitalismo (convertido em imperialismo) no momento histórico em que desenvolvem suas análises, isto é, o período que se estende de 1860 até o ano de publicação de suas respectivas obras.⁵ Contudo, passaremos também, rapidamente pelas ideias de Kaustky, uma vez que ele é parte integrante desse debate.

Apesar de que não nos deteremos aqui na teoria de Hobson (1902), vale lembrar, para iniciar a exposição das ideias de Hilferding, Lenin e Bukharin que, para esse autor, que é o responsável pela, digamos assim, inauguração da temática do imperialismo, não é a busca de novos mercados, mas o emprego lucrativo de excedentes financeiros que está na base do imperialismo. Neste sentido, Hobson acentua o papel dos financistas e especuladores como o mais grave fator individual na constituição do que ele denomina “economia do imperialismo” (ou como figuras centrais do ponto de vista desta definição). Apesar do fato de outras paixões ou fatores não econômicos (como ambição política, busca por poder, militarismo, patriotismo ou simples aventura) serem fortemente estimulantes da expansão imperialista, o acento na obra de Hobson é dado à figura dos financistas e especuladores e do uso que fazem estes agentes do poder que possuem frente ao Estado no sentido de fazerem valer seus interesses particulares. Como veremos, Hobson exerce forte influência no primeiro clássico do imperialismo, escrito por Hilferding.

1.1 Rudolf Hilferding

A famosa obra de Rudolf Hilferding *O Capital Financeiro* é considerada a primeira análise de fundamentação marxista da transformação do capitalismo liberal e concorrencial do início do século XIX num sistema no qual vem a dominar o grande capital, monopolista e financeiro. No entanto, como observa Bottomore (1985, p. 10) na Introdução à Edição Inglesa dessa obra seminal, a teoria do imperialismo de Hilferding é plenamente desenvolvida apenas

⁵ Há aqui uma certa imprecisão de nossa parte, uma vez que as principais ideias de vários desses autores são ainda válidas para explicar o momento atual, mesmo que com algumas insuficiências decorrentes do fato de que o capitalismo teve um século de história após a publicação dessas análises e, portanto, um século de transformações em sua estrutura de funcionamento. Isto, evidentemente, seguindo o método marxista da necessária fusão entre os planos concreto e abstrato, exigiria alterações na teoria que se propõe a explicar a realidade, de modo que não poderíamos desejar simplesmente reproduzir no presente, de maneira linear, os apontamentos realizados por aqueles teóricos clássicos. A essas questões, nos dedicaremos com mais cuidado no capítulo 3. Por ora, faremos o resgate contemporâneo dessas ideias, quando for o caso.

na parte final de seu livro. É aí que, seguindo a intuição deixada por Hobson, Hilferding desenvolve a categoria mais importante de sua obra. Segundo o próprio autor,

o capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos. Essa mesma união tem por base a supressão da livre-concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas. Com isso muda também, naturalmente, a relação da classe capitalista com o poder do Estado. (HILFERDING, 1985, p. 283)

A obra de Hilferding aparecia como uma espécie de continuação de *O Capital* de Karl Marx, no sentido de que se propunha a discutir o mercado mundial, algo sabidamente presente nos planos de trabalho de Marx, mas jamais concluído por ele. Entretanto, um pouco mais do que isso, Hilferding introduzia novos elementos na matriz teórica marxista, elementos estes oferecidos pela própria evolução histórica do sistema que, naturalmente, trazia à cena questões ainda inexistentes no momento em que *O Capital* era escrito.

Hilferding vai apontar dois traços do desenvolvimento capitalista que são, para ele, as próprias características do imperialismo. Para esse autor, a tendência à progressiva concentração e centralização do capital, ambos movimentos preconizados por Marx (o primeiro predominando nos momentos de ascensão do processo de acumulação e o segundo nos momentos de regressão e crise) teria conduzido à fusão entre o capital bancário e o capital industrial, sob a dominância do primeiro. A ideia é a de que o capital industrial passa a depender progressivamente dos recursos centralizados e oferecidos pelos bancos para a construção de grandes trustes e cartéis industriais. Para Hilferding, portanto, o capital financeiro significaria efetivamente a unificação do capital, implicando a associação estreita entre os magnatas da indústria e os do setor bancário.

O problema de Hilferding é que esta proposição é historicamente limitada, tanto no tempo (final do século XIX e início do século XX) quanto na localização (não pode ser generalizada para além do tipo de desenvolvimento capitalista vivido por economias como Alemanha e EUA naquele momento histórico específico).

Contudo, permanece da definição de imperialismo que Hilferding constrói a ideia de que o capital financeiro não configura um setor; ele se coloca como um dispositivo (poderoso) a serviço dos grandes capitalistas, por possibilitar o controle da grande economia, financeira e não financeira.⁶

É nessa chave que é preciso analisar, por exemplo, a ideia de Hilferding de que a exportação de capitais só adquire seu mais forte ímpeto através do capital financeiro, porque, neste caso, a concentração e a centralização de capital monetário nas mãos dos bancos facilita enormemente a concessão de empréstimos a serem empregados nas indústrias de seu interesse.

No mesmo sentido, é preciso resgatar a discussão feita pelo autor acerca da exportação de capitais e sua relação com o processo de colonização. Para ele, os mercados que são criados a partir do processo de colonização passam de meras áreas de venda do excedente de mercadorias produzidas na metrópole a esferas de investimento de capital por parte desta última e esta transição leva necessariamente a uma alteração na postura política dos países exportadores de capital, uma vez que entram em jogo recursos – e, portanto, interesses – de mais ampla escala, como aqueles destinados à construção de estradas de ferro, aquisição de terras, montagem de estrutura de portos, etc. (HILFERDING, 1985, p. 302). Na esteira desse processo, torna-se uma imposição clara do capital financeiro a adequação da legislação dos países receptores de capital a algo correspondente ao funcionamento do capitalismo de então.⁷

⁶ Esta contribuição, destacada entre outros por Chesnais (2010), afigura-se de grande importância para o debate atual sobre a financeirização, pois desfaz a ideia equivocada segundo a qual a dominância financeira diria respeito a um determinado setor (o setor financeiro) que estaria o tempo todo se contrapondo aos setores produtivos da economia. Essa versão barata das teses da financeirização não faz sentido se entendermos o capital financeiro, tal como Hilferding, como um dispositivo a serviço do grande capital. Duménil e Levy, por exemplo, vão na mesma direção ao afirmar que entendem por finança “a fração superior das classes capitalistas e suas instituições financeiras, encarnações e agentes de seu poder” (2010, p. 187).

⁷ Evidentemente, qualquer semelhança com o que se passa hoje no mundo não é mera coincidência. A reestruturação neoliberal e a liberalização política e econômica – imposta de maneira violenta aos países periféricos que passaram a se inserir na “lógica globalizante”, não por desejo, mas, mais abundantemente, por coação – são os emblemas mais claros de que hoje não estamos falando de nada muito diferente daquilo que grandes autores do passado puderam identificar. Mas, a estas questões, nos dedicaremos de modo mais aprofundado mais adiante.

Para Hilferding, portanto, o termo imperialismo indica um tipo particular de política – a política predileta do capital financeiro,⁸ se é que assim podemos chamá-la – e não uma fase econômica, como posteriormente aparece em Lenin.

1.2 Rosa Luxemburgo

Para Rosa Luxemburgo, a noção de imperialismo emerge de sua teoria das crises, que, por sua vez, é resultado de sua crítica aos esquemas de reprodução desenvolvidos por Marx. Para melhor expor suas concepções a esse respeito é necessário, portanto, recuperar sua teoria das crises, a qual se insere, como se sabe, na teoria sobre o subconsumo e no debate por ela gerado.

De um modo geral, as teorias subconsumistas partem da premissa de que existe uma tendência à superprodução no sistema capitalista, ou seja, que este sistema produz sempre para além de sua capacidade de consumo, e tentam explicar porque isto acontece. Duas são as vertentes que aparecem aqui.

A primeira delas, a chamada teoria do subconsumo clássica, tem como representante principal a própria Rosa Luxemburgo. A outra vertente é uma versão mais moderna dessa teoria, que vai ter em Sweezy seu principal representante. No entanto, como nossa incursão nessas teses deve-se tão-somente à necessidade de situar a teoria das crises e do imperialismo de Luxemburgo, este autor não será resenhado.

Como se sabe, Luxemburgo utiliza os esquemas de reprodução (simples e ampliada) desenvolvidos por Marx na seção III do livro II de *O Capital* para explicar como se dá a acumulação de capital e, mais precisamente, para argumentar que produção e realização do valor não coincidem, *a priori*, existindo complexas relações entre os departamentos, de forma que a total realização do valor produzido passa a ser uma mera possibilidade.

⁸ Ainda que não diretamente associado à definição de imperialismo, mas na mesma chave do capital financeiro como um poderoso dispositivo que atua em favor do grande capital, merece ser lembrado um outro ponto da teoria de Hilferding, qual seja, a importância que ele confere ao capital acionário. Segundo Chesnais (2010, p. 141), ele teria sido o primeiro economista marxista a situar a Bolsa e a liquidez oferecida pelo mercado de ações no movimento do capital. Para Hilferding, a partir da existência do capital acionário, a propriedade deixa de se mostrar como uma dada relação de produção para tornar-se um título de renda, o qual aparece como se fosse independente de qualquer tipo de atividade. Com isso, o capitalista torna-se mero prestador de dinheiro, pois sua transformação em acionista liberta-o da camisa de força que o investimento em capital fixo representa.

O esquema de reprodução simples envolve um departamento produtor de meios de produção e um departamento produtor de bens de consumo e tem como principal característica o fato de que toda a mais valia apropriada pelos capitalistas é gasta em consumo improdutivo, ou seja, tudo o que é ganho é também gasto em bens de consumo. No caso do esquema de reprodução ampliada, que envolve também os dois departamentos, o capitalista não mais irá gastar, sob a forma de consumo improdutivo, toda a mais valia de que se apropria. Esta última é repartida em duas frações, de modo que uma delas corresponde à demanda do capitalista por bens de consumo e a outra é reinvestida em capital constante e capital variável; é, em outras palavras, acumulada. Desta forma, o que de fundamental as torna distintas não é o valor que cada uma delas é capaz de produzir, mas sim o modo como se dá a realização deste valor.

É justamente neste ponto que Rosa Luxemburgo vê brechas na teoria marxista e constrói seu problema. Segundo ela, para que parte da mais valia seja acumulada, ela precisa antes ser realizada. E seu questionamento se dá no sentido de como se daria esta realização; por parte de quem advém esta demanda adicional que possibilite a entrada em um novo processo produtivo⁹ e que permita, portanto, a criação de mais valor a ser novamente acumulado. Marx afirmava que esta demanda vem por parte dos próprios capitalistas, quando estes ingressam na esfera da circulação para adquirir força de trabalho e meios de produção ($c + v$) necessários para que um novo processo produtivo ocorra. Luxemburgo, no entanto, refuta esta possibilidade argumentando que a classe capitalista não poderia ter sua demanda ampliada, quando, ao contrário, precisa reduzi-la para que a acumulação se concretize, ou seja, os capitalistas se absterem do consumo (demanda) em favor da acumulação. Ademais, ela acredita que se estes capitalistas demandam uns dos outros, a realização na economia capitalista estaria garantida – de forma que o processo seria análogo ao da reprodução simples e, portanto, não retrataria a real dinâmica de funcionamento do sistema – e a produção se realizaria por si própria, pelo simples prazer da produção e não mais pela busca incessante, por parte dos capitalistas, pela apropriação de mais valia.

Desta forma, o problema levantado por Rosa Luxemburgo permanece e a solução apontada pela autora é a de que, além de capitalistas e operários, existem mercados externos à

⁹ Este ingresso em novo processo produtivo só é possível quando as mercadorias produzidas são convertidas na forma dinheiro – e isto ocorre no processo de circulação –, de modo que o capitalista se torne apto a comprar novas mercadorias (força de trabalho e meios de produção) capazes de criar e transferir valor àquilo que se produz.

reprodução capitalista (órgãos estatais, clero, profissões liberais, etc.) enquanto representantes do consumo social. Sendo assim, a verdadeira acumulação de capital para Luxemburgo se daria nos seguintes termos:

A produção capitalista oferta mercadorias no valor de $c + v + m$. Do lado da demanda (realização), a parcela c é demanda dos capitalistas para reposição dos meios de produção; o equivalente a v é realizado pelos trabalhadores, que compram bens de consumo. Assim, se a realização da mais-valia é a **questão** vital da acumulação capitalista, a existência de compradores não capitalistas (mercados externos) é a **condição** vital para que a acumulação se processe. (CARCANHOLO, 1996, p. 90, o negrito é original)

Isto permite a conclusão de que “o processo produtivo forma um valor de $c + v + m$ e a própria economia capitalista só consegue realizar $c + v + m/x$, onde m/x representa a parcela da mais valia utilizada para consumo improdutivo” (CARCANHOLO, 1996, p. 93). Está posto, portanto, o que seria a causa da crise para Rosa Luxemburgo, ou seja, uma incapacidade encontrada pelos mercados externos em realizar toda a mais valia produzida, fruto da contradição entre a capacidade ilimitada da produtividade e a capacidade de expansão limitada do consumo social. Em outras palavras, seria uma insuficiência de demanda que rompe com o processo de acumulação capitalista, justamente porque trava a realização da mais valia a ser acumulada, ou simplesmente, subconsumo.

Como já foi sobejamente discutido na literatura, Luxemburgo incorre em vários equívocos ao estruturar sua teoria do subconsumo.¹⁰ Primeiro, ao julgar como sendo limitados os esquemas marxistas de reprodução, no sentido de não retratarem o concreto-real do funcionamento do sistema capitalista e de suas regras de acumulação, quando, na verdade, estes esquemas só não o fizeram, porque Marx os explicitou em seu Livro II de *O Capital*, ao fazer esclarecimentos a respeito apenas do processo de circulação do capital e não da parte que envolvia o processo produtivo, assim como da interação dialética entre os dois processos, feita no Livro III.

Segundo, ao não diferenciar o produto total do capital e a mercadoria singular (uma fração do produto do capital), comete o equívoco de afirmar que o problema da realização está contido apenas na mais valia. Ocorre que não existem mercados generalizados nos quais ocorra oferta

¹⁰ Para ficarmos no âmbito da produção brasileira, podemos citar o clássico trabalho de Jorge Miglioli, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, que faz uma excelente resenha do debate.

e demanda de toda a produção capitalista. Os mercados são particulares e neles ocorre oferta e demanda de mercadorias específicas, cuja realização equivale a uma parcela da produção total $c + v + m$ e não a um de seus componentes específicos (c , v ou m).

Em terceiro lugar, a autora afirma que, se são os próprios capitalistas que realizam a demanda pela parcela da mais valia a ser acumulada, a produção passaria a ocorrer pelo simples prazer de uma produção maior em momento posterior, de modo que a economia capitalista estaria negando sua própria lógica de acumulação. Ao fazê-lo, Luxemburgo não nota que, de fato, para que a acumulação ocorra crescentemente, deve haver uma produção crescente anterior a esta acumulação, prestes a ser realizada.

E, por último, quando nega esta demanda capitalista pela parcela de mais valia a ser acumulada, ignora a existência das trocas intersetoriais, negando, portanto, o próprio processo de acumulação.

A saída proposta por Luxemburgo a tais crises de realização é justamente o avanço do mundo capitalista sobre as áreas do globo nas quais ainda vigoram outros modos de produção não capitalistas conformando aquilo que para ela constitui a própria noção de imperialismo. Os métodos predominantes nas relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas seriam a política colonial, um sistema internacional de empréstimos e a própria guerra. Como consequência, para Luxemburgo, o imperialismo apresenta-se como uma tendência própria e inerente ao modo de produção capitalista e dele indissociável, não se limitando, por isto, a um estágio específico de desenvolvimento deste modo de produção, mas constituindo-se num traço presente a qualquer tempo, dado ser um desdobramento necessário do próprio processo de acumulação de capital.¹¹

¹¹ Cabe fazer referência aqui ao resgate da preocupação de Luxemburgo que tem sido feito por David Harvey. Para esse autor, num livro sintomaticamente denominado *O Novo Imperialismo* (São Paulo, Loyola, 2004), apesar do equívoco presente nas teses subconsumistas, a teoria de Luxemburgo identificaria a falta de oportunidades de investimentos lucrativos como o problema fundamental da reprodução capitalista, o que estaria correto. Em associação com Luxemburgo ele resgata também Hannah Arendt, para quem, já nas crises inglesas de 1860 e 1870, os burgueses teriam percebido, que os expedientes violentos que haviam caracterizado a fase da acumulação primitiva teriam que eventualmente se repetir para que “o motor da acumulação não parasse de repente” (p. 119), o que constitui um argumento tipicamente luxemburguista. Para Arendt, na visão de Harvey, o imperialismo é decorrência desse problema, estando diretamente associado aos processos naturais de concentração e de centralização do capital.

1.3 Karl Kautsky

Em seu texto mais conhecido sobre o tema, intitulado *O Imperialismo*, Kautsky (2002a) inicia sua discussão desqualificando o uso que comumente se fazia do termo imperialismo, denominando de “frágil tautologia” a associação direta entre o mesmo e os fenômenos típicos do capitalismo moderno. Kautsky propõe, então, o abandono de “generalizações” desse tipo e a adoção de uma perspectiva pautada pelos determinantes históricos do fenômeno, de modo a se entendê-lo apenas como “um tipo particular de tendência política, que certamente tem como causa o capitalismo moderno, mas que não coincide de fato com ele” (KAUTSKY, 2002a, p. 444).

Para definir de maneira plena sua compreensão sobre o imperialismo, Kautsky parte da separação entre agricultura e indústria presente na raiz do pensamento fisiocrata para demonstrar que se constitui, no sistema capitalista, uma tendência crescente ao descompasso entre a produção desses dois setores. Em termos gerais, a ideia é a de que o desenvolvimento do processo produtivo só poderia se dar de forma estável e equilibrada caso se conseguisse manter, durante todo o tempo, uma estreita proporção entre aquilo que se produz na agricultura e aquilo que se produz na indústria, uma vez que ambos os setores apresentam uma clara interação entre si, enquanto fornecedores e enquanto compradores de mercadorias, reciprocamente.

Embora reconheça essa espécie de interdependência entre os setores, Kautsky enfatiza dois aspectos algo contraditórios envolvendo o funcionamento do sistema: por um lado, o autor identifica na agricultura o setor de maior importância do ponto de vista do processo produtivo, alegando que se trata de uma esfera que pode facilmente seguir produzindo mesmo diante de uma interrupção/desaceleração da produção industrial, ao passo que a indústria teria sua atividade interrompida caso cessasse o fornecimento de matérias-primas e bens de subsistência que representam a base de seu processo. Sendo assim, a agricultura não aparece como um setor que se desenvolve a reboque do setor industrial; ela o faz seguindo suas próprias leis. Por outro lado, Kautsky afirma que, no capitalismo, desenha-se uma clara tendência a que o setor industrial se expanda de forma mais rápida que o setor agrícola, uma vez que este último, mesmo que inserido na lógica capitalista de produção, se defronta com dificuldades técnicas que retardam o aumento da produtividade, com uma tendência à

escassez de mão de obra, especialmente em razão do crescente processo de urbanização, e com limitações mais fundamentais relativas à disponibilidade decrescente de terras para o cultivo.

Assim sendo, a indústria adquire condições mais amplas de melhorar seu nível de produtividade e isto tem como efeito uma ampliação da exigência de produtos agrícolas necessários para pôr em andamento a produção industrial. Resulta daí – isto é, do fato de a produção agrícola não se apresentar como uma cauda ou como um rastro da produção industrial, mas, ao contrário, por se dar independentemente desta, e por fazê-lo numa velocidade e/ou numa intensidade mais reduzida – uma tendência ao permanente desequilíbrio entre o produto de ambos os setores, de modo que a agricultura passa a oferecer mercadorias sempre em quantidade inferior àquela exigida pela indústria, o que produz a crise como resultado imediato.

Reside justamente nessa escassez de terras e de bens agrários voltados para o capital industrial o próprio impulso à ocupação de terras por parte deste último. Forma-se, assim, a noção de imperialismo oferecida por Kautsky, tal como segue:

O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste no impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões *agrárias* cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam. (2002a, p. 444, o itálico é original)

Seria esta a estratégia (política) ao alcance das economias industriais para que pudessem garantir tanto a oferta de matérias-primas e bens de subsistência necessários para a continuidade de seu processo produtivo sempre ascendente, quanto a disponibilidade de mercados aptos a adquirir seu excedente de produção. Tal estratégia foi fortemente favorecida pela exportação de capitais para territórios agrícolas, especialmente com a finalidade de introduzir um sistema ferroviário para colocação dos produtos nos mercados e uma técnica mais avançada para a exploração mineral e o cultivo.

Vale considerar que, uma vez que se trata de “um tipo particular de política capitalista” (KAUTSKY, 2002b, p. 471), perfeitamente ajustável às circunstâncias que se apresentavam, o

imperialismo em Kautsky é conduzido para outros níveis de discussão que o levam à definição de uma tendência ao que ele chama de ultraimperialismo. A origem deste movimento está no fato de que, à medida que a produção industrial se expande para outros Estados além de sua terra natal, a Grã Bretanha,¹² o livre comércio deixa de ser o meio ideal para a anexação e o controle de territórios agrários e o protecionismo, com a consequente intensificação da competição internacional, assume seu lugar, particularmente pela via do conflito militar entre os Estados capitalistas industriais.

Como percebe Fontes (2008, p. 81), Kautsky parte de uma espécie de fracionamento entre a economia e a política e entende que o recurso à ocupação militar de territórios seria nocivo à acumulação de capital, no sentido de que os custos relativos à corrida armamentista e à expansão colonial seriam altos o suficiente para impor restrições a tal processo de acumulação e, por extensão, para ameaçar a exportação de capital e o próprio imperialismo. Por esta razão, a política do imperialismo – objetivada, naquele momento, em conflitos militares entre os Estados industriais pela anexação de territórios agrícolas – constituía algo transitório e que tendia a ser substituído por uma espécie de acordo de paz (ou uma política de aliança) entre as grandes potências imperialistas, que passariam a explorar o mundo em comum acordo, através da unificação internacional do capital financeiro e, portanto, sem o recurso à violência, à corrida armamentista e aos conflitos bélicos.¹³

¹² Quanto a isto, Kautsky (2002a, p. 459) afirma que “a exportação de capitais pode operar de maneira bastante diferente no território agrário para o qual é destinada. Já apontamos as difíceis condições em que se encontram hoje os países agrários e o esforço que são obrigados a fazer para se tornarem países industriais, no interesse não só de sua prosperidade, mas diretamente de sua independência. Nos Estados agrários que possuem a força necessária para garantir a própria independência, o capital importado não é utilizado exclusivamente para construir ferrovias, mas também para desenvolver uma indústria nacional, como aconteceu nos Estados Unidos e na Rússia. Nesse caso, a exportação de capitais dos velhos Estados capitalistas favoreceu apenas provisoriamente a sua exportação industrial. Muito rapidamente, esta foi bloqueada pelo surgimento de uma forte concorrência industrial no território agrário. O desejo de evitar que isso ocorra, torna-se agora, para os Estados capitalistas, uma razão a mais para submeter diretamente (como colônia) ou indiretamente (como esfera de influência) os territórios agrários, para impedir que desenvolvam uma indústria própria e forçá-los a limitar-se exclusivamente à produção agrícola”.

¹³ Reside aqui um dos principais focos da maior parte das críticas dirigidas a Kautsky, tanto naquele tempo quanto em análises mais contemporâneas de sua obra. É justamente essa sua noção de ultraimperialismo que leva Lenin a tomá-lo como um ex-marxista e a dedicar uma parte importante de seus esforços para desenvolver e fundamentar seu rebatimento em relação às ideias propostas por Kautsky, esclarecendo as razões pelas quais enxerga o afastamento deste autor em relação ao marxismo. A este respeito, ver Lenin, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, cap. 9.

1.3 Nicolai Bukharin

Em *A Economia Mundial e o Imperialismo*, Bukharin (1985) estava preocupado em apontar a existência de tendências conflitantes no desenvolvimento capitalista. A primeira delas seria a crescente internacionalização das relações econômicas, emblematizada especialmente pelo crescimento do comércio internacional e pela intensificação do processo de exportação de capital. A segunda tendência seria a “nacionalização” crescente das relações econômicas. E seria justamente o conflito entre essas duas tendências que forneceria as contradições essenciais para a definição do período imperialista.

Bukharin, seguindo Hilferding, explica como a monopolização surge da concentração e centralização do capital e como este movimento era muito mais importante dentro de um país do que em nível internacional naquele momento. É relevante para o autor perceber o papel das tarifas neste processo, a prática de *dumping*, a fusão do capital bancário com o capital industrial e, mais importante, o papel do Estado enquanto condutor daquilo que ele chama de processo de “trustificação”. A ideia é a de que se constitui uma tendência muito forte à transformação de toda a economia nacional em um gigantesco empreendimento combinado sob a tutela de uma oligarquia financeira, do Estado capitalista e das grandes empresas que monopolizam o mercado nacional.

Embora houvesse o reconhecimento de uma espécie de “solidariedade de interesses” entre as potências imperialistas que surgira como resultado de certas formas de exportação de capital, para Bukharin, o que a prática mostrava era muito mais o crescimento de uma confiança única nacional e de uma rivalidade entre as diferentes nações na economia mundial. Lenin é quem vai se encarregar de questionar essas ideias.

1.5 Vladimir I. U. Lenin

Rebatendo Bukharin, Lenin revela que a “norma” para o desenvolvimento do capital monopolista era, em geral, não a da confiança única, nem no país como um todo, nem mesmo dentro de cada setor da indústria, mas uma competição, inclusive internacional, entre vários produtores. Neste sentido, Bukharin pode ser criticado por ter visualizado apenas uma tendência à constituição de um capitalismo de Estado, deixando de lado a penetração dos

capitalistas monopolistas em outros Estados, que é um aspecto da internacionalização da economia mundial. Ao fazê-lo, o autor também não teria percebido que o Estado capitalista não se limita a representar o interesse comum da classe dominante, mas também aparece como um conjunto de instituições através das quais a burguesia estabelece a sua unidade através de conflitos entre diferentes frações da classe capitalista.

Seguindo essa linha de crítica, Lenin, então, oferece um esboço preciso do que seria o imperialismo capitalista nos anos anteriores a 1914. Embora seu famoso panfleto fosse um “esboço popular”, a sua ambição era a de apresentar “uma análise exclusivamente teórica e especificamente econômica dos fatos”. Ele foi escrito a fim de pôr a nu as causas econômicas da guerra de 1914-18. Seu objetivo era esclarecer que o conflito foi uma guerra imperialista realizada a fim de promulgar uma violenta redivisão do mundo entre as grandes potências imperialistas europeias.

Neste sentido, Lenin oferece uma definição sumária do imperialismo como

o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2009, p. 90).

E segue, identificando cinco traços fundamentais do imperialismo, tal como segue:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2009, p. 90)

Ao fazer essa definição, ressaltando o papel decisivo dos monopólios na vida econômica, fica clara a filiação em relação às ideias de Hilferding sobre a concentração e centralização do capital e a ascensão ao poder dos monopólios sob a égide dos bancos. A fusão do capital

bancário e industrial para formar o capital financeiro também foi desenhada a partir de Hilferding.

Aliás, como nota Lukács,

De modo aparentemente paradoxal, a concepção leniniana do imperialismo é, por um lado, uma importante realização teórica e contém, por outro, muito pouco de verdadeiramente novo, se observada como pura teoria econômica. Em muitos sentidos, ela se baseia em Hilferding e não demonstra, vista em termos puramente econômicos, a profundidade e a grandeza da continuidade da teoria marxiana da reprodução realizada por Rosa Luxemburgo. A superioridade de Lenin consiste – e esta é uma proeza teórica sem igual – *em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente*, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então (2012, p. 61, o itálico é original).

O primeiro ponto que devemos observar é que, no avanço desta definição, Lenin não estava sugerindo que todos esses recursos são desenvolvidos na mesma medida em cada país considerado. A análise realizada por ele ilustra a maneira desigual por meio da qual esses recursos se desenvolvem entre os principais países imperialistas e, mesmo, no interior de suas estruturas.

Lenin argumentava que o estágio mais elevado do capitalismo de livre concorrência terminara com a crise cíclica de 1873. Houvera, em seguida, um período de transição, coincidindo com a "Grande Depressão", que combinara características da livre concorrência e os períodos de monopólio. Em termos concretos, esse período fora o momento em que as novas potências capitalistas (Alemanha e EUA) elevaram suas tarifas e construíram suas indústrias atrás de paredes protecionistas. O início tardio dessas potências capitalistas, privadas de colônias, significava que elas apenas poderiam fazer frente às antigas potências (França e Grã-Bretanha) através de um ataque acelerado de concentração e centralização, juntamente com uma fusão rápida de bancos e da indústria para supervisionar o processo de acumulação.

As últimas décadas do século XIX teriam visto o domínio da Grã-Bretanha em relação ao comércio mundial ser desafiado com sucesso pela Alemanha e EUA. À medida que essas economias ficavam mais fortes, buscavam suas próprias possessões coloniais, algo que a Grã-Bretanha e a França já possuíam em abundância. O resultado foi uma corrida para anexar

essas áreas do mundo ainda divididas, culminando com a partilha da África ocorrida na década de 1880. Para Lenin, esta fase de transição para uma nova época do capitalismo, a fase imperialista, foi concluída durante os anos de *boom*, entre 1895 a 1900.

A partir daí, formava-se uma tendência à deterioração dos velhos imperialismos, particularmente o da Grã-Bretanha, cuja indústria foi sendo superada pelos novos poderes. E estava justamente nesta tendência o cerne para o desenvolvimento de monopólios, que, longe de retardarem a evolução capitalista dos países dependentes, levaram a um desenvolvimento mais rápido do capitalismo nos países receptores de capital, ainda que de forma desigual.¹⁴

Nessa esteira, Lenin argumenta que a exportação de capital, independentemente da forma ou da direção, predomina sobre a exportação de mercadorias. O capital é exportado a partir dos velhos imperialismos para suas colônias como resultado de uma crise de acumulação nos países avançados. Desenha-se, assim, a divisão do mundo entre as grandes potências.

Apresentadas as teses clássicas sobre o imperialismo, podemos dizer, seguindo Corrêa (2011), que o contorno que se desenha para elas é o de que as abordagens de Hilferding e Bukharin se aproximam de uma interpretação do imperialismo como a conformação política necessária para lidar com a era do capital financeiro, enquanto a interpretação de Lenin reconhece no imperialismo algo além de um mero arranjo político, entendendo este processo como uma fase particular do desenvolvimento capitalista, sua fase monopolista, de tal forma que sua análise leva a cabo uma proposta de periodização histórica do desenvolvimento capitalista. Essa observação faz-se relevante em razão das interpretações sobre o imperialismo contemporâneo desenvolvidas no Capítulo 4. Como já deve ter ficado claro por tudo o que foi dito aqui desde a introdução, nós mesmos aderimos à noção do imperialismo como fase do capitalismo e não exclusivamente como uma política adequada a determinadas características apresentadas pelo sistema em diferentes momentos do tempo. Nossa percepção, portanto, está muito mais alinhada com a de Lenin do que com a dos demais teóricos clássicos.

¹⁴ A noção de desenvolvimento desigual presente em Lenin constitui, sem sombra de dúvida, a principal fonte teórica que, mais tarde, daria origem à teoria da dependência desenvolvida na América Latina na década de 1970, que discutiremos no Capítulo 2.

CAPÍTULO 2

INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA: A TEORIA DA DEPENDÊNCIA COMO COMPLEMENTO NECESSÁRIO ÀS TESES SOBRE O IMPERIALISMO

No que se refere ao pensamento social latino-americano, a teoria da dependência é entendida por vários autores como uma complementação necessária à teoria do imperialismo. A teoria da dependência surge em meados da década de 1960 (entre 1964-67), no contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e de emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Como bem assinala Sotelo Valencia, os pressupostos doutrinários e econômico-políticos da teoria do imperialismo em sua formulação clássica

[...] foram insuficientes para caracterizar o mundo que se desenvolvia na periferia do sistema capitalista dominante, particularmente em sua função histórica de viabilizá-lo. É desta maneira que o ‘conceito’ dependência [...] representa um complemento necessário da teoria do imperialismo para dar conta da natureza das sociedades que se desenvolvem de maneira subordinada na periferia do sistema, como é o caso da América Latina. (2007, p. 29, tradução própria).¹⁵

Assim, embora, Lenin, Bukharin e o próprio Hobson tenham apontado em suas discussões sobre o imperialismo aquelas que seriam as bases ou as prerrogativas essenciais da dependência, quais sejam, o parasitismo econômico e a subordinação da classe trabalhadora dos países periféricos às necessidades de enriquecimento e acumulação por parte das classes dominantes dos países imperialistas, eles não avançaram, por meio de tais intuições para o plano mais concreto da forma de operar de tais economias. Assim, eles se limitaram à mera (mas não pouco importante) constatação dos fenômenos sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial. Esse esforço, porém, não deve, sob nenhuma hipótese, ser desprezado, já que abriu as portas para um campo de discussão bastante amplo e fértil dentro do marxismo, deixando à teoria da dependência, o espaço para levar a cabo essa construção.

¹⁵ “[...] fueran insuficientes para caracterizar al mundo que se desarrollaba en la periferia del sistema capitalista dominante, particularmente en su función histórica para viabilizarlo. Es de esta manera que el ‘concepto’ dependencia [...] representa un complemento necesario de la teoría del imperialismo para dar cuenta de la naturaleza de las sociedades que se desarrollan de manera subordinada en la periferia del sistema, como es el caso de America Latina.”

A proposta da teoria da dependência era, então, a de compreender e analisar os efeitos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados periféricos. Deste modo, é como se a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial ficasse a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esses fenômenos mais gerais impactariam a estrutura social, econômica, política e cultural interna dos países periféricos seria tarefa própria da teoria da dependência.¹⁶ Em outras palavras, o que nos parece é que o objetivo dos teóricos clássicos do imperialismo era o de analisar as alterações ocorridas no sistema capitalista como um todo e o objetivo da teoria da dependência, complementarmente, era o de verificar como a lógica imperialista se reproduzia na periferia a partir do desenvolvimento do capitalismo em seu interior, construindo categorias teóricas específicas que dessem suporte a essa investigação. Com isso podemos apresentar os traços gerais presentes nas teses dependentistas em suas várias vertentes.

2.1 Os traços comuns às várias vertentes da teoria da dependência¹⁷

Como sugere Dos Santos, a teoria da dependência aparece como uma crítica à tradicional “visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento”, que considerava que o “[...] ‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização” (2000, p. 21).

A compreensão até então difundida acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais girava em torno da ideia de que os países “avançados” se encontravam no extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do aparelho produtivo, ao passo que os países “atrasados” se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento. O ponto chave é que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades entre as

¹⁶ Autores como Cueva (1974) e Castañeda & Hett (1978) advogam em favor da redundância da teoria da dependência, afirmando que os teóricos desta corrente não fazem nada mais do que reafirmar a teoria do capitalismo, de Marx, e a do imperialismo, de Lenin. Não cabe aqui discutir a validade dos argumentos, mas vale mencionar que um importante rebatimento a esta desqualificação foi oferecido por Marini (1990).

¹⁷ Para alguns autores, não é correta a utilização do termo “teoria” em relação às visões dependentistas já que as mesmas comportam um conjunto bastante diverso de perspectivas, muitas delas flagrantemente discordantes. Hunt (1989) e Almeida Filho (2003), por exemplo, utilizam o termo “aporte” (aporte da dependência) para resolver o problema. Como nossa questão não é metodológica, ou seja, não se trata aqui de discutir, de um ponto de vista epistemológico, se as proposições das várias correntes dependentistas podem ou não ser consideradas teóricas, continuaremos, seguindo o uso comum, a utilizar o termo.

nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentavam estas desigualdades.¹⁸

Nestas circunstâncias, tomam corpo o institucionalismo conservador rostowiano, bem como a concepção heterodoxa de desenvolvimento da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – dos anos 40 e 50, especialmente com as contribuições de Prebisch (1949) e Furtado (1959). Em relação à primeira dessas concepções, o economista americano Walt Whitman Rostow publica em 1959 o artigo *The Stages of Economic Growth*,¹⁹ que se tornaria clássico e que segue muito proximamente as linhas gerais do que foi exposto anteriormente em relação ao *continuum* evolutivo, o qual tem como ponto de partida o subdesenvolvimento caminhando em direção ao pleno desenvolvimento, que seria o ponto final desta escala evolutiva. Ele advoga a ideia de que o desenvolvimento deve se dar através de cinco etapas seqüenciais, de modo que nenhuma delas pode ser burlada justamente porque todas seguem uma ordem lógica (ou uma escala evolutiva) que, se respeitada, leva a uma situação ótima de desenvolvimento a ser alcançada por todas as economias, qual seja a formação de uma sociedade de consumo de massa. Adotando a sociedade americana como uma espécie de sociedade ideal, o próprio autor afirma que

é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. (ROSTOW, 1978, p. 16)

Estar em qualquer destes pontos significa que já se esteve num ponto imediatamente anterior e que se estará necessariamente num ponto posterior, até que se atinja o pleno desenvolvimento, a sociedade consumista.

A concepção cepalina do desenvolvimento percebe os problemas vividos pela periferia como sendo decorrentes das relações estabelecidas no âmbito do capitalismo mundial e das relações econômicas internacionais. Nesse sentido, ela representa um avanço em relação à teoria

¹⁸ Nas palavras de Marini, “o elemento central da teoria do desenvolvimento é a ideia do desenvolvimento como um *continuum* e do subdesenvolvimento como uma etapa prévia ao desenvolvimento pleno, que seria assim acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas para isso” (1992, p. 72).

¹⁹ É interessante observar que, no ano seguinte ao da publicação do referido artigo, Rostow prepara uma edição em livro com a mesma temática, mas seu título é sintomaticamente alterado para *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto*.

clássica do comércio internacional, assentada no princípio das vantagens comparativas, de extração ricardiana.²⁰

Ao contrário do que advoga esta teoria, a visão cepalina vai afirmar que, dado o comércio internacional, há uma tendência permanente à deterioração dos termos de troca que desfavorece os países exportadores de produtos primários, fazendo com que haja transferência de renda da periferia em direção ao centro. Esta deterioração se dá porque, como as economias primário-exportadoras não desenvolvem seu setor industrial, elas são incapazes de promover uma elevação em seus níveis de produtividade e são também incapazes de incorporar maior quantidade de mão-de-obra ao processo produtivo. Ambos os aspectos levam a que se tenha um excedente de força de trabalho e uma redução salarial generalizada para toda a economia, o que promove uma redução nos custos e, por conseguinte, nos preços das mercadorias produzidas. Contrariamente, o componente salarial nos custos das firmas dos países centrais é muito maior do que o que prevalece na periferia.²¹ Sendo assim, mesmo com alta produtividade, os preços nos países desenvolvidos não caem em relação aos dos subdesenvolvidos, tendo em vista que seus custos são mantidos em função dos aumentos salariais.

Muito embora tenha representado um progresso frente à teoria ortodoxa do desenvolvimento, a concepção cepalina se mantinha

fiel à ideia do desenvolvimento econômico como *continuum*, [...] [pois] não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade [...] mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico da acumulação de capital. (MARINI, 1992, p. 77-78)

Assim sendo, haveria possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, desde que fosse aplicada uma política econômica adequada, com medidas corretivas direcionadas ao

²⁰ A lei das vantagens comparativas defende que cada país deve se especializar na produção de bens para os quais tenha certa “vocaç o natural”, de modo a ter ampliados seus  ndices de produtividade e suas condi es de competitividade quando exposto ao mercado mundial.

²¹ Al m de as economias dominantes percorrerem um movimento oposto ao sofrido pelas economias prim rio-exportadoras no sentido da produtividade e da incorpora o de m o-de-obra, uma outra explica o para essa situa o est  no fato de que as organiza es sindicais s o muito mais bem aparelhadas nos pa ses do centro do que nos perif ricos, de modo que elas pressionam muito mais para aumentos salariais em fases ascendentes do ciclo e resistem muito mais a quedas salariais nas fases de desacelera o.

comércio internacional, numa espécie de desenvolvimento autônomo que atingiria, em algum momento, seu estado pleno e superior. Nestas circunstâncias, a proposta de política da CEPAL vinha no sentido de atuar contra a inserção externa dos países subdesenvolvidos, num argumento pró-industrialização que defendia a centralização do câmbio – de modo que toda compra e venda de dólares deveria ser feita sempre por intermédio dos Bancos Centrais –, a canalização de diferentes taxas de câmbio para diferentes setores de acordo com a estratégia de industrialização adotada e, por fim, uma política creditícia ativa, com criação de instituições públicas capazes de alavancar o desenvolvimento.²² A este conjunto de políticas deu-se o nome de desenvolvimentismo, cuja efetivação dependeria da forte presença e participação do Estado na economia através da implementação do conhecido PSI (Processo de Substituição de Importações) – cunhando a expressão “nacional-desenvolvimentismo” – e cujo resultado seria o de garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais e o pleno desenvolvimento econômico.

Na verdade, ao contrário do que apontavam as concepções tanto de Rostow quanto da CEPAL, o que a prática mostrava é que todas as ex-colônias tinham o seu desenvolvimento limitado por sua forte dependência econômica e política em relação à economia internacional, e isto implicou uma perda de relevância dessas “teorias do desenvolvimento”, especialmente a partir dos anos 60.

Justamente neste período surge a teoria da dependência, num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Trata-se de

um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas. (DOS SANTOS, 2000, p. 26).

As ideias centrais defendidas pela teoria da dependência – aparentemente comuns a todas as correntes teóricas que a conformam –, segundo a sistematização elaborada por Blomström e Hettne (1990, p. 15), passam por quatro pontos específicos. O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países

²² Evidentemente a referência aqui era o próprio BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), criado por Getúlio Vargas em 1952.

industrializados. O segundo contempla a ideia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto refere-se ao fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político.

Deste modo, em linhas gerais, a percepção é a de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí conclui-se que a dependência é uma característica estruturante das economias periféricas diante da prevalência da lógica de acumulação capitalista, restando às nações dependentes apenas a possibilidade de transitarem entre distintos graus de dependência.

Esta seria a concepção mais geral do desenvolvimento capitalista, aparentemente comum a todas as correntes teóricas que conformam a teoria da dependência.²³ Em sua vertente mais

²³ Há inúmeras controvérsias em relação à melhor e mais correta classificação das vertentes teóricas dependentistas. Dos Santos (2000) adota a distinção feita por Blomström e Hettne (1990), talvez por julgar que esta seja a descrição mais correta – ou menos incorreta – destas vertentes. Segundo estes autores, Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch representariam a crítica ou autocrítica dos cientistas sociais ligados à CEPAL, que percebem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo; Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra estariam inseridos na corrente neomarxista, que vê como única forma de enfrentamento e superação da situação dependente a ocorrência de uma revolução socialista; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto seriam os principais expoentes da corrente marxista mais ortodoxa, que aceita o papel positivo do desenvolvimento capitalista e a não necessidade do socialismo para se alcançar o desenvolvimento; e, por fim, André Gunder Frank, que representaria a teoria da dependência quase que numa corrente própria, distinta de todas as vertentes antes mencionadas. Hunt (1989) e Almeida Filho (2003) parecem seguir parcialmente esta divisão, no entanto incluem Frank na corrente neomarxista, sendo que Marini e Dos Santos seriam os representantes mais recentes desta escola e qualificam Cardoso e Faletto como sendo teóricos do escopo do desenvolvimento dependente-associado. Marini (1990, 2000) rejeita claramente esta nomenclatura, tendo em vista que, ao longo de sua exposição, menciona diversas vezes que aquela se trata de uma visão ou de uma formulação marxista (e não neomarxista) da dependência. Recentemente Bresser-Pereira (2012) retoma o tema para advogar a existência de três correntes dependentistas, a nacional-dependente, a da dependência associada e a da superexploração, sendo que as duas últimas teriam embasamento marxista, chegando a resultados opostos (a possibilidade de um desenvolvimento capitalista dependente e associado assentado em investimentos externos no caso da primeira, representada por Cardoso e Faletto, e a impossibilidade de um pleno desenvolvimento no caso da segunda, representada por Gunder Frank e Marini), enquanto que a primeira é identificada ao nacional desenvolvimentismo e ao pensamento de Furtado e Sunkel. Diante destas polêmicas e controvérsias, fica óbvio que as distinções relativas às correntes que conformam a teoria da dependência não

crítica – denominada teoria marxista da dependência (TMD) – representada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Samir Amin e outros, a visão é a de que, no âmbito do processo de integração das economias nacionais ao mercado global, as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, em função da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho²⁴ (MARINI, 1990).

Apontados os traços mais gerais e comuns relativos às visões dependentistas, em particular sobre as concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento que estariam presentes em todas elas, podemos tratar daquela que nos parece a mais significativa para o estudo em questão, qual seja, a vertente marxista da teoria da dependência. Antes, porém, se faz relevante a recuperação da versão weberiana de Cardoso e Faletto, não só por sua grande difusão e importância no debate, como também porque sua exposição nos permitirá tratar com mais precisão da especificidade da vertente marxista, a nosso ver a mais contundente, sob uma ótica mais crítica, acerca dos problemas referentes ao desenvolvimento econômico enfrentados pela periferia do sistema em tempos mais atuais.

2.2 A versão weberiana²⁵ da dependência: a concepção de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto²⁶

conseguem escapar de um certo reducionismo metodológico perante o qual devem ser guardadas as devidas pontuações.

²⁴ Como será discutido mais adiante neste capítulo, a categoria “superexploração do trabalho” foi desenvolvida por Marini no sentido de apontar para uma característica própria e definidora da condição dependente. Trata-se da “violação” do valor da força de trabalho como consequência da necessidade de intensificar a acumulação de capital na periferia, considerando o fato de que esse processo é comprometido pelas remessas de excedentes para o exterior, dadas pelo tipo de inserção externa dessas economias no mercado mundial.

²⁵ Embora Fernando Henrique Cardoso reivindique o marxismo como sua principal fonte teórica, denominamos como weberiana esta vertente da teoria da dependência. Primeiro em função de que os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas, tal como Weber fez em relação a Marx e o próprio Cardoso faz em relação a Marini e Dos Santos. Em segundo lugar está a exasperação da autonomia do político, própria dos weberianos, que se repete na vertente dependentista de Cardoso e Faletto. Por último, tal como afirma Martins (2003, p. 231 apud. SOTELO VALENCIA, 2005, p. 3), “embora [Cardoso e Faletto] utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original”.

Inserida dentro do escopo mais geral da teoria da dependência, a versão da interdependência ou do capitalismo dependente-associado de Cardoso e Faletto (1981)²⁷ aparece, assim como as outras vertentes, como uma crítica às teorias do desenvolvimento antes expostas. Os autores se contrapõem abertamente às visões que defendem a existência de formações sociais de tipo tradicional que necessariamente migram para uma formação moderna por intermédio de uma sociedade que combina em sua estrutura setores arcaicos e modernos ao mesmo tempo, o chamado “dualismo estrutural”. Para além disto, são também contrários aos apontamentos realizados pelos teóricos dependentistas marxistas, como veremos mais adiante na exposição, e seu foco principal de rebatimento de ideias se dá em relação à perspectiva nacional-desenvolvimentista, empreendida pela CEPAL. Em outras palavras, o germe que motiva a concretização do pensamento de Cardoso e Faletto em relação à dependência é o fracasso do projeto de desenvolvimento nacional autônomo via Processo de Substituição de Importações capitaneado ou idealizado pela CEPAL nos anos 1940 e 1950.

Segundo esta perspectiva nacional-desenvolvimentista, a industrialização deveria se dar, conforme já tratamos, pela via da substituição de importações, que seria garantida através de uma intensa intervenção do Estado na economia, de modo a concretizar seu fortalecimento e a própria autonomia decisória dos países latino-americanos. Esta seria a fase do “desenvolvimento para dentro”, com especial atenção ao mercado interno. Conforme aponta Araújo, a expectativa cepalina era a de que

a adoção da mencionada estratégia de desenvolvimento seria o meio eficaz não apenas para superar a dependência externa – e, assim, alterar a “condição periférica” responsável pela situação de subdesenvolvimento –, como também para obter a melhoria do “bem-estar mensurável das massas”. (2001, p. 9)

²⁶ Como não nos compete aqui o tratamento exaustivo da obra de Cardoso e Faletto, nos limitaremos ao estudo do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, em especial do seu segundo capítulo, apenas no intuito de verificar quais são as ideias principais dos autores relativamente à temática da dependência. Um excelente acompanhamento da evolução da obra de Fernando Henrique Cardoso foi feito por Traspardini (1998) e pode ser útil no sentido de acrescentar mais conteúdo à análise. Ficam também indicadas as leituras de Cardoso (1963, 1971, 1975, 1980, 1993, 1995, 1996).

²⁷ O termo “interdependência” é utilizado por alguns autores para o tratamento da vertente da teoria da dependência representada por Cardoso e Faletto. Entretanto, acreditamos que este não seja um bom nome para o que procura ser tratado pela categoria, em função de que deixa implícita a ideia de que os países dependem necessariamente uns dos outros e, conforme veremos, não é propriamente isto o que acontece.

No entanto, na visão desses críticos, esse processo atinge seu esgotamento ao se tornar evidente o fracasso das propostas no sentido do alcance dos objetivos apontados. Em outras palavras, o projeto nacional-desenvolvimentista se esgota quando a expectativa cepalina não se efetiva, tanto no que diz respeito à superação da dependência, quanto naquilo que se refere a uma melhor e mais igualitária distribuição de renda e riqueza.

Este fracasso abre espaço para as críticas e para o rebatimento da proposta por parte de Cardoso e Faletto, que utilizam o argumento de que a retomada do desenvolvimento econômico nos países periféricos dependeria de uma estratégia que rompesse com esta fase do “desenvolvimento para dentro”, tendo em vista que as transformações no sistema produtivo, próprias deste processo, seriam incapazes, por si sós, de remover os problemas sociais desses países e de tornar possível a constituição de uma sociedade possuidora de certa autonomia decisória, devendo ser incluída na análise a percepção de como se deu historicamente essa diversificação produtiva quando do processo de integração das economias nacionais ao mercado global.²⁸

É neste contexto que se fortalece a concepção que aqui chamamos de weberiana da teoria da dependência, em cujo alicerce está a visão de que “o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes” (CARDOSO e FALETTO, 2000, p. 497). Desta forma, o desenvolvimento seria resultado da interação entre grupos e classes, cada qual com seus próprios valores e com suas próprias aspirações materiais, que, ao serem colididas e confrontadas, modificariam a estrutura socioeconômica e política de um país (ou região), na medida mesma em que interesses específicos conseguem ser impostos ao conjunto da sociedade, seja por meio da conciliação de ideias, seja através de sua oposição e superação. Esta percepção atua no sentido de negar o processo de mudança ou de avanço a situações de desenvolvimento “superiores” enquanto produto de fatores “naturais” e de demonstrar que, ao contrário, as mudanças são fruto necessário das relações e conflitos de classe.

Para fazer estas colocações, Cardoso e Faletto se apoiam na evidência empírica de que

²⁸ Vale notar que também Marini vai criticar a concepção cepalina, mas, para ele, o equívoco está em conceber tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento como partes de um sistema evolutivo, já que ele as vê como realidades distintas e contrapostas, ainda que estruturalmente vinculadas (1992, p.88). Por conseguinte, ele rejeita também a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo na periferia defendida por essa visão, a qual decorre de sua concepção de subdesenvolvimento. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, se não de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre as classes e grupos. (2000, p. 504).

Sendo assim, em linhas gerais, esta teorização se baseia, segundo os próprios autores, no método histórico-estrutural, que manifesta a forma particular como ambos entendem a dialética marxista. Acredita-se que a totalidade das instâncias sociais – correspondente à unidade das perspectivas econômica, social e política – é estruturada e hierarquizada – o que, na prática, corresponde ao capitalismo e à relação de dominação entre países centrais e periféricos, respectivamente, sendo que essa estrutura é passível de mudanças. Desse modo, o processo histórico é apreendido enquanto um processo de transformação estrutural que se dá por meio da luta social, ou que é motivado e empreendido por esta luta. Em outras palavras, a proposição é de que a história é um processo em aberto, de modo que são os conflitos sociais que ditam seus rumos, embora isto deva se dar dentro de uma estrutura pré-estabelecida.²⁹

Partindo desta metodologia de análise é possível derivar os principais aspectos constituintes da concepção de Cardoso e Faletto acerca do desenvolvimento capitalista periférico. Acredita-se, então – e esta é a tese comum de que partem todos os teóricos dependentistas, de modo que suas divergências passam a se dar em relação às implicações deste fato (ou desta constatação) e das possibilidades de desenvolvimento vislumbradas para a periferia considerando este condicionante estrutural –, que a dependência é um componente estrutural do desenvolvimento na periferia, de tal modo que as formas externas de exploração não são exclusivas quando da determinação da condição mais ou menos dependente da periferia, devendo haver necessariamente uma combinação entre os condicionantes externos e internos de transformação, sendo que estes últimos se compõem pela contradição existente entre as classes locais dominantes (que integram a aliança no poder) e as dominadas (que estão fora desta aliança). E é justamente o conflito entre estas classes e sua estrutura interna, ou seja, o plano político interno que conduz, em grande medida, à ampliação ou minimização da dependência da periferia em relação ao centro. Neste ponto, considerando que as classes e sua

²⁹ Esses aspectos justificam aquele que parece ser o cerne do pensamento de Cardoso e Faletto (sintetizado na compatibilidade possível entre dependência e desenvolvimento), tendo em vista que a possibilidade de transformação estrutural antes tratada diz respeito também a uma possível mudança na condição dependente dos países periféricos, o que implica refutar a tese da inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia. Voltaremos à questão.

luta são variáveis de crucial importância para o *approach* marxista, cabe fazer um parêntese para mencionar as críticas de Cardoso à visão marxista da dependência.

Em trabalho posterior à obra famosa com Faletto e escrito desta vez com José Serra,³⁰ Cardoso vai explicitamente divergir dos autores filiados à visão marxista, afirmando que os mesmos são economicistas – tal como os weberianos fazem comumente em relação aos marxistas –, estagnacionistas e tendem a minimizar os fatores internos quando da determinação da dependência. Em relação à acusação de economicismo, Cardoso afirma que a política se apresenta como uma esfera autônoma, sendo que a luta que se exerce no interior dessa esfera encontra no econômico apenas uma forma de manifestação. Quanto a isto, Marini (2000b, p. 231) se defende afirmando que, “reduzida a si mesma, a luta política se vê assim desprovida de qualquer base explicativa sólida”, no sentido marxista de que é a própria materialidade econômica que determina em que termos se dão as relações nos níveis social, político e até mesmo espiritual. É também atribuído aos marxistas o argumento do estagnacionismo, com a afirmação de que, se, para esses autores a dependência apresenta restrições externas ao crescimento, as economias periféricas não poderiam crescer e estariam fadadas à estagnação. Na verdade, o cerne do argumento é outro. Refere-se ao fato de que, por estar inserida na lógica da acumulação capitalista – se utilizando muito fortemente, inclusive, de mecanismos de superexploração do trabalho –, quanto mais a periferia cresce, mais ela fortalece as diferenças próprias desta lógica. “Dessa forma, em situação de dependência, maior desenvolvimento capitalista, com o crescimento da economia dependente, implica maior dependência, o que não é sinônimo de estagnação” (CARCANHOLO, 2004, p. 13). Por fim, no que diz respeito à crítica de que os marxistas supervalorizam os fatores externos enquanto determinantes da dependência, a resposta cabível envolve a ideia de que é a própria aderência dos grupos internos à ideologia e aos projetos divulgados pelos grupos externos de dominação que determina, por exemplo, a opção de inserção externa passiva feita pelos países da América Latina, especialmente na década de 1990. Deste modo, o externo exerce grande influência sobre o interno, mas os grupos pertencentes a esta última esfera apenas aceitam estas imposições porque elas vão ao encontro da concretização de seus interesses particulares.

³⁰ O trabalho, *Las Desventuras de La Dialéctica de La Dependência*, foi escrito em janeiro de 1978 quando os autores eram professores visitantes do *Institut for Advanced Studies* da Universidade de Princeton, tendo sido publicado no n° 78 da Revista Mexicana de Sociologia, editada pelo *Instituto de Invetigaciones Económicas* da UNAM, e, posteriormente, no n° 23 da revista *Estudos CEBRAP*.

Feito este parêntese, e retomando a linha de análise de Cardoso e Faletto, notamos que a percepção dos autores exclui o externo e o econômico como determinantes exclusivos da situação de dependência vigente, acrescentando a necessidade de uma combinação entre estes fatores e os fatores internos e políticos. A ideia é a de que as transformações e mudanças no sentido de condições opostas às do subdesenvolvimento são resultado do tipo de vinculação que as economias nacionais têm com o mercado mundial, sendo que esta vinculação afeta diretamente as alianças internas que se estabelecem e mesmo as alianças dos grupos internos com os grupos externos de dominação. Dito de outra maneira, a forma como se dá a integração da periferia ao mercado internacional tem por detrás as inter-relações entre os grupos sociais no interior de cada país e a vinculação destes grupos com os grupos externos pertencentes aos centros hegemônicos. A seguinte passagem de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* deixa clara esta visão:

Como o objetivo deste ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política. (CARDOSO e FALETTO, 1981, p. 23)

Deriva daí que, embora a tese geral dos dependentistas, inclusive Cardoso e Faletto, aponte para a dependência estrutural dos países periféricos frente aos centrais, as obras de Fernando Henrique Cardoso, em especial, tinham como principal objetivo enfatizar que “havia possibilidade de desenvolvimento, dependendo das ações políticas e de surgirem novos atores sociais” (CARDOSO, 1995, p. 1). Deste modo, quando se percebe a insuficiência da diversificação produtiva no sentido de impulsionar uma trajetória de desenvolvimento que se sustente ao longo do tempo e também a insuficiência das interpretações que atribuem a dinâmica do desenvolvimento exclusivamente à influência que os centros hegemônicos exercem sobre as nações subdesenvolvidas, a análise da dependência, para Cardoso e Faletto, recorre necessariamente à apreciação de como atuam as forças sociais no caso de cada país. Os fatores sociais e políticos internos, com sua vinculação “natural” (ou estrutural) à dinâmica dos centros hegemônicos, poderiam estabelecer políticas que se aproveitassem das novas oportunidades de crescimento dadas pela integração das economias periféricas ao mercado mundial.

Com este horizonte, desenvolve-se a ideia de que

a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe *nos casos extremos* que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas.³¹ (CARDOSO e FALETTTO, 2000, p. 508, itálico nosso).

Nessas circunstâncias, se inclui o papel subordinado e associado da burguesia nacional dos países da periferia. Dado esse quadro num momento histórico de intensificação da internacionalização do mercado interno – fase da “nova dependência”, tal como denominado pelos autores –, a alternativa que se apresentava à burguesia nacional, para que pudesse garantir a aceleração do crescimento econômico, era a sua associação com o capital externo e sua transferência dos setores estratégicos ou dinâmicos da economia (a saber, setores produtores de bens de capital e de consumo duráveis, que ficariam sob o domínio das multinacionais) para setores subordinados (bens primários e de consumo não-duráveis). Deste modo, se houvesse alguma possibilidade de mudança para uma condição “superior” de desenvolvimento, sua implementação estaria necessariamente sujeita à atuação de um único grupo social, a burguesia industrial.

Entretanto, o mesmo processo de associação que produz estes impactos sobre a periferia é, segundo Cardoso e Faletto, o único capaz de dinamizar estas economias e garantir algum nível de acumulação de capital e crescimento econômico, ainda que de forma concentradora e excludente.

Assim, desenvolvimento dependente e associado é, segundo os autores, a única alternativa para que estas economias consigam obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internacionalização das economias e a tendência à unificação dos mercados tornam-se pressuposto fundamental da nova perspectiva imperialista. Ao invés de lutar contra a atual ordem

³¹ Esta seria a definição de dependência na concepção dos weberianos e o único aspecto que caracteriza esta condição é a “forma de dominação”, que pode se mostrar sob variadas feições, até mesmo crescimento econômico, inexistência de tecnologia, dívida externa, distribuição de renda ou desenvolvimento. Não se define ao certo quais são essas formas de dominação, deixando campo aberto para qualquer tipo de interpretação e para a adoção de quaisquer daquelas expressões fenomênicas da dependência dos países periféricos em relação aos centrais. Ademais, aquilo que para os autores se apresenta como caso extremo, parece ser, na realidade, o que de fato ocorre.

mundial, torna-se condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais, com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente. (TRASPADINI, 1998, p. 34)

Note-se que há um reconhecimento por parte dos próprios autores de que o fruto imediato da estratégia de desenvolvimento proposta é uma estrutura social extremamente concentradora e excludente, característica esta apreendida como sendo uma lei de tendência do desenvolvimento capitalista, no sentido de que este último tem na sua evolução a produção inerente de concentração de renda e riqueza. Traspadini percebe muito bem este aspecto, salientando que a questão de Cardoso e Faletto não é entender o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma dada economia, mas simplesmente indicar a forma possível desse desenvolvimento na etapa do capitalismo avançado. Por conseguinte a questão maior do desenvolvimento não diz respeito a uma distribuição mais equitativa da renda e da riqueza, mas à tendência inexorável à transformação e elevação do grau de complexidade da estrutura produtiva (1998, p. 55).

Os dois autores consideram que o consumo das massas é irrelevante para a acumulação capitalista, sendo que esta se mantém apenas com o consumo entre produtores, de tal forma que,

[...] para aumentar a capacidade de acumulação desses ‘produtores-consumidores’ é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento. (CARDOSO e FALETTO, 1981, p. 131)

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento dependente-associado era utilizado para expressar a coexistência dialética de dependência e desenvolvimento, num processo de aprimoramento das forças produtivas e aceleração da geração de mais valia relativa³² na periferia, sem maiores alusões às questões sociais de fundo e aos impactos desse processo de associação sobre a estrutura social periférica.

³² Apesar de sobejamente conhecido, não custa lembrar que mais-valia relativa, nos termos de Marx, diz respeito a uma redução do valor da força de trabalho alcançado por meio de um aumento da produtividade nos setores produtores de bens-salário, reduzindo seu preço. Deste modo, a reprodução da força de trabalho torna-se mais barata e, portanto, seu valor diminui, provocando um aumento relativo da mais-valia.

Sintetizando estas questões e tentando caminhar para uma crítica a esta vertente weberiana da teoria da dependência, podemos dizer que a corrente dependentista representada por Cardoso e Faletto defende o desenvolvimento capitalista periférico em associação com o centro do sistema mundial, o que se daria por meio da manutenção, por parte dos países periféricos, de condições favoráveis ao crescimento do fluxo de capitais externos, tanto no sentido de superar sua escassez de divisas, quanto no sentido de garantir, sob a forma de investimentos diretos, o crescimento econômico. O ponto crucial é que, por detrás desta necessidade de atrair capitais externos está a necessidade de abertura e desregulamentação dos mercados, o que nos leva a concluir que “desenvolvimento capitalista associado e neoliberalismo são termos distintos para uma mesma proposta” (CARCANHOLO, 2004, p. 14).³³

Além disto, nos parece lícito afirmar que Cardoso e Faletto negam como características intrínsecas à situação de dependência (ou como tendências constitutivas e irreversíveis desta situação) a deterioração dos termos de troca, as remessas de excedentes das regiões dependentes às dominantes, a necessidade de que se recorra à superexploração da força de trabalho no intuito de compensar tais transferências de valores, a consequente distribuição regressiva da renda e uma marginalidade crescente, temas estes basilares na abordagem da vertente marxista da dependência, conforme veremos na próxima seção. Ao rejeitarem estas tendências, acreditam que, mesmo numa condição dependente, é possível que os países da periferia cresçam sem superexploração do trabalho, garantindo certo grau de absorção da força de trabalho nas fases de crescimento do ciclo, o que viria combinado com a instituição de políticas compensatórias para aqueles que não fossem absorvidos, tudo isto num contexto de consolidação da estratégia do desenvolvimento capitalista associado. A teoria marxista da dependência se encarregará de rebater esta visão.

2.3. A versão marxista da dependência³⁴

³³ Isto pode ser afirmado no sentido de que, na prática dos momentos históricos, a teoria/ideologia da dependência associada encontrou base concreta/material para ser implantada dentro do contexto do neoliberalismo. Assim, embora dependência associada e neoliberalismo não sejam sinônimos, foram – e ainda são – compatíveis.

³⁴ Neste trabalho não utilizamos textos mais recentes de Theotônio dos Santos porque este autor passa para uma abordagem do sistema-mundo que foge ao escopo desta análise. Sendo assim, nossa ênfase se dá sobre seus trabalhos de 1970 e 2000, sendo que este último realiza um balanço geral da teoria da dependência e suas perspectivas.

Iniciando com a definição de dependência, esta situação pode ser entendida como um condicionamento da economia de certos países em relação ao desenvolvimento e expansão de outras economias. Desta forma, os países dominantes poderiam se expandir e se auto-sustentar enquanto que os dependentes apenas poderiam fazê-lo como um reflexo da expansão dos anteriores (DOS SANTOS, 1970, p. 231). Nos termos de Marini, a dependência deve ser

entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada³⁵ da dependência. (1990, p. 3)

Analisando o processo de constituição da economia mundial que integra as economias nacionais ao mercado global, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho (MARINI, 1990), tema que será melhor discutido à frente. O resultado disto é a limitação de seus mercados internos e de sua capacidade técnica e cultural, bem como do desenvolvimento moral e psíquico de seu povo (DOS SANTOS, 1970, p. 231).

Desenvolvendo melhor estes aspectos, é possível distinguir, segundo Dos Santos, três formas históricas da dependência, já mencionadas na apresentação deste trabalho, mas que vale reproduzir, visto que agora nos estenderemos mais sobre elas. A primeira delas seria a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital

³⁵ Reprodução ampliada, como se sabe, é um termo do jargão marxista que refere-se à situação em que ao menos parte da mais valia extraída à força de trabalho é reinvestida no processo de produção. Assim, o que torna distinto os dois esquemas, este e aquele da reprodução simples, não é o valor que cada um deles é capaz de produzir, mas sim o modo como se dá a realização desse valor, já que, neste último caso, a totalidade do excedente resolve-se em consumo dos capitalistas. Ao utilizar o termo aqui, Marini está claramente fazendo uma analogia com aquele conceito de Marx, mas, mais que isso, ele indica aqui que, dada a relação de subordinação econômica entre nações formalmente independentes, a reprodução ampliada do capital na periferia torna-se necessariamente reprodução ampliada da própria dependência.

comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre as metrópoles europeias e as colônias. A segunda seria a dependência “financeiro-industrial”, que teria se consolidado ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dava por meio de estímulos à produção, nos países não centrais, de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. Consequentemente, a produção nos países dependentes é destinada à exportação, isto é, a produção é determinada pela demanda por parte dos centros hegemônicos, sendo que a estrutura produtiva interna é caracterizada pela rígida especialização e mesmo pela monocultura, em algumas regiões.³⁶

Por conta destas condições impostas por estas duas formas históricas iniciais da dependência, a existência de um mercado interno restrito se dava por quatro fatores: i) a maior parte da renda nacional era derivada da exportação; ii) a força de trabalho era submetida a várias formas de superexploração, o que limitava seu consumo; iii) parte do consumo desses trabalhadores se dava por meio da economia de subsistência, o que servia como um complemento a sua renda e como um refúgio durante períodos de depressão; e iv) a maior parte dos excedentes acumulados era enviada para fora dos países exportadores, limitando não somente o consumo interno, mas as possibilidades de reinvestimento.

Nos anos 1950, se consolidaria uma terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que vão instalar plantas industriais nas economias dependentes visando o mercado interno desses países. Neste caso, ocorre que a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida domesticamente. Esta compra é sujeita a dois tipos distintos de constrangimento: i) o limite de recursos gerado pelo setor exportador; e ii) as limitações de monopólios e patentes. O primeiro constrangimento relaciona-se à necessidade aumentada de divisas que o processo de industrialização gera, divisas essas produzidas pelo setor exportador.³⁷ O segundo decorre do fato de que a maquinaria e alguns insumos necessários para o desenvolvimento das indústrias dos países

³⁶ Não custa lembrar que Celso Furtado, sem utilizar esses termos, chega a conclusões semelhantes no que concerne à formação econômica do Brasil, visto considerar que só depois da crise dos anos 1930 é que o centro dinâmico da economia é deslocado para dentro do país.

³⁷ A consequência dessa dependência é a preservação desse setor tradicional, que limita economicamente o desenvolvimento do mercado interno pela conservação de relações de produção retrógradas, o que significa, politicamente, a manutenção de poder por parte das oligarquias tradicionais decadentes.

não centrais não são livremente vendidos no mercado internacional. Esses bens são usualmente produzidos em condições de monopólio, o que infla seus preços e, além disso, há a necessidade do pagamento de *royalties* para a utilização de produtos e/ou tecnologias patenteados. Em boa parte dos casos, as indústrias produtoras desses bens convertem esses produtos em capital e os introduzem nas economias dependentes na forma de seus próprios investimentos, através da instalação de afiliadas. Isto faz com que os fluxos de recursos sejam fortemente desfavoráveis para os países dependentes, tendo em vista que o montante de capital que sai destes países (através dos gastos já citados ou pelo envio de lucros) é muito maior do que o montante que neles entra. (DOS SANTOS, 1970).³⁸

Cada uma destas formas de dependência corresponde a uma situação que condiciona não somente as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

A acumulação de capital em tais circunstâncias assume suas próprias características. Em primeiro lugar, ela é caracterizada por profundas diferenças em nível doméstico, no contexto local de um mercado de trabalho onde a oferta é abundante, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. O resultado, sob o ponto de vista da mais valia relativa, é uma violenta exploração da força de trabalho, que se dá justamente como consequência do já mencionado intercâmbio desigual e dos mecanismos de transferência de valor que ele reforça, os quais discutiremos em detalhe mais à frente. Isto acontece porque o resultado imediato do funcionamento desses mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. E o único expediente que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através de uma superexploração da força de trabalho. Em outras palavras, a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica necessariamente uma distribuição regressiva de renda e riqueza, com todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo.

³⁸ No último capítulo desta tese retomaremos a questão das distintas fases da dependência, ocasião em que tentaremos levantar hipóteses sobre uma possível atualização dessa periodização.

Acrescente-se a isto o fato de que esta exploração é bastante agravada pelo aumento dos preços dos produtos industriais reforçados pelo protecionismo, isenções e subsídios dados pelos governos nacionais. Além disso, desde que esta acumulação dependente se dá necessariamente dentro da economia internacional, ela é profundamente condicionada pela característica desigual e combinada das relações econômicas do capitalismo mundial, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, etc..

Ao analisar o sistema de reprodução dependente, e as instituições socioeconômicas por ele criadas, Dos Santos (1970, p. 235) tem um entendimento deste sistema como uma parte de um conjunto maior de relações econômicas mundiais baseadas no controle monopolístico de capital em larga escala, no controle econômico-financeiro de certos centros sobre outros e no monopólio de uma complexa tecnologia, que leva a um desenvolvimento desigual e combinado em nível nacional e internacional.

Enfim, o que se pretende esclarecer é que, na concepção marxista, só é possível entender o que acontece nos países subdesenvolvidos quando vemos seu desenvolvimento enquanto um processo de produção e reprodução dependente, ponto de vista que está presente em todos os autores dessa vertente. Este sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é limitado por relações mundiais que necessariamente levam ao desenvolvimento somente de certos setores da economia, por condições tradicionalmente desiguais, por uma competição doméstica com o capital internacional em condições de desigualdade e pela imposição de relações de superexploração da força de trabalho doméstica, possibilitando a divisão do excedente econômico, por ela gerado, entre forças externas e internas de dominação. Na seção seguinte, retomando algumas das considerações de Marx, abordaremos de modo mais aprofundado o conceito de superexploração tal como aparece em *Dialética da Dependência* (1990/1973), a obra clássica de Marini e, na próxima, trataremos da outra categoria definidora da situação dependente na visão marxista, que é o conceito de subimperialismo.

2.3.1 Acumulação capitalista, exército industrial de reserva e superexploração da força de trabalho

Para melhor explorar o conceito de superexploração do trabalho, vale resgatar as reflexões de Marx sobre o tema da exploração da força de trabalho com conseqüente expropriação de trabalho não pago.

Após ter desenvolvido temas como a mercadoria, o dinheiro, a transformação do dinheiro em capital e a produção das mais valias absoluta e relativa quando das considerações acerca do processo de produção capitalista no Livro I de *O Capital*, Marx parte para o tratamento daquilo que chamou de “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”,³⁹ visando esclarecer como se dá o processo de acumulação de capital e qual a sua influência (ou quais são seus impactos) em relação à classe trabalhadora.

O argumento inicial que embasa esta discussão é o de que a procura por força de trabalho aumenta à medida que se amplia a acumulação, desde que seja mantida constante a composição do capital, devendo esta última ser entendida como a composição orgânica do capital. É necessário aqui esclarecer o significado destes termos.

A composição do capital deve ser apreciada em duas esferas: a esfera do valor (composição-valor ou composição orgânica do capital) e a esfera material – da matéria utilizada no processo produtivo – (composição técnica do capital). A primeira é determinada pelo valor dos meios de produção e pelo valor da força de trabalho (resultado da soma global dos salários), ou seja, envolve as proporções nas quais o capital se divide em constante e variável, respectivamente, e pode ser representada matematicamente na forma c/v , onde c representa o capital constante e v diz respeito ao capital variável.

A segunda, a composição técnica, se refere à quantidade de força de trabalho (FT) necessária para operar determinada quantidade de meios de produção (MP), tendo em vista que no processo produtivo todo o capital empregado se decompõe nestes dois fatores. Formalmente, a composição técnica se expressa na forma MP/FT , ou seja, quanto de força de trabalho é necessário para operar uma quantidade dada de meios de produção.

Como se sabe, Marx considera a composição orgânica como sendo a própria composição do capital (e sempre que se refere àquela utiliza este último termo). Isto se justifica no

³⁹ Marx, *O Capital*, Livro I, Capítulo XXIII.

reconhecimento de que a composição orgânica do capital (ou a composição do capital segundo seu valor) é determinada pela composição técnica – na medida em que a proporção de valor empregado em meios de produção e em força de trabalho depende da combinação mesma entre ambos os fatores, ou seja, depende da quantidade de cada um deles que é empregada quando do ingresso na esfera produtiva – e, ao mesmo tempo, é capaz de refletir quaisquer modificações ocorridas nesta combinação de fatores. Dito de outra maneira, se aumenta ou diminui a produtividade, expressa pela composição técnica, a composição orgânica reflete isto em valor, embora não necessariamente em termos proporcionais. Sendo assim, a composição orgânica do capital torna-se representativa da própria composição do capital como um todo.

Esclarecidos estes conceitos, o que Marx tenta mostrar é que, mantida constante a composição técnica do capital – ou seja, mantida fixa a quantidade de horas trabalhadas necessárias para pôr em funcionamento determinada massa de meios de produção, ou ainda, mantida fixa a produtividade –, quando aumenta o capital, aumenta na mesma proporção a demanda por força de trabalho. Tendo em vista que, quando se amplia demasiadamente a procura por trabalho por conta das necessidades da acumulação pode-se chegar a um ponto em que a oferta de trabalho torna-se menor que sua demanda, os salários a serem pagos aos trabalhadores também crescem de acordo com o ritmo de crescimento do capital, de modo que este aumento age como um “mecanismo de ajuste”. Então, a ampliação nos salários é também função do ritmo de crescimento do capital, o que significa que, quando cresce a massa de capital constante, ou seja, quando se amplia a acumulação, o salário pago àqueles que estão efetivamente empregados tende também a crescer, deixando claro que isto apenas é possível se for mantida a hipótese de que há acréscimo de capital sem que a composição do capital (ou a produtividade) se altere.

Ocorre que o sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente.⁴⁰ A tendência é a de que a composição orgânica do capital aumente progressivamente e que, portanto, aumente a massa de capital constante (que está na razão direta da acumulação, ou a

⁴⁰ Marx explica a produtividade do trabalho como sendo a expressão da quantidade de meios de produção que um trabalhador individual é capaz de transformar em produto num dado período de tempo, de modo que esta quantidade aumenta à medida que se eleva a produtividade do trabalho, ou à medida que um mesmo trabalhador consegue transformar mais matéria-prima em produto final utilizando o mesmo tempo que no passado. O que emblematiza ou torna patente o crescimento da produtividade é justamente a crescente incorporação de meios de produção ao processo produtivo relativamente àquilo que se acrescenta em termos de força de trabalho.

favor dela) relativamente à massa de capital variável (que está na razão inversa da acumulação, ou contra ela, no sentido de que seu incremento faz baixarem os níveis de produtividade por trabalhador que, conseqüentemente, entram o processo acumulativo, tornando-o mais lento). Como disse Marx,

dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação. (1974, p. 722-723)

A expansão do capital depende de que a força de trabalho seja continuamente incorporada a ele, de modo que a reprodução do trabalho se confunde com a própria reprodução do capital, ou, melhor dizendo, a venda da força de trabalho por parte do assalariado age tanto no sentido de garantir sua própria reprodução quanto no sentido de garantir e, mais do que isto, intensificar o processo de acumulação capitalista. Sendo assim, acumular capital significa necessariamente aumentar o proletariado, inclusive porque o trabalho vivo por ele exercido é o único capaz de criar valor adicional, ao passo que o trabalho morto (fruto do emprego de máquinas e equipamentos no processo produtivo) corresponde à parte constante do capital total que apenas transfere valor para o produto final.

Nesta [na produção capitalista], não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional. As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam, portanto, a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital. O salário [...] pressupõe sempre, por sua natureza, fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. (MARX, 1974, pp. 718-720)

Estas observações levam à interpretação de que o assalariado produz o capital e, ao mesmo tempo, é dominado e se subordina ao seu próprio produto. Ou seja, é criador e escravo de sua própria criatura; é criador e escravo do capital: “na religião, o ser humano é dominado por

criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos” (Ibidem, p. 722).

A lei da produção capitalista expressa a relação existente entre capital, acumulação e salários apenas como uma “relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar” (Ibidem, p. 721).⁴¹ Deste modo, a elevação de salário – e a conseqüente queda de trabalho não pago – se explicaria justamente pelo acréscimo de trabalho pago, que se dá em função de uma ampliação na velocidade de acumulação de capital fruto de uma também ampliação na própria quantidade de trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora. Isto significa que os salários se elevam como conseqüência do pagamento de baixos salários no passado, haja vista que este último produz mais valor, faz intensificar a acumulação e, deste modo, cria a necessidade de que novos trabalhadores sejam contratados. À medida que este processo se acelera, a oferta de força de trabalho torna-se inferior à demanda e, portanto, os salários se elevam, ou, visto sob um outro ângulo, diminui o trabalho não pago.

O movimento contrário também seria verdadeiro, no sentido de que o decréscimo do trabalho não pago atinge um nível em que o capitalista já não tem mais trabalho excedente do qual se apropriar, necessitando, portanto, para dar prosseguimento à sua dinâmica de acumulação, reverter a trajetória e passar a diminuir a quantidade de trabalho pago (leia-se, ampliar a quantidade de trabalho não pago, ou trabalho excedente). Mais do que isto, a ampliação do trabalho não pago e, portanto, a queda nos salários corresponde a uma lei de tendência do sistema capitalista que, como já dito, assume o crescimento da produtividade como sendo um elemento essencial ao processo de acumulação de capital e, por isso, à própria dinâmica capitalista. Em outras palavras, é a tendência permanente de crescimento da produtividade

⁴¹ Numa tentativa de tornar mais clara esta dialética do trabalho pago e não pago, vale recordar que, conforme mostra Marx, a produção de mais-valia é resultante de um tempo de trabalho excedente. Trata-se de uma extensão na jornada de trabalho para a qual não há remuneração, ou de uma redução na remuneração, mantida constante a jornada de trabalho. Seja qual for a forma em que se manifeste este trabalho excedente, ele envolve um tempo de trabalho que excede aquele tempo necessário para a auto-reprodução do trabalhador e, portanto, ultrapassa a quantidade de trabalho que o operário é pago para realizar, levando à ideia de que a classe capitalista acumula, em realidade, trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora. Deste modo, este trabalho excedente é relativo ou corresponde ao trabalho não pago realizado pelo proletariado, ou seja, é um trabalho que o operário realiza e que vai para além daquele para o qual ele é remunerado. Contrariamente, o trabalho pago corresponde exatamente ao tempo de trabalho necessário para que o trabalhador possa garantir sua reprodução e este tempo de trabalho necessário corresponde precisamente à remuneração recebida pelo trabalhador (ou ao salário pago pelo capitalista), prevalecendo a troca de equivalentes. Sendo assim, à medida que aumenta o trabalho pago, diminui o trabalho não pago e vice-versa, tendo em vista que ambos correspondem a partes opostas de um mesmo todo, qual seja, o tempo de trabalho total.

que impede a recorrência de situações em que a oferta de trabalho cresce a um ritmo inferior à demanda, pressionando pelo aumento dos salários (que, nesses casos, sobem acima do valor da força de trabalho e consomem o que deveria ser o excedente). Portanto, o preço do trabalho fica limitado ao ponto em que ficam assegurados os fundamentos do sistema e sua reprodução em escala crescente. Como apontou Marx a este respeito,

a lei da acumulação capitalista (...) na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. (Ibidem, p. 722)

Entretanto, esta relação não se dá exclusivamente nos termos antes estabelecidos, como se variações nos salários ocorressem apenas como resposta a um movimento natural dos mercados. Por detrás destas questões está contida a causa fundamental que provoca, em regra, a queda nos salários dos trabalhadores, qual seja, a formação de um exército industrial de reserva (EIR) como impacto da própria acumulação capitalista. Esta última

produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (Ibidem, p. 731).

Esta população excedente é produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista. A dialética da questão – e isto é fundamental – está no fato de que, ao reproduzir este sistema e permitir que haja ampliação da riqueza ou do capital social, a população trabalhadora produz as condições que a tornam relativamente supérflua a este mesmo modo de produção. Significa dizer que, quando ocorre um incremento na composição do capital (o que é a própria tendência no capitalismo), deve ser ampliada a produtividade do trabalho como instrumento de intensificação do processo acumulativo ao invés de ocorrer uma expansão nos níveis de contratação de trabalhadores que possam ser incluídos no processo produtivo operando os novos meios de produção ora acrescentados neste mesmo

processo. Então, amplia-se a quantidade de máquinas e equipamentos e a contratação de trabalhadores não acompanha esta ampliação.

Esta população trabalhadora excedente constitui, assim,

um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (Ibidem, p. 733-734)

O EIR é, então, vital para o “bom funcionamento” da produção capitalista e deve ser independente do incremento natural da população, no sentido de que deve existir mesmo que a população não cresça – ou, levando ao extremo, mesmo que a população decresça. Apenas deste modo é possível que o capitalista explore de maneira crescente os assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada.

Isto ocorre justamente porque a parte desempregada da classe trabalhadora que forma o exército de reserva exerce pressão sobre a parte empregada desta mesma classe – o que fica evidente quando se observa a concorrência entre ambas –, deixando àqueles que estão efetivamente empregados a forte possibilidade de se verem instantaneamente desempregados num período subsequente, tendo em vista que há um grupo enorme de pessoas (EIR) dispostas a ingressar no mercado de trabalho a salários inclusive inferiores aos vigentes;⁴² tudo isto para que possam se ver livres, ainda que temporariamente, do desemprego tão característico e funcional ao modo de produção capitalista. Sendo assim, os que se encontram na categoria de empregados se veem sujeitos ao trabalho excessivo e aos ditames do capital, de modo que a exploração a que se submetem é a fonte mesma de enriquecimento da classe capitalista como um todo e de cada capitalista individualmente.

Todo este movimento de ampliação do capital constante em relação ao capital variável, com as consequências antes apontadas que lhe são próprias, é fortalecido por conta das modificações em termos de estrutura produtiva que passam a ocorrer à medida que o

⁴² Se é assim, os salários sofrem alterações com base nos movimentos de expansão ou contração do exército industrial de reserva.

capitalismo se desenvolve (no sentido de processualidade dinâmica) por si mesmo e recria seus próprios “métodos para elevar a força produtiva social do trabalho” (Ibidem, p. 725), elevando, desta forma, a produção de mais valia, cuja conversão contínua em capital acresce o capital produtivo e a produção em escala ampliada, faz crescer a produtividade e o excedente produzido e, portanto, a magnitude da acumulação propriamente dita, que tem neste último seu motor.

Estes métodos que contribuem especificamente com o aumento da produtividade envolvem a concentração e a centralização do capital, além de mecanismos de crédito que tendem a lubrificar a passagem de uma situação de concentração para uma situação de centralização. Guardando as diferenças entre ambos os estados, podemos dizer que a concentração do capital corresponde à detenção de quantidades maiores ou menores de meios de produção e ao respectivo comando sobre um exército maior ou menor de trabalhadores por parte dos capitais individuais. Por esta característica, a concentração do capital se identifica com a acumulação, na medida em que cresce a partir do crescimento do capital social, ao mesmo tempo em que permite e intensifica a ampliação deste último. Ou seja, é um processo que se auto sustenta, porque a acumulação faz crescer a concentração que, por sua vez, permite que haja mais acumulação e assim sucessivamente, estando limitado apenas pelo grau de crescimento da riqueza social e pela concorrência natural entre os diversos capitais individuais que atuam em ramos diversos da economia.

E é justamente a partir desta concorrência recíproca de todos os capitais individuais em relação a todos os outros que nasce a centralização do capital, porque, embora esta característica evidencie a repulsa entre os fragmentos do capital como um todo, há uma outra que a contraria, evidenciando a atração entre os mesmos. Constitui-se, assim, um momento em que os pequenos capitais são “engolidos” pelos grandes, que acabam por se tornar um único capital retido nas mãos de um único capitalista (ou nas mãos de alguns poucos grandes capitalistas), naquilo que Marx chamou de “a expropriação do capitalista pelo capitalista” (Ibidem, p. 727). Para o progresso desse movimento não é necessário que haja incremento do capital social (ou ampliação da acumulação), tendo em vista que se trata apenas de uma

mudança no modo como os capitais individuais se distribuem, passando de muitos fragmentos para poucos, ou, no limite, para um só correspondente ao todo dentro de um mesmo setor.⁴³

Este processo [de centralização] se distingue do anterior [de concentração] porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. (Idem)

O papel do crédito neste entremeio é justamente o de facilitar a ocorrência da centralização do capital no sentido de fazer chegar aos capitalistas os recursos financeiros necessários ao domínio do pequeno pelo grande capital, o que se mostra como tendência *pari passu* ao desenvolvimento da acumulação e da própria produção capitalista. Sendo tendência, é essencial dizer que a centralização do capital fortalece o crescimento da composição do capital, acelerando, portanto, a contração de sua parte variável em relação à sua parte constante, com todos os efeitos já tratados, próprios desta transição.

Vale dizer que a superpopulação relativa – ou o exército industrial de reserva – existe sob quatro formas distintas: flutuante, latente, estagnada e em estado de pauperismo. A primeira forma, que pode ser comparada a uma situação de desemprego friccional, engloba os trabalhadores que são ora repelidos, ora atraídos – em quantidade superior à de repulsão – para determinado ramo de atividade (em regra os ramos industriais não agrícolas), chegando ao ponto em que, no geral, o número de empregados é ampliado, embora em proporção decrescente, se comparada com o aumento da escala de produção.

A segunda forma envolve os trabalhadores rurais que são repelidos da atividade agrícola, porque esta passa a ser permeada pela produção e acumulação capitalistas. Ocorre que, ao contrário do que se percebe nas atividades não agrícolas, esta repulsão não é repostada por uma atração subsequente, de modo que a superpopulação relativa daí derivada está eminentemente condenada a se transferir para os centros urbanos em busca de condições favoráveis de emprego.

⁴³ Na realidade, no que concerne ao processo de centralização, temos na realidade uma situação inversa, pois é justamente nos momentos de crise, ou seja, de retração da acumulação, que criam-se as melhores condições para que os pequenos e mais frágeis capitais sejam absorvidos pelos capitais maiores, mais fortes e com melhores condições de sobreviver em tempos de penúria.

Em terceiro lugar, a forma estagnada de existência da superpopulação relativa envolve os trabalhadores que se empregam em atividades irregulares, cuja característica principal é a de que trabalham ao máximo e são pagos com o mínimo possível. Trata-se do subemprego ou das formas precárias do mercado de trabalho desestimulado. Esta superpopulação é formada por trabalhadores que se tornam supérfluos tanto na indústria quanto na agricultura e, portanto, aumenta “à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos” (MARX, 1974, p. 746).

Finalmente, não devem ser esquecidos aqueles que vivem em situações extremas de miséria e indigência (estado de pauperismo) e que contribuem igualmente com a manutenção de uma superpopulação relativa absolutamente funcional ao capital no sentido de garantir a ocorrência da superexploração do trabalho e, assim, o “engrossamento” da acumulação.

Deste modo, a lei geral absoluta da acumulação capitalista, pode ser descrita nas seguintes palavras:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com a potência da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (Ibidem, p. 747).

É no fulcro desta construção teórica de Marx que se insere o tema da superexploração da força de trabalho, esta última apontada por Marini (1990, 2000a) como sendo a característica estrutural demarcadora da condição dependente vivida pelos países da periferia em relação aos países do centro do capitalismo mundial. Sua relação com a lei geral da acumulação capitalista evidencia-se claramente, especialmente quando é tratada a funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista e, ao contrário e muito mais importante, sua “disfuncionalidade” para a classe trabalhadora, considerando-se os impactos perniciosos que provoca em relação às suas condições de vida.

Desenvolvendo melhor o argumento, segundo Marini (1990), a acumulação de capital no interior dos países dependentes assumiria características próprias. Nesses países o mercado de trabalho seria caracterizado, em geral, pelo baixo preço da força de trabalho (um mercado de trabalho barato), em geral combinado a uma tecnologia capital intensiva, indicando uma violenta exploração da força de trabalho. Essa superexploração se daria justamente como consequência das relações desiguais em termos do intercâmbio entre nações dependentes e centrais e dos mecanismos de transferência de valor que essas relações acabam por produzir. A relação entre um e outro fenômeno estaria em que o resultado da operação dos referidos mecanismos seria uma permanente e forte saída de recursos, impondo constrangimentos estruturais ao processo interno de acumulação, os quais seriam minorados pela superexploração da força de trabalho. Superexplorar a força de trabalho tornaria então possível às economias periféricas garantir a dinâmica interna de sua acumulação de capital, “o que implica no acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho” (CARCANHOLO, 2004, p. 11).

Ainda segundo Marini (1990), os mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central levam a que a mais valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro configurando, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia⁴⁴ (aquilo que Marini chamou de “capitalismo *sui generis*”). O excedente que é enviado para o centro toma a forma de deterioração dos termos de troca, não sendo, portanto, realizado internamente. Dessa forma, a transferência de valor provoca, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva. Em outras palavras,

⁴⁴ Este termo precisa ser esclarecido para evitar possíveis incompreensões. Com “capitalismo incompleto” pretendemos dizer apenas que o processo de acumulação na periferia é temporariamente obstruído pelas remessas de recursos ao exterior. A temporalidade é dada justamente pela maior ou menor capacidade que o capitalista periférico tem de recorrer aos mecanismos de superexploração do trabalho para dar continuidade ao processo e seguir acumulando. Em nenhum momento pretendemos afirmar, com isso, que na periferia temos um capitalismo pouco avançado ou pouco desenvolvido – em termos de processualidade, para que fique claro. Ao contrário, é justamente o avanço das relações capitalistas num nível global mais geral e no interior das estruturas periféricas, em específico, que determina a constituição de relações de dependência, intransponíveis dentro dos marcos do capitalismo, diga-se de passagem, dado que são características próprias deste sistema.

a apropriação de mais-valia de um capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais-valia mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade da superexploração do trabalho. (MARTINS, 1999, p. 128)

A ocorrência dessa superexploração se daria sob quatro mecanismos principais – atuando de maneira isolada ou combinada: i) o aumento da intensidade do trabalho; ii) a prolongação da jornada de trabalho; iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador então convertido em fundo de acumulação capitalista, isto é, a queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho; e iv) a ampliação do valor da força de trabalho sem correspondente incremento salarial.⁴⁵

O primeiro destes mecanismos denota que, numa jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo. O segundo reflete um aumento do tempo de trabalho excedente para além daquele necessário à reprodução da força de trabalho do próprio operário, de modo que o mesmo “segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo” (MARINI, 1990, p. 8). O terceiro mecanismo de exploração representa um mecanismo através do qual a classe capitalista se vê fortalecida no sentido de impor uma queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho. A ampliação do exército industrial de reserva é um bom exemplo disto, dado que os trabalhadores empregados se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente a existência de pressão por parte dos desempregados, que se sujeitariam a uma remuneração inferior em troca de emprego. Finalmente, o último mecanismo está relacionado à ideia de que a determinação do valor da força de trabalho é histórico-social, de modo que, com o avanço das forças produtivas e, portanto, das necessidades humanas, esse valor pode subir e, se ele não for pago integralmente, temos uma nova forma de superexploração do trabalho.

Para Marini, os quatro mecanismos expostos têm como característica fundamental

[...] o fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque

⁴⁵ As três primeiras formas de superexploração são apreendidas diretamente de Marini (2000). A quarta forma representa um acréscimo possível em relação às anteriores e está relacionada, como veremos na sequência, à ideia de que a determinação do valor da força de trabalho se dá por um processo que é histórico-social.

ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no[s] último[s], porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.⁴⁶ (MARINI, 1990, p. 9)

Os mecanismos assim apresentados possuem certa ambiguidade, já que os dois primeiros referem-se às categorias clássicas de mais valia relativa e absoluta, que não são exclusivas das economias dependentes. A interpretação possível para isso é que, na visão de Marini, a superexploração do trabalho seria específica das economias dependentes, porque aí a compra e venda de força de trabalho se daria num contexto marcado pela “violação” de seu valor como regra (violação essa evidentemente combinada aos dois primeiros mecanismos), o que aconteceria em consequência direta das relações desiguais em termos de intercâmbio às quais essas economias estariam submetidas. Em outras palavras, só nas economias periféricas é que haveria uma violação sistemática do valor da força de trabalho, enquanto nas economias centrais isso poderia ocorrer, mas episodicamente. Os intérpretes mais qualificados de Marini, como Osório (2009) e Sotelo Valencia (2009), compartilham a ideia de que, para ele, a superexploração envolve necessariamente a violação do valor da força de trabalho (sem excluir os mecanismos comuns a todo e qualquer processo capitalista de produção). O primeiro, por exemplo, afirma que a intenção de Marini era justamente diferenciar os dois tipos de exploração, quais sejam, aquela que se apoia no aumento da capacidade produtiva do trabalho e respeita o valor da força de trabalho, que predominaria no mundo “central”, e aquela que se baseia na violação desse valor, que predominaria no mundo dependente. (OSÓRIO, 2009, p. 176)

Como o objetivo desta tese é repensar as teorias da dependência no contexto do capitalismo transformado das três últimas décadas, cabe observar que, “no quadro da diminuição das fronteiras econômicas nacionais trazida pela globalização”, a existência de superexploração da força de trabalho exclusivamente nas economias dependentes foi questionada pelo próprio Marini, em texto escrito em 1995.⁴⁷ Não é este, contudo, o lugar para nos determos nessa

⁴⁶ Conforme indicado na nota anterior, a última das formas não está explicitamente em Marini, mas é possível deduzir-se de suas considerações. Sendo um desdobramento da terceira característica, ela também se enquadraria na última observação da citação em tela.

⁴⁷ O texto em que Marini fez tais considerações é *Proceso y Tendencias de La Globalización Capitalista*, publicado no México, em 1995, em coletânea organizada pelo próprio Marini, em conjunto com M. Millán, que ganhou o nome de *La Teoria Social Latinoamericana*. A versão a ser utilizada neste trabalho foi encontrada em <http://lahaine.org/amauta/b2-img/Mariniglobalizacion.pdf>.

questão. Ela será retomada no último capítulo, destinado justamente a fazer o referido balanço da teoria da dependência à luz das transformações recentes.

Retomemos então o raciocínio de Marini, para entender como operam os mecanismos que redundam em troca desigual e em transferência de valor das nações não industrializadas (periféricas), para as industrializadas (centrais). Em seu trabalho clássico *Dialéctica de la Dependencia*, um ensaio escrito em 1973,⁴⁸ Marini começa lembrando que existe uma diferença entre os conceitos de produtividade e de mais valia relativa, ou seja, que o crescimento da produtividade numa empresa de um dado setor, apesar de possibilitar ao dono dos meios de produção a apropriação de uma mais valia extra, não redundam em alteração da taxa de mais valia. Para que esta última ocorra e a elevação de produtividade produza aumento de mais valia sob a forma relativa é necessário que tal elevação reduza o valor dos meios de subsistência do trabalhador, reduzindo assim o valor da força de trabalho e expandindo, por consequência, o tempo de trabalho excedente.

Isto posto, Marini lembra que a América Latina contribuiu sobremaneira para criar uma oferta mundial de alimentos, que alcançou seu auge na segunda metade do século XIX. Essa oferta aumentada foi contribuindo no sentido de reduzir o valor da força de trabalho nos países centrais, potencializando o incremento de produtividade que ali ocorre.

O desenvolvimento industrial supõe grande disponibilidade de produtos agrícolas que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. (MARINI, 1990, p. 3)

O incremento de produtividade que a industrialização trazia pôde então transformar-se em aumento da taxa de mais valia, no caso, pela via da mais valia relativa. Mas a elevação da taxa de mais valia por essa via é contraditória, porque eleva a composição orgânica do capital e tende a deprimir a taxa de lucro.⁴⁹ Ora, isso implica, enquanto mecanismos compensatórios a

⁴⁸ A versão utilizada neste trabalho é derivada de tradução feita por Marcelo Carcanholo, da publicação da editora Era, da Cidade do México, em 1990 e disponível em http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/444_Dialectica%20da%20dependencia.pdf

⁴⁹ Não custa lembrar que a taxa de lucro é resultado da razão entre a taxa de mais valia e a composição orgânica do capital adicionada da unidade [$tx \text{ lucro} = tx \text{ mais valia} / (\text{COK} + 1)$], onde COK (composição orgânica do capital) = capital constante/capital variável. Assim, se a elevação da mais valia foi produzida de forma relativa, isso significa, necessariamente, que houve elevação da produtividade nos setores produtores de bens salário. A

essa tendência, a necessidade de elevar ainda mais a taxa de mais valia e/ou reduzir o valor do capital constante. O último expediente é o que mais vai interessar Marini, porque uma vez mais a América Latina vai dar o seu quinhão, suprindo o mundo industrializado com uma oferta crescente de matérias primas.

Mas há um elemento adicional de grande importância nessa história. Numa visada de longo prazo, que vai desde meados do século XIX até o momento em que Marini escreve seu trabalho, o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas foi acompanhado por um movimento persistente de queda dos preços desses bens, relativamente aos preços alcançados pelas manufaturas e, para ele, “[...] é evidente que tal depreciação não pode corresponder à desvalorização real desses bens, devido a um aumento de produtividade nos países não industriais” (MARINI, 1990, p. 6).

Procurando respostas para esse mistério e de cara descartando as respostas convencionais, que giram em torno aos encontros e desencontros de oferta e demanda, Marini depara com a contradição envolvida na ampliação do mercado mundial que a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais acaba por produzir:

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, *cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la.* (MARINI, 1990, pp. 6-7, itálico nosso)

Explicando quais seriam esses mecanismos, Marini distingue aqueles que operam intra-setorialmente (dentro de um mesmo setor produtivo) daqueles que operam inter-setorialmente (entre setores distintos de produção). No primeiro caso, “correspondendo a uma aplicação específica da lei de troca” (Ibidem, p. 7) temos o mecanismo mesmo de elevação da produtividade, que permite a apropriação de uma mais valia extra.⁵⁰ Transpondo este

elevação da produtividade, por sua vez, significa exatamente que houve um crescimento da relação capital constante/capital variável (cada trabalhador processa agora, no mesmo período de tempo, uma quantidade maior que antes de insumos, supondo aqui que o movimento da composição orgânica acompanhou grosso modo o movimento da composição técnica do capital), e por consequência, queda da taxa de lucro.

⁵⁰ A mais valia extra decorre da diferença entre o valor individual da mercadoria e aquele decorrente do tempo de trabalho socialmente necessário. O valor individual refere-se à quantidade de trabalho necessária para a

mecanismo para o plano do comércio entre as nações, Marini afirma que uma nação pode apresentar preços de produção bem inferiores aos de seus concorrentes, sem que isso redunde numa redução do valor de mercado do bem, produzindo-se assim, para a nação favorecida, a apropriação de uma mais valia extra. Nas palavras de Carcanholo:

Como as mercadorias tendem a ser vendidas a partir do valor de mercado, isto é, do valor referente às condições médias de sua produção [...], e os países dependentes possuem padrões de produtividade inferiores aos dos países do centro, ocorre a transferência de valor excedente (mais valia extra) da periferia para o centro por conta do processo de concorrência entre os capitais externos e internos, dentro de uma mesma esfera de produção. (2009, p. 254)

Marini alerta, no entanto, que é natural que esse tipo de mecanismo de transferência opere sobretudo no plano da concorrência entre as próprias nações industriais. Apesar de isto não querer dizer que ele não possa existir também no comércio entre as nações produtoras de bens primários, a transferência de valor operada desta forma não seria a mais característica (é o que se subentende) das relações entre nações industriais e nações não industriais. O mesmo não acontece, no entanto, com os mecanismos que operam por meio da concorrência intersetorial.

No segundo caso - transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas - o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. (MARINI, 1990, p.7)

Em outras palavras, para Marini, é a condição monopólica das nações industriais ao produzirem bens que seus parceiros comerciais não são capazes de produzir que abre o espaço para que os preços desses bens sejam fixados acima de seus valores, ou seja, é por meio da relação de preços entre os diferentes tipos de bens que as nações industriais se apropriam do excedente produzido na periferia, sob a forma de uma renda de monopólio. Eis porque Marini afirma que, no nível da concorrência intersetorial, os referidos mecanismos de transferência

produção de uma dada mercadoria numa empresa específica, enquanto o valor de mercado é o valor referente ao processo padrão de produção dessa mercadoria, vigente em cada momento (ou seja, é o tempo de trabalho socialmente necessário). Em cada momento específico, há empresas produzindo com consumo de tempo de trabalho de acordo com o padrão, com consumo de tempo de trabalho acima do padrão e com consumo de tempo de trabalho abaixo do padrão. No último dos casos, configura-se a mais-valia extraordinária, que é dada pela diferença entre o valor de mercado e o valor individual da empresa.

“adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas [das leis do valor]” (MARINI, 1990, p. 7).

Mas o continente latino americano já tinha deixado de ser mero fornecedor de alimentos e matérias-primas aos países industriais à época em que Marini escreve seu famoso ensaio. Cabia-lhe então explicar de que maneira a industrialização do continente, em particular de países como Argentina, Brasil e México, ao invés de mudar os rumos da acumulação fazendo com que ela passasse a se basear no aumento da capacidade produtiva do trabalho, ao invés de na exploração do trabalhador (superexploração), acabou por reproduzir o mesmo padrão adquirido quando de sua fase meramente exportadora.

Para tanto, nosso autor começa lembrando que, nas economias não industriais, cuja dinâmica depende da demanda externa, estão separados dois momentos fundamentais do ciclo do capital que, nas economias industriais, andam juntos: a produção e a circulação de mercadorias (Ibidem, p.11). Assim, na economia exportadora, como a circulação se separa da produção, o consumo individual do trabalhador, ainda que determine a taxa de mais valia, não interfere na realização do produto. Portanto, a tendência natural do sistema é explorar ao máximo a força de trabalho, pois, sempre que for possível a rápida substituição de braços (e isto foi a regra da história latino-americana) não será preciso se preocupar em criar as condições para a reposição de seu desgaste. Em paralelo, o incremento dos lucros auferidos pelos capitalistas gera expectativas de consumo sem contrapartida na produção, as quais devem ser satisfeitas com importações. Gera-se com isso uma cisão entre o consumo individual fundado no salário (que Marini chama de a “esfera baixa” da circulação), o qual se baseia na produção interna, e o consumo individual engendrado pela mais valia não acumulada (a “esfera alta” da circulação), que se relaciona com a produção externa, sendo que o sistema tende a restringir o primeiro e ampliar o segundo. (Ibidem, pp. 12-13).

Para Marini, com o grande período de crise nas economias centrais, grosso modo situado entre a primeira e a segunda grande guerra, o eixo da acumulação nas economias dependentes se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial latino-americana. Teriam vindo daí as ilusões desenvolvimentistas, pois “parecia assim que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir” (p. 13). Contudo, em sua visão, a industrialização latino americana não vai se dar sobre as mesmas bases da

indústria clássica. Ela não vai criar, como nas economias do desenvolvimento industrial originário, sua própria demanda, mas vai nascer para atender uma demanda pré-existente, antes atendida pela produção externa. Por isso, no início da industrialização da América Latina, a participação dos trabalhadores na criação da demanda não vai jogar um papel significativo, pois o mercado para a indústria estava de antemão criado.

Por outro lado, o reduzido nível tecnológico da indústria local vai tornar o preço da força de trabalho a variável determinante do preço de produção dos bens industriais internamente produzidos. A tendência será, por isso, sempre reduzir ao máximo os salários, o que na maior parte dos casos se torna possível dado o excedente estrutural de mão de obra que caracteriza a maior parte dos países do continente, além da mão de obra liberada pela economia exportadora, agora reduzida em função da crise externa (1990, pp. 13-15). Em outras palavras, o mecanismo do exército industrial de reserva atua aqui poderosamente e, em conjunto com a pouca importância que tem o consumo dos trabalhadores para a dinâmica da acumulação, continua a colocar a superexploração como o expediente por excelência do processo de acumulação nas economias dependentes. É por isso que, para Marini, partindo

[...] do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (MARINI, 1990, p. 15)

Estendendo o argumento, Marini vai afirmar que a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário dos trabalhadores, não só porque o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho (as manufaturas da “esfera alta” não são um elemento essencial do consumo individual do operário), como porque, em decorrência disso, o espaço aberto para a superexploração do trabalho não provoca problemas na etapa da circulação e realização das mercadorias produzidas. Isso, evidentemente, dispensa os capitalistas industriais de se preocuparem com o aumento da produtividade do trabalho, perpetuando-se assim o conjunto de circunstâncias que leva à superexploração do trabalho

como a atitude mais racional por parte do capital, frente às exigências do processo de acumulação.

Marini acrescenta ainda que, numa etapa posterior da industrialização periférica, situada, a depender da história de cada país, entre as décadas de 1940 e 1950, a oferta industrial passa a coincidir com a demanda existente (constituída pela esfera alta da circulação), surgindo então a necessidade de se generalizar o consumo de manufaturas. Mas, mais uma vez seria obstada a possibilidade que daí surge de que finalmente se transitasse de um modo de acumulação baseado na superexploração do trabalhador para um modo baseado no aumento da capacidade produtiva da força de trabalho. Nesse momento, a ampliação do consumo das camadas médias, assentado na mais valia não acumulada, é que vai operar como mecanismo equilibrador, requisitando, por sua vez, a continuidade da superexploração da força de trabalho, para que a taxa de mais valia possa acomodar a necessidade aumentada de rendas para esses estratos. Assim, a elevação da produtividade da força de trabalho, ainda que possa existir como resposta à necessidade de adaptar as condições de realização dos bens manufaturados a essa nova etapa, é débil e não é suficiente para promover uma verdadeira transição (1990, p.15). Nas palavras de Marini “[...] a transição de um modo de acumulação para outro se torna, portanto, difícil e é realizada com extrema lentidão” (Idem, *ibidem*).

E com isso, Marini introduz em sua armação teórica o último dos elementos que, em sua visão, vão atuar no sentido de obstruir a referida transição, o qual está relacionado à questão tecnológica. Ele começa inicialmente lembrando que as constantes restrições providas do comportamento das contas externas das economias periféricas é que torna tão atraentes os investimentos externos diretos, pois eles suprem assim a oferta de maquinários e equipamentos que, de outra forma, teriam que ser importados. Essa opção da importação de capital, por sua vez vem ao encontro das necessidades do capital das nações industrializadas, “no bojo da nova configuração que assume a economia internacional capitalista no período do pós-guerra” (1990, p.16). Dentre essas necessidades estão: i) o crescimento acelerado da indústria de bens de capital, requerendo mercados adicionais para esses setores pesados; ii) a existência de equipamentos e maquinários já obsoletos nas economias centrais antes mesmo de serem amortizados (em função da velocidade adquirida pelo desenvolvimento tecnológico), saudando o surgimento de novos espaços para sua operação; e iii) o andamento da nova divisão internacional do trabalho, transferindo para os países dependentes as etapas

inferiores da produção industrial, “sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia [...]” (Idem, *Ibidem*).

Mas a introdução da tecnologia nas economias dependentes se dá de forma distinta. Ela permite elevar a produtividade da força de trabalho e ao mesmo tempo manter sua remuneração depreciada. Para Marini, isto acontece porque a tecnologia é introduzida em setores cujos produtos continuam a não fazer parte do consumo dos trabalhadores. Daí que a elevação da produtividade não atinge os setores produtores de bens de salário e, por conseguinte, não afeta a taxa de mais valia, fazendo com que os lucros subam pelo mero crescimento da massa de mais valia. Com a capacidade de consumo dos trabalhadores comprimida, fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico nos setores destinados a atender o consumo popular, num processo que se alimenta mutuamente.

Assim as duas esferas da circulação que a industrialização da periferia deveria unir, continuam afastadas “uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia. A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde [...]” (*Ibidem*, p. 17).

Como se percebe, para Marini, a superexploração da força de trabalho é a base sobre a qual se assenta a condição dependente dos países periféricos, em particular na América Latina. Em cada momento da história dessa condição dependente, o padrão que se assenta na prática de pagar ao trabalhador um salário inferior ao valor da sua força de trabalho se reproduz. Desenhado à época da condição meramente exportadora dessas economias, ele não se altera com a chegada da indústria e tampouco com a necessidade que ela gera, ultrapassada uma primeira etapa, de que se generalize o consumo dos bens que circulam na alta esfera. Isso evidentemente coloca um último problema que concerne à necessidade de realização desses bens. Sua resolução passa pela ideia de subimperialismo, que discutiremos na próxima seção.

2.3.2 A política de integração ao imperialismo e o subimperialismo como seu desdobramento imediato

Para além da categoria superexploração do trabalho, discutida na seção anterior, Marini formula também o conceito de subimperialismo, definindo-o como “(...) a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro.” (1977, p.

17). Para a configuração do subimperialismo dois elementos são apresentados por ele como necessários: um aparato produtivo nacional de composição orgânica mediana (em relação ao que se verifica no resto do mundo) e o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma. Esta última, por sua vez, implica uma maior integração da economia dependente ao sistema produtivo imperialista, mantendo-se assim no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional.⁵¹

Trata-se, portanto, do desenvolvimento de “centros medianos de acumulação” ou de “potências capitalistas medianas” (Marini, 1977, p. 8) que se formam como resultado da expansão, diversificação, integração e consequente concentração da indústria manufatureira em escala mundial. Esse movimento é consequência de um intenso processo de internacionalização da indústria manufatureira (e, portanto, de sua desnacionalização) em alguns países tidos como centros medianos de acumulação, seja através de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) – consolidados especialmente via operações de fusão e aquisição por parte de grandes grupos multinacionais (ou transnacionais como preferem alguns analistas) –, seja por meio dos laços tecnológicos e financeiros que ligam empresas de propriedade nacional ao capital externo.

O ponto chave destacado por Marini (1977) é que tal processo, iniciado no período do pós-guerra, vai tendendo, ao longo do tempo, a priorizar as indústrias vinculadas à produção de bens de consumo suntuário, destinados às classes de mais alta renda. Este é o caso, por exemplo, do crescimento da indústria de automóveis de passeio e indústrias relacionadas, tais como as de materiais de transporte, química e metalúrgica. Por outro lado, a tendência verificada do ponto de vista da classe trabalhadora é: i) a ampliação do exército industrial de reserva (EID), dada por uma composição orgânica do capital mais elevada nas indústrias que se desenvolvem nesse período; e ii) o rebaixamento salarial, por conta das pressões exercidas pelo EID e também em função de uma queda do poder de compra do salário mínimo percebida nas análises que se referem ao período em questão.

⁵¹ Nesse ponto, Marini observa que, colocado nesses termos, só o Brasil expressaria plenamente na América Latina um fenômeno dessa natureza. Mas em *Dialética da Dependência* ele observa: “o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que essa não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente.” (1990, p.18)

Nestes termos, percebe-se que a indústria que se desenvolve no interior dos tais centros medianos se depara com problemas de realização decorrentes do não desenvolvimento ou da não ampliação do mercado interno de massas, fazendo-se evidente a necessidade de ampliação dos mercados e, portanto, a abertura do comércio ao exterior pela via das exportações de produtos manufaturados, encabeçadas especialmente por empresas estrangeiras, algo que ganha importância especialmente a partir da segunda metade da década de 1960.

O subimperialismo, então, pode ser entendido como uma forma de “compensar”, no plano interno (isto é, nas relações entre países dependentes), as perdas sofridas nas relações estabelecidas em nível mundial entre nações subordinadas e centrais. Trata-se de uma espécie de ação imperialista dentro do campo dependente, exercida por determinados países periféricos cuja integração/incorporação à lógica imperialista mundial se encontra num estágio bastante avançado, mas, contraditoriamente, ainda dentro dos marcos da dependência. Grosso modo, trata-se de uma espécie de, digamos assim, “imperialismo dependente”, uma vez que os mecanismos aos quais recorrem as nações subimperialistas são, ao mesmo tempo, consequência e causa de sua condição dependente e das fortes relações e vínculos que estabelecem, no plano mais geral, com o centro imperialista.

Portanto, percebe-se que a noção de subimperialismo deixa ainda mais evidente a ideia de complementaridade da teoria da dependência em relação à teoria do imperialismo. A isto nos referíamos quando, anteriormente, dissemos que a teoria clássica do imperialismo não havia se detido num tratamento categorial acerca da situação vivida pelos países periféricos nos marcos do “capitalismo imperialista” e que, assim sendo, não havia dado conta de situações bastante particulares vividas no seio das estruturas periféricas do capitalismo mundial.

**PARTE II: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FASE DO
CAPITALISMO**

CAPÍTULO 3

SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO DEFINIDA PELA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA ADQUIRIDA PELAS FORMAS FINANCEIRAS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

São vários os autores contemporâneos, de variada filiação teórica, que têm advogado que, a partir dos anos 1970, a economia mundial teria ingressado numa nova etapa, com características próprias e distintas da fase anterior, iniciada no pós segunda guerra. Com ou sem essas interpretações, no entanto, as mudanças são inequívocas, seja no que tange à performance das principais economias,⁵² seja no que concerne à impressionante sequência de crises financeiras desde o início dos anos 1980, seja, por fim, no que diz respeito às mudanças ocorridas no nível do sistema monetário internacional, com a perda do ouro como lastro do dinheiro mundial e o surgimento de algo tão estranho quanto uma moeda sem Estado (o euro). É notório, portanto, que estamos lidando com uma nova conformação em termos dos elementos que conferem vida ao funcionamento do capitalismo e sua importância reside justamente na ocorrência de transformações estruturais sofridas ao longo da história que trazem à tona uma evidente necessidade de reinterpretação da realidade. Alguns elementos preliminares vinculados a esta percepção nos permitem apontar para a predominância de um tipo de acumulação de capital que tem na sua dianteira a esfera financeira, ou, usando categorias marxistas, a forma capital portador de juros e sua forma autonomizada, o capital fictício.⁵³ Isso nos aproxima, de início, das teses que defendem a existência de um processo de

⁵² Sobre isso diz Brenner, em texto de 1998: “A profunda deterioração da performance econômica das economias capitalistas avançadas no último quarto de século, comparada com aquela do primeiro quarto de século pós segunda guerra é auto-evidente. (p.6, tradução própria)

⁵³ Marx havia mostrado uma tendência própria do sistema à exacerbação e ampliação do peso assumido pelo capital fictício na economia, uma vez que há uma tendência anterior e inerente ao capitalismo de que a lógica da apropriação se sobreponha à lógica da produção. Embora tenha tratado exaustivamente sobre o capital fictício (e sua constituição a partir da autonomização das formas sociais do capital) em boa parte do Livro Terceiro de *O Capital*, o próprio Marx não dá uma definição específica daquilo que entende como tal. A este respeito, Paulani (2009, p. 5) nota com muita propriedade que “Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. Trata-se, em geral de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais valia, em outras palavras, da contínua produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício”.

financeirização, bem como daquelas favoráveis à proposição de que o capitalismo teria ingressado em uma nova fase.

Para chegarmos neste ponto, entretanto, faz-se necessário compreender a série de transformações sofridas pelo sistema capitalista que o levaram ao atual estado das artes. Para tanto, o mais interessante seria proceder com uma recuperação completa da história do capitalismo desde os primórdios de sua consolidação até os dias atuais. Como isso está fora do escopo deste trabalho e nos remeteria de qualquer forma a um momento histórico muito distante daquele que planejamos discutir, afastando-nos sobremaneira do nosso objeto, basta contextualizar as circunstâncias a partir das quais ocorre a “grande virada” dos anos 1970. Faremos, portanto, apenas um breve apanhado dos eventos anteriores a esse momento que são importantes para a reflexão que pretendemos desenvolver.

3.1 Transformações histórico-institucionais que marcam o avanço da valorização do capital pela via financeira

A história do capitalismo é a história de suas crises. Com isso queremos dizer que o capitalismo avança, evolui – no mero sentido processual que os termos nos oferecem – e se transforma tendo como estímulo principal as descidas ao vale próprias de seu processo histórico e da concretização de suas tendências gerais. Apesar de, seguindo Marx, serem os momentos de crise aqueles responsáveis pela exacerbação das contradições internas próprias do modo de produção capitalista e, portanto, de serem estes os momentos propícios para um potencial xequemate contra o sistema que colocaria em risco sua própria existência, o que vem ocorrendo desde os seus primórdios é, paradoxalmente, o fortalecimento do próprio sistema por meio dos expedientes utilizados no sentido da superação de suas crises.

Seguindo essa linha, é possível dizer que a primeira grande crise capitalista da história – levando em consideração seu potencial transformador – foi aquela enfrentada pelos países do centro do capitalismo mundial entre os anos de 1870 e 1890, conhecida na literatura como “a Grande Depressão do século XIX”. Para além das transformações sociais que suscitou, sua importância, para nossos propósitos, reside no fato de que, como uma crise de lucratividade, de preços e de taxas de juros – e não de produção, como faz questão de ressaltar Hobsbawm (2011a, pp. 66) –, a Grande Depressão representou o ponto em que o capitalismo sai de sua

fase concorrencial e ingressa em sua fase monopolista, fato que fez dela a antessala para o abandono do liberalismo clássico e para a constituição da fase imperialista do capitalismo.⁵⁴

A necessidade de se romper com os limites à industrialização e ao crescimento econômico impostos pelos estreitos mercados que o berço da Revolução Industrial oferecia, colocara a urgência do estabelecimento do mercado mundial como esfera de atuação das economias avançadas. O livre comércio havia se mostrado, então, indispensável e permitira que a Grã Bretanha se firmasse enquanto “maior exportador de capital, de serviços financeiros e comerciais ‘invisíveis’ e de serviços de transporte” do mundo (HOBSBAWN, 2011a, p. 71), ao mesmo tempo em que se colocava como o principal comprador global das exportações de produtos primários, reforçando as prerrogativas da especialização produtiva presentes nas tradicionais teorias do comércio internacional – uma vez que as inter-relações entre a Inglaterra e o “mundo subdesenvolvido” possibilitava a este último o acesso a bens manufaturados passíveis de serem adquiridos apenas por meio das trocas por bens primários – e fortalecendo o poderio econômico britânico, que, evidentemente, extraía dessas relações as maiores vantagens. Neste quadro haviam se acentuado a livre movimentação de capital e de mão de obra, bem como as transações financeiras em nível internacional.

Mas essa exacerbação da livre concorrência levava à queda dos preços e da margem de lucros e daí à Grande Depressão. A partir dela houve um estímulo crescente à adoção de medidas protecionistas como resposta política ao liberalismo econômico, circunstância que desembocou num tremendo processo de concentração econômica e na constituição de grandes corporações empresariais e sociedades anônimas – demonstrando uma tendência crescente à formação de oligopólios –, de propriedade de acionistas e administradas por executivos assalariados, perdendo espaço, no jogo de mercado, as empresas de condução puramente familiar. Este último aspecto diz respeito à instauração do método taylorista de produção, baseado na ideia da racionalização empresarial por meio da qual cada operário seria controlado em seu tempo de produção e nos movimentos realizados durante o processo produtivo, de modo a trabalhar e produzir mais.

⁵⁴ Hobsbawn (2011a) atribui um peso muito grande a este período, a estas três décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial, porque entende que boa parte dos elementos que caracterizam o final do século XX tem suas origens justamente nos desdobramentos da crise de 1880-90. Como veremos mais adiante, e como teremos a oportunidade de discutir no próximo capítulo, muito do que foi produzido pela Grande Depressão do século XIX já perdeu sua força explicativa para a realidade atual, mas, sem dúvida, o aumento de complexidade de muitos dos traços que se fizeram presentes naquele momento justifica fortemente a observação feita por Hobsbawn.

Outro braço que ofereceu uma via de escape aos constrangimentos econômicos causados pela Grande Depressão foi a política de expansão territorial, inclusive através da conquista colonial, que dá corpo ao imperialismo.⁵⁵

Portanto, esses processos de concentração, alteração dos métodos de produção e expansão territorial nascem da depressão e eles próprios provocam a sua superação, levando à reversão cíclica que dá origem ao *boom* pós-1890, período no qual se verifica um importante crescimento da massa produtiva mundial e uma redistribuição do poder econômico, com declínio relativo da participação britânica no conjunto das transações e concomitante avanço dos EUA e da Alemanha, inclusive no que diz respeito ao impulso tecnológico que foram capazes de alimentar. Deste modo, a Grã-Bretanha perde a unanimidade industrial na economia mundial, mas, em contrapartida, sustenta sua posição dominante no mercado internacional de capitais e, portanto, sua posição financeira e sua riqueza (HOBSBAWN, 2011a, p. 89-90).

Tal redivisão de poder é algo que, evidentemente, não se dá sem conflitos, resultando daí um agravamento da rivalidade entre nações e uma clara divisão do mundo entre países “avançados” e países “atrasados”, entre fortes e fracos, entre dominantes e dominados – o imperialismo como Lenin o denominou –, dinâmica esta que culmina com a Primeira Guerra Mundial e com

[...] a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. (HOBSBAWN, 2011a, p. 106)

Nesta esteira, a Europa perde a centralidade que detinha até então, tanto do ponto de vista político-econômico, quanto do ponto de vista cultural e intelectual, dando lugar a uma espécie

⁵⁵ Nesse sentido, Harvey vai colocar esse momento como fazendo parte do período que denomina “período de ascensão dos imperialismos burgueses”, o qual teria ido de 1870 a 1945. Ele afirma que, principalmente após 1870, “os capitais excedentes da Europa, que o poder afirmativo da classe capitalista impedia crescentemente de encontrar usos internos, foram levados à força para o exterior a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimentos e comércio especulativos (...) A lógica capitalista (...) passou a ocupar o primeiro plano em escala global. A necessidade de proteger esses empreendimentos externos, e mesmo de regular seus excessos, pressionou os Estados a responder a essa lógica capitalista expansionista.” (2004, pp. 43-44). Para ele, foi aí, portanto, que o imperialismo, por definição afeito à lógica política/territorial de poder, assume uma feição marcadamente capitalista. Voltaremos ao tema do imperialismo e de suas mutações no próximo capítulo.

de supremacia dos EUA, conquistada após a Primeira Guerra, temporariamente interrompida durante a crise de 1929 e enormemente reforçada após a Segunda Guerra Mundial.

Pela profunda destruição que a Primeira Guerra causou no território europeu, os EUA ascendem enquanto os maiores produtores industriais – destacando-se pela alta produtividade e rápido crescimento do produto – e os maiores credores mundiais (inclusive para fins da recuperação europeia). A demanda, entretanto, não se tornou massiva o suficiente para acompanhar essa subida de produtividade, resultando em superprodução e especulação, uma vez que, como forma de estimular o consumo, abre-se espaço à expansão do crédito às famílias, em especial sob o lastro de hipotecas. Instalado o colapso a partir da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, a economia norte-americana teria sofrido de maneira mais profunda todo o processo de descenso cíclico pelo qual passou toda a economia mundial, algo que se estende até o final da Segunda Guerra, quando ela se reposiciona enquanto motor do crescimento global.

Do imediato pós-guerra até os anos iniciais da década de 1970, a economia mundial caracterizava-se por uma dinâmica ascendente e virtuosa conhecida como “os anos de ouro do capitalismo”, período durante o qual foram registrados um extraordinário crescimento econômico e uma profunda transformação social.

Concluído esse período, o quadro se inverte e as economias avançadas do globo, seguidas evidentemente pelas economias periféricas, passam a enfrentar uma espécie de espiral descendente e a vivenciar profundas e frequentes crises, especialmente de caráter financeiro.⁵⁶ Este giro repentino de 180°, que conduz a economia mundial do topo ao vale, tem, evidentemente, razão de ser.

⁵⁶ A caracterização das crises capitalistas recentes como sendo crises financeiras não é consenso na literatura marxista recente sobre o tema. Há uma importante corrente de analistas (ver, por exemplo, Caputo, 1998 e 2007) que ressalta o predomínio do capital produtivo em relação às outras formas de capital e que, por isso, entende que as crises têm sua origem nas condições de produção e realização das mercadorias, sendo resultado da tendência à superprodução mundial que decorre da concorrência. O que leva tais autores a reforçarem o predomínio do capital produtivo é a ideia de que só assim não se perde de vista o núcleo da análise marxista acerca das relações de dominação do capital sobre o trabalho. De nossa parte, como não compartilhamos da percepção de que as teses sobre a financeirização como um todo conferem pouca importância a tais relações de dominação, não nos opomos àqueles que visualizam a irrupção das crises recentes a partir da esfera financeira. Esperamos que as razões para tal adesão sejam aclaradas um pouco mais adiante.

A primeira interpretação para esse movimento que pretendemos aqui expor é aquela desenvolvida por Robert Brenner em seu “O Boom e a Bolha – Os Estados Unidos e a Economia Mundial”, escrito em 2002. O objetivo declarado de Brenner (2003) – inclusive no próprio título da obra – é explicar qual é a verdadeira natureza da expansão econômica norte-americana nos anos 1990 – cravada no contexto da duradoura estagnação internacional entre 1973 e 1995 –, como se deu a formação da bolha no mercado de ações a partir daí e os desdobramentos em termos de declínio cíclico quando do estouro da mesma.

Para cumprir tal objetivo, o autor parte justamente da análise do longo declínio – ou do período de crescimento lento iniciado por volta de 1973 –, na tentativa de compreender até que ponto seus elementos estão ainda em funcionamento, seja de maneira direta ou indireta. Mais propriamente, a questão que se coloca é: o que muda na década de 1970 para que essas novas tendências se apresentem? Ou seja, quais foram as forças que não só converteram o longo *boom* do pós-guerra (verificado do final da década de 1940 ao início da década de 1970) em declínio, como sustentaram essa fase depressiva, marcada por uma sucessão de recessões e crises financeiras, até meados da década de 1990?

O argumento que conduz a discussão é o de que esse período de estagnação foi determinado pela existência de um excesso de capacidade no setor manufatureiro internacional, que, combinado a uma queda acentuada da lucratividade das empresas do setor não financeiro – algo que aparece, inclusive, como consequência imediata do próprio excesso de capacidade –, foi responsável por minar o crescimento econômico e, portanto, dificultar a retomada do dinamismo. Neste sentido, Brenner (Ibid., p. 77) esclarece que os estímulos keynesianos levados a cabo pela economia norte-americana tiveram como consequência a perpetuação do excesso de capacidade e de produção, impedindo que a depressão pudesse atuar no sentido de “limpar o terreno” para novos períodos de expansão, como historicamente acontece.

O cenário que se desenhava no momento era, então, caracterizado por crescimento dos investimentos, elevação dos preços das ações e queda da lucratividade. Quanto a isso, Brenner (Ibid., p. 20) aponta, mais especificamente, que o *boom* que se segue ao período de estagnação não foi resultado de lucros (verificados ou esperados) crescentes, mas sim do acesso das corporações a financiamentos de baixíssimo custo, o que levou a um excesso de investimento e de capacidade, de modo que teria sido a bolha no mercado de ações norte-

americano – com especial ênfase para os setores de alta tecnologia, como é o caso das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) – a responsável pela explosão global, sustentada pela alta demanda advinda da expansão da economia dos EUA.⁵⁷

Esta análise aproxima Brenner daqueles que defendem a financeirização como uma saída à sobreacumulação.⁵⁸ Esta aproximação se reforça quando o autor reconhece que a ascensão do setor financeiro pode ser atribuída à depressão sofrida pelo setor de manufaturados na década de 1980, uma vez que tal depressão levou a uma realocação de capital para a atividade financeira (BRENNER, 2003, p. 131). A alta nos preços das ações cria um efeito de prosperidade que estimula artificialmente a demanda. Tal estímulo é artificial justamente porque a subida nos preços das ações também o é, uma vez que ocorre através de um aumento no endividamento corporativo, isto é, as empresas levantam recursos via empréstimos justamente para efetuar a recompra de suas próprias ações no mercado, recolocando-as mais tarde a um preço evidentemente mais alto. Então, o preço das ações sobe exatamente porque a retirada de ações do mercado cria a ideia de que as mesmas são escassas e, portanto, de que a demanda por elas é alta, o que estimula a ideia subjacente de que a demanda é alta porque a empresa é lucrativa e, assim sendo, a rentabilidade oferecida pelas ações tenderia a ser elevada. Ocorre que isto é de fato falso, ilusório, uma vez que a subida nos preços das ações foi criada artificialmente. Evidentemente, as fraudes desse tipo acabavam por fomentar o otimismo que emanava das bolsas, fazendo com que as ações como um todo subissem de valor, mesmo na inexistência de fraudes adicionais.

Em nossa visão, encontra-se aqui o principal argumento de Brenner: a percepção de que a expansão das economias norte-americana e mundial verificada a partir de meados da década

⁵⁷ Em trabalho anterior (*The Economics of Global Turbulence – A Special Report of the World Economy 1950-98*), que sai como número especial da revista *New Left Review* (nº 229, maio/junho de 1998), Brenner já empreendera uma pesquisa de fôlego na busca de tal explicação. Investiga então o período 1950-1998, em primeiro lugar para fazer uma alentada crítica das teses advogadas pelo *approach* do *supply side economics* de que a crise que se inicia em meados dos anos 1970 teria tido sua causa maior na pressão dos salários sobre os lucros, e, em seguida, para mostrar, com farta documentação empírica, que, em sua visão, as maiores razões para a ocorrência do assim chamado “longo declínio” seriam o excesso de capacidade e a superprodução que a intensificação da concorrência intercapitalista no período anterior teria produzido. Investiga, para tanto, as economias americana, alemã e japonesa. O advento da grave crise no mercado de ações americano em 2000/2001 obrigou-o a escrever outro livro, agregando mais um capítulo a essa mesma história, com o foco agora exclusivamente na economia dos EUA.

⁵⁸ Na próxima seção questionaremos os argumentos desenvolvidos por esta corrente – e não abrimos mão da crítica, de modo que ela pode ser aqui estendida a Brenner. Entretanto, não é este o ponto sobre o qual pretendemos voltar nossa atenção ao discutirmos a contribuição de Brenner. Importa-nos, como será dito, o relato acerca dos fatores que levam ao crescimento da economia norte-americana durante os anos 1990.

de 1990 deixa de ser garantida pelos déficits keynesianos do governo e passa a ser conduzida pelos déficits privados (de empresas e famílias), que só são possíveis em função do crescente valor das ações. Ocorre que o valor dos ativos vai se distanciando em muito do crescimento dos lucros, comprimidos pelo excesso de capacidade e pela queda de produtividade. Portanto, não há uma melhora na economia real que justifique a subida nos preços das ações. O que se configura é, na verdade, uma bolha financeira. O movimento que Brenner descreve, portanto, é o desatrelamento entre preços das ações e lucros (ou a desconexão entre o aumento da riqueza em papéis e o crescimento da produção), isto é, o fato de que o aumento dos primeiros se dá independentemente do que ocorre com os segundos. Deste modo, a aceleração da compra de ações ocorre, pura e simplesmente, em função da expectativa de que os seus preços subam mais, sem nenhuma consideração pelas taxas de retorno das empresas.

Partindo de outra perspectiva, Duménil e Lévy (2003 e 2004) apontam que as mudanças fundamentais que determinam as alterações de rumo da economia, isto é, uma revolução técnico-organizacional e alterações nas políticas e nos mecanismos monetários e financeiros, bem como das rendas financeiras, são comandadas por crises estruturais no sistema e, portanto, já se fizeram presentes em outros momentos históricos do capitalismo, como é o caso, por exemplo, das crises de 1880-1890 e de 1929.

Entretanto, embora haja esse reconhecimento de que aquelas alterações são recorrentes e estão, portanto, “no DNA” da dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, os autores percebem que, desde os anos 1980, há um conjunto de novos elementos que devem ser levados em conta e que justificam a noção de “nova fase” do capitalismo. Dentro desse conjunto, talvez os aspectos mais importantes a serem ressaltados sejam: i) as alterações técnico-organizacionais ocorridas em outros momentos estavam assentadas numa ampliação da produtividade do trabalho dada por mudanças nos métodos e na organização da produção introduzidas, por exemplo, pelo taylorismo/fordismo; em contrapartida, os processos mais recentes contam com uma mudança guiada pelo avanço das tecnologias da comunicação e da informação e assentada muito mais numa ampliação da produtividade do capital,⁵⁹ que, em conjunto com o lento crescimento da

⁵⁹ Quando levamos em consideração a ideia de que o capital (entendido aqui, como é o caso, como capital constante) não produz valor algum, apenas transferindo valor às mercadorias em cuja produção atua, e que, portanto, só o trabalho (capital variável) é capaz de gerar valor novo, o conceito de “produtividade do capital” utilizado por Duménil e Lévy em sua construção torna-se bastante questionável. Contudo, os próprios autores esclarecem que a expressão refere-se à relação produto/unidade de capital, isto é, produto/dólar de capital fixo.

produtividade do trabalho, comanda a elevação da taxa de lucro necessária para a superação da crise dos anos 1970; ii) a primeira hegemonia da finança, ocorrida entre o fim do século XIX e a crise de 1929 (e interrompida pelo “compromisso keynesiano” estendido do New Deal até o final dos anos 1970), se caracteriza pela transformação na relação entre o setor financeiro e o produtivo, de modo que “a finança deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função” (Duménil e Lévy, 2003, p.31).⁶⁰ Ocorre que, no caso da segunda hegemonia da finança desenhada nos marcos do neoliberalismo das últimas décadas, além de ser válida essa mesma percepção esboçada por Duménil e Lévy, se apresenta um fato novo que é a constituição de um espaço financeiro internacional, de uma finança sem pátria, sem território, deslocalizada, para usar um termo dos próprios autores, e além disso, caracterizada pela separação entre a propriedade e a gestão do capital, o que fortalece de maneira ainda mais intensa uma mudança profunda nas relações de propriedade capitalista e, conseqüentemente, na repartição das rendas.

Chesnais (2003) parece compartilhar da mesma percepção apontada por Duménil e Lévy e aprofunda a análise centrando-se na discussão acerca do que seria e como funcionaria um regime de acumulação com dominância financeira, com destaque para a importância assumida pelo capital fictício e pela conseqüente e recorrente formação de bolhas financeiras ligadas à exacerbação desse tipo de capital. Sua tentativa principal é entender se essa transformação recente é algo estrutural e sistêmico e, portanto, generalizável para a economia mundial como um todo ou se se trata apenas de uma espécie de conjuntura econômica longa.

O autor trata desse regime definindo-o como um regime de acumulação conduzido pela “dominação interna e internacional do capital financeiro” (CHESNAIS, 2003, p. 46), que adquire um significativo poder de se autonomizar em relação à esfera real e que passa a se concentrar nas formas de fundos de pensão e de aplicação financeira que têm por detrás de si um importante aparato institucional – constituído especialmente no decorrer dos últimos 40 anos – no sentido de garantir a segurança das operações realizadas nesses mercados.

Trata-se, portanto, de uma medida, de modo que não deve ser extraído dela nenhum outro significado além deste. A este respeito, ver Duménil e Lévy (2004, cap. 4).

⁶⁰ Vale mencionar que essa ideia de exterioridade em relação à produção está também presente em Chesnais (2005), autor cujo trabalho será abordado a seguir.

Vale mencionar que todas essas interpretações estão inseridas dentro de um quadro mais geral de entrada das economias centrais na etapa da terceira revolução industrial, quando predomina a “nova economia” das tecnologias de informação e comunicação e quando se intensificam, em especial no período neoliberal, o processo de concentração do capital e a transnacionalização dos grandes grupos de capital, que são movimentos absolutamente funcionais do ponto de vista das transformações financeiras discutidas acima.

Do ponto de vista institucional, como mostra Hobsbawn (2011b, pp. 102-103), o Banco de Acordos Internacionais, estabelecido em 1929 como uma forma de modificar os esquemas de pagamento de dívidas de guerra, é “a primeira das instituições financeiras internacionais que iriam se multiplicar após a Segunda Guerra Mundial”.

A crise de 1929, pela forte relação que teve com a forma de atuação dos bancos, traz à tona a necessidade de se modificar a estrutura de financiamento norte-americana, dada por uma necessidade anterior de se trabalhar com operações financeiras mais seguras e cobertas em função das experiências de recessão. Nessas circunstâncias, são impostos estreitos limites à forma de atuação dos bancos, bem como severos controles sobre o setor financeiro como um todo, produzindo uma estrutura segmentada e altamente regulada. Considerando a prosperidade pós-Primeira Guerra Mundial, o período que precede a crise dos anos 1930, foi um período em que os bancos passaram a se engajar em políticas de empréstimo arriscadas e investimentos de rentabilidade duvidosa, bem como ampliaram sua atuação no mercado de capitais no sentido de garantir a consolidação financeira necessária à cobertura dos créditos concedidos. Em 1933, o presidente Roosevelt decreta o *The Banking Act of 1933*, também conhecido como *The Glass-Steagall Act*. Todas as reformas que ele obrigou os bancos a fazerem visavam justamente controlar suas atividades. Não por acaso, nos anos 1980, o famoso expediente é desativado.

Com a recuperação econômica pós-Segunda Guerra, dada pelo movimento crescente de internacionalização e ocupação de novas áreas de mercado (tanto em economias periféricas quanto em economias centrais) por parte dos grandes oligopólios norte-americanos, inaugura-se, a partir de Bretton Woods, em 1944, uma nova ordem monetária internacional, com o objetivo de determinar um padrão monetário estável que estivesse de acordo com esta nova dinâmica ditada pelas multinacionais norte-americanas e de evitar o retorno a uma recessão

nos moldes da crise de 1929. Nessas circunstâncias, institui-se o padrão dólar-ouro, que contava com um regime de câmbio fixo, ou seja, um regime em que o preço da divisa é ditado pelo Estado, e firma-se a constituição de órgãos reguladores como o GATT (no plano comercial), a ONU (no plano político), o FMI e o BIRD (no plano monetário), no sentido de promover um ordenamento das relações internacionais e a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos.⁶¹

O limite principal imposto à atuação dessas instituições, em especial o FMI, é o de que, ao passo que se envolveram diretamente na administração prática das economias dos diferentes países relacionados em acordos multilaterais, foram incapazes de enquadrar em seus princípios reguladores a própria economia norte-americana, que passa a ser questionada em razão do acúmulo de crescentes déficits em suas contas externas, tanto pelo envio de recursos para a reconstrução europeia no pós-Segunda Guerra, quanto pelo endividamento proveniente dos gastos com a Guerra Fria, passando por uma maior competitividade empreendida pela Alemanha e o Japão após sua reconstrução e pela perda de recursos devida à constituição de um mercado de dólares fora dos Estados Unidos, o chamado “euromercado”.

Ao final da década de 1960 e início dos anos 1970 a crise norte-americana é explicitada de tal forma que os déficits alcançados por esta economia impedem que o dólar mantenha seu poder de ordenação dos movimentos comerciais e financeiros mundiais. Diante das pressões exercidas contra a moeda dos Estados Unidos através da tentativa de conversão de dólar em ouro e da negativa norte-americana a este ataque, sob o comando do presidente Richard Nixon em 1971, é suspensa a conversibilidade dólar-ouro, seguindo-se a desvalorização do dólar e o rompimento com o regime de taxas de câmbio fixas, que é “substituído por um sistema de taxas de câmbio flexíveis, encaminhando o sistema para uma fase de profunda instabilidade nas taxas de câmbio e de juros” (NAKATANI, 2002).

Com isso, como uma forma de superação da crise que se instala no período, abre-se caminho para a expansão da especulação financeira internacional que tomaria lugar nas décadas seguintes. E o pontapé inicial para esse processo se dá através da tentativa de criação de um novo padrão monetário internacional orientado pelo mercado e caracterizado

⁶¹ Todo o tratamento a respeito do auge e do declínio do Acordo de Bretton Woods aqui realizado se deu com base em Baer e Lichtensztejn (1987), Belluzzo (1995), Carvalho (2004) e Eichengreen (2000).

fundamentalmente pela internacionalização de portfólios financeiros como consequência da ampla liberalização dos movimentos de capitais, pelo declínio da importância dos bancos enquanto agentes da intermediação financeira, pela alta volatilidade dos mercados como consequência da própria volatilidade do capital, amparada pelo crescimento das tecnologias de informação e comunicação e, finalmente, por um sistema de taxas de câmbio determinadas pelos mercados financeiros. Nessas circunstâncias, na tentativa de fortalecer sua posição e reafirmar sua hegemonia, os Estados Unidos elevam abruptamente suas taxas de juros,⁶² num movimento que ficou conhecido como “a diplomacia do dólar forte”.⁶³

Afora os impactos dessas medidas do ponto de vista das economias periféricas, em especial as latino-americanas, que serão mencionados no próximo capítulo, este processo conduz inevitavelmente a uma série de outras inovações que vão ampliando progressivamente a natureza financeira e fictícia da riqueza, fortalecendo o potencial de endividamento da economia (através da inclusão não apenas dos bancos, mas de empresas não financeiras e famílias no mundo das finanças) e desencadeando processos inflacionários nas economias mais frágeis.

Nessa fileira, vale mencionar a cronologia das inovações desde os anos 1950 até o mais próximo possível do presente. Nesta breve linha do tempo, temos: i) o movimento de flexibilização dos passivos ocorrido nos anos 1950, com o surgimento dos empréstimos interbancários para fazer frente a dificuldades temporárias relativas aos balanços dos bancos; ii) criação dos certificados de depósito bancário (que são títulos de dívida bancária) durante os anos 1960; iii) conversão dos CDB's em *commercial papers* (títulos de dívida de curto prazo emitidos por bancos e empresas não financeiras no mercado de capitais e que, por não oferecerem garantia real, são títulos de alto risco) nos anos 1970; iv) considerando os riscos

⁶² Para efeitos oficiais, inclusive porque era necessário justificar internamente a brutalidade da alteração, que fez as taxas de juros mais que triplicarem do dia para a noite, saindo da esfera dos 5% para a esfera dos 15 e logo depois dos 20% anuais, tal mudança teria sido necessária para conter a ameaça inflacionária que a economia americana estaria vivenciando. Era evidente, contudo, que uma tamanha alteração faria convergir para a economia americana parte substantiva da riqueza financeira mundial, revalorizando a moeda americana, cujo débil poder de sustentar seu valor estava na raiz das propostas que circulavam inclusive internamente ao FMI no sentido deslocar a moeda americana de seu papel de dinheiro mundial, substituindo-a por uma moeda internacional a ser criada e que poderia ter os Direitos Especiais de Saque do mesmo FMI como base. Tais propostas evidentemente encontravam forte resistência do governo americano, visto que implicariam a perda do privilégio que o monopólio da emissão do dinheiro mundial lhe conferia. A esse respeito vide Gowan, 2003, especialmente os 4 primeiros capítulos da primeira parte do livro.

⁶³ Quem cunhou o termo no Brasil foi a Professora Maria da Conceição Tavares, em famoso artigo publicado, em 1984, na revista *Novos Estudos CEBRAP*.

envolvidos na explosão do endividamento dos países do Terceiro Mundo na década de 1980 passam a ser adotados instrumentos de securitização de dívidas, que é a transformação de empréstimos ilíquidos em títulos negociáveis no mercado de capitais; v) expansão dos mercados de derivativos, envolvendo operações a termo, mercados futuros, mercados de opções e operações de *swap*;⁶⁴ vi) relativo declínio do setor bancário e emergência de novos intermediários financeiros, tais como fundos de pensão e fundos mútuos.⁶⁵

O objetivo destas inovações era o de ajudar a contrabalançar os riscos envolvidos nas operações individuais dos agentes que atuavam nesses mercados. Tratava-se, portanto, do desenvolvimento de instrumentos de *hedge*. Entretanto, contraditoriamente, elas próprias vão intensificando os riscos coletivos da economia como um todo, já que posicionam os agentes em operações mais arriscadas, dadas as possibilidades de diluição dos riscos encontradas nos mercados secundários, ampliando, como já dito, o potencial de endividamento da economia. Ademais, a expansão desses instrumentos é de tal modo agressiva, que as taxas de câmbio deixam de refletir apenas a situação do comércio exterior e passam a incorporar um importante componente especulativo, algo que não se estabelecia durante a vigência do padrão-ouro, uma vez que os fluxos financeiros e a criação de moeda sem qualquer base real não tinham a importância que vão assumindo nas décadas posteriores à crise dos anos 1970. Finalmente, as autoridades monetárias vão perdendo sua capacidade de controlar as atividades bancárias, uma vez que sua intervenção fica limitada aos momentos em que os bancos recorrem aos empréstimos de liquidez dos Bancos Centrais, algo que acontece cada vez menos em função do estreitamento de seus laços com os mercados de capitais, além do fato de as operações realizadas nos mercados abertos não atingirem diretamente as instituições bancárias.

Portanto, esse processo de globalização, ou mundialização financeira, como prefere Chesnais (1998), o leva a definir três etapas distintas de sua constituição: a primeira delas teria tido lugar entre 1960 e 1979 e diz respeito a um processo de internacionalização financeira indireta de sistemas nacionais fechados, ou seja, trata-se de um período em que o crescimento

⁶⁴ O tratamento destas inovações de forma detalhada foi feito à exaustão por autores como Eichengreen (1995 e 2000), Ferreira e Freitas (1990), Cintra (1998) e Corrêa (1996). Como tratar de todas elas para além da mera menção extrapola em muito nossos propósitos neste trabalho, sugerimos uma consulta a estas obras para um maior aprofundamento nestas questões.

⁶⁵ Excelentes apreensões acerca da atuação desses novos intermediários financeiros podem ser encontradas em Sauviat (2005) e Fanetti (1998).

da riqueza financeira toma primordialmente a forma de empréstimos bancários e em que a inter-relação entre os mercados financeiros nacionais ainda não é tão intensa; a segunda se prolonga de 1979 a 1985 e implica simultaneamente a passagem para as finanças de mercado, ou finanças diretas, com perda de importância dos bancos como intermediários e a passagem para um mundo financeiro aberto, por meio de um processo de desregulamentação e liberalização financeira, tanto para entrada como para saída dos movimentos de capitais; e a terceira e última etapa seria aquela da generalização da especulação e da incorporação dos mercados emergentes à roda financeira ocorrida entre 1986 e 1995. E temos com isso elementos suficientes para passar à discussão da próxima seção.

3.2 Críticas e traços essenciais do processo de financeirização

Muitas têm sido as críticas dirigidas às interpretações sobre o capitalismo contemporâneo que conferem à esfera financeira um papel de destaque e que, por isso, defendem a existência daquilo que se convencionou chamar de financeirização da economia. Tais apontamentos rebatem a percepção de que o mundo vem atravessando uma mudança sistêmica desde a crise da década de 1970 e que essa mudança é justificada, emblemática ou, melhor, caracterizada pelo processo de financeirização. Como esta última é a nossa percepção, não poderíamos deixar de iniciar nossa discussão nos reportando às críticas para, a partir delas, tentar comprovar que, de fato, estamos diante de mudanças estruturais e irreversíveis da ordem vigente, sem que esta assertiva nos leve a um afastamento do escopo teórico marxista como implicitamente se sugere em algumas das críticas.

Uma importante pontuação lançada sobre tal teorização é aquela desenvolvida por teóricos que defendem a validade dos ciclos longos de Kondratiev. Para tais analistas não se pode identificar a prevalência de um processo de acumulação financeira uma vez que, desde 1994, vêm sendo registradas importantes taxas de crescimento do PIB mundial, marcando a ascensão de um novo Kondratiev. Tal como esclarece Wallerstein (2003, p.72), há uma espécie de contraposição entre a produção e os investimentos financeiros em cada fase do ciclo. Mais especificamente, o que se passa é que os ciclos de Kondratiev são compostos por uma fase A e por uma fase B – a fase de expansão e a fase de contração da economia,

respectivamente –, cada qual com duração aproximada de 25 a 30 anos. Os períodos de expansão e de retração

[...] distinguem-se principalmente pela prevalência do pleno emprego ou do desemprego, pela preponderância da produção ou de investimentos financeiros como fonte principal de lucro, pela prioridade dada à minimização dos custos de transação ou à minimização do custo da força de trabalho, pelo aperfeiçoamento das técnicas existentes ou pela inovação na produção. (WALLERSTEIN, 2003, p. 72)

Deste modo, uma vez que uma das características das fases ascendentes do ciclo é a prevalência da produção sobre a destinação financeira dos recursos, havendo crescimento do produto, enquadra-se a economia num momento A de Kondratiev e, portanto, exclui-se a explosão financeira (ou a predominância da finança) como atributo daquele período histórico, já que ambos os aspectos não convivem simultaneamente numa mesma fase do ciclo ou, pelo menos, o fazem em proporções bastante diversas.⁶⁶

Uma questão que pode ser levantada a partir da análise de Brenner (2003) é: com base no que a economia mundial tem crescido: num real crescimento da lucratividade ou na fantasia de uma situação como a criada pelas especulações no mercado de ações através da alta de seus preços? Neste sentido, Brenner não nega que houve um crescimento do dinamismo econômico na década de 1990, especialmente de 1993 a 2000. O ponto é que ele entende que esse ganho de dinamismo foi possibilitado pelo mercado de valores, que, por sua vez, cresceu guiado não por lucros potenciais crescentes, mas por ganhos especulativos potenciais crescentes proporcionados pela subida nos preços das ações (Ibid., p. 297), em boa parte dos casos, como vimos, assentada em pura fraude. Ademais, é preciso acrescentar a questão da expansão do crédito e o conseqüente endividamento das famílias como um aspecto crucial para a sustentação do crescimento econômico no período em questão.

A luz, portanto, não deve ser jogada sobre o crescimento do PIB, mas sobre as forças que conduzem a tal crescimento. Quando tal expediente é adotado, parece ficar evidente que, de

⁶⁶ Mais do que isso, o uso que Wallerstein (2003) faz da teoria dos ciclos de Kondratiev para caracterizar aquilo que ele chama de economia-mundo permite a conclusão de que o processo de financeirização sequer pode ser entendido como algo novo e próprio do atual momento histórico, como argumentaremos mais à frente. Na realidade, a própria visão de financeirização que pode ser apreendida desta teoria é bastante diferente da que apresentaremos na sequência.

fato, “a partir do final de 1997, o mercado de ações veio a exercer [...] um maior impacto na economia real do que a economia real no mercado de ações” (BRENNER, 2003, p. 253).

Mesmo nos valendo da análise de Brenner para contrapor essa noção de que o processo de financeirização não pode ser válido em razão de um maior vigor do setor produtivo mundial, iniciado em meados da década passada como argumentam os teóricos da “escola dos ciclos longos” – se é que assim podemos chamá-los –, o fato é que, como atestam Duménil e Lévy (2004) e Lapavistas (2011), não há nada que impeça um inchaço da esfera financeira em concomitância com um crescimento do produto, como é, em verdade, o que ocorre.

Outra linha de argumentação oposta às teses da financeirização se baseia na ideia de que a explosão financeira é uma dinâmica própria dos ciclos capitalistas, sendo intensificada nas fases ascendentes do ciclo justamente porque, nestes momentos, há um incremento da importância do capital fixo no capital total. Ou seja, na medida em que o capitalismo se desenvolve, cresce a participação do capital fixo em relação ao capital total e, como tal ampliação não pode se dar sem o recurso ao crédito por razões óbvias relacionadas ao tamanho da planta e montante de recursos exigidos para dar conta das exigências técnicas, é desencadeada uma tendência quase automática ao crescimento do financiamento desse processo via emissões acionárias (CIPOLLA e PINTO, 2010, p. 5).

Fora do campo das críticas – e, portanto, dentro do grupo daqueles que defendem a ideia de financeirização – se encontram os analistas conhecidos como o grupo da *Monthly Review*, cujas principais referências para a discussão sobre a explosão financeira se encontram presentes já na década de 1970, em especial nos trabalhos de Harry Magdoff, Paul Sweezy e Paul Baran, que visualizam como tendências da acumulação capitalista no século XX uma queda na taxa de crescimento, uma expansão dos monopólios multinacionais e o processo de financeirização.

Seguindo esta tradição, Foster e Magdoff (2009, p. 77) definem a financeirização do capitalismo como “[...] a mudança na gravidade da atividade econômica da produção (e até mesmo de grande parte do setor de serviços em crescimento) para a finança”,⁶⁷ entendendo

⁶⁷ “[...] the shift in gravity of economic activity from production (and even from much of the growing service sector) to finance.”

este processo como uma das grandes questões contemporâneas. O eixo da discussão – lançada pela velha guarda da *Monthly Review* e aceita pela nova geração de autores ligados ao grupo – é o de que, em economias capitalistas maduras, a presença de monopólios e grandes oligopólios, na medida em que limita a concorrência de preços, provoca uma tendência expansiva do excedente que não pode ser absorvido pela esfera da produção, resultando em sua estagnação. Isso faz com que o capital busque refúgio na esfera da circulação, em particular em atividades financeiras especulativas, de modo que o processo de financeirização emerge da sobreacumulação verificada na esfera produtiva. É justamente o transbordamento de excedente nesta última esfera que leva à explosão financeira, fazendo da financeirização uma espécie de válvula de escape aos problemas de acumulação enfrentados no âmbito da produção.

Baseando-se nesta visão de como se constitui o processo de financeirização, a interpretação dos teóricos da *Monthly Review* parece conferir sentido às críticas sugeridas pelos filiados à teoria dos ciclos de Kondratiev, que criticamos anteriormente. De fato, atribuir a explosão financeira a um esgotamento das possibilidades de acumulação na esfera produtiva pode, com razão, suscitar debates pautados pela verificação de que o produto mundial apresenta tendência de crescimento nas últimas décadas, invalidando a percepção de estagnação e, portanto, a origem do processo de financeirização assumida por esses autores. Além disso, um corolário importante que pode ser vislumbrado a partir da tese da sobreacumulação é o de que, uma vez que o recurso ao financeiro se dá apenas em períodos em que se verifica a sobreacumulação, tão logo esta última se desfça, se desfaz também o recurso à finança, fazendo do processo de financeirização algo não estrutural e naturalmente reversível. Aliás, parece ser justamente esta a maior debilidade da tese da sobreacumulação: fazer do recurso à finança algo meramente conjuntural. No mesmo erro incorrem Cipolla e Pinto (2010) com sua percepção de que a explosão financeira está ligada ao crescimento do financiamento em função do incremento do capital fixo no capital total, tal como visto anteriormente. Ambas as visões tiram de cena o caráter estrutural apresentado pelo processo de financeirização. Não se trata de um fenômeno cíclico, mas de algo permanente e irreversível,⁶⁸ assim como são

⁶⁸ Com isto não queremos dizer que o processo não possa ser superado, mas tão somente que dificilmente podem ser desmantelados os elementos que o constituem, uma vez que a financeirização não diz respeito apenas a um setor da economia ou ao fato de que mais lucros estão sendo investidos na esfera financeira, mas refere-se à explosão de mecanismos financeiros por detrás dos quais estão envolvidas as mais altas frações de classes capitalistas e suas respectivas instituições financeiras. Trata-se, portanto, de um jogo não apenas econômico, mas também político e ideológico, em cujo fundo são absolutamente privilegiados os interesses de determinadas

irreversíveis as contradições que apresenta. Não se deve supor que, findo o período em que se verifica a sobreacumulação e, assim, abertos novos espaços de valorização na esfera produtiva, cessará o recurso à finança. Nem tampouco se deve supor que, iniciada uma fase descendente do ciclo e eliminada a importância relativa do capital fixo no capital total, estarão também desfeitas as paixões que conduzem à exacerbação ou ao avultamento da lógica financeira.

Partindo de um sentido de causação inverso ao dos teóricos da sobreacumulação, os pós-keynesianos entendem que é a expansão do setor financeiro que provoca problemas na esfera produtiva – e não os problemas na esfera produtiva que conduzem à explosão financeira, como indica o grupo da *Monthly Review*. Nessas bases, a figura do rentista aparece como uma entidade econômica parasita no sentido de que alimenta a esfera financeira em detrimento da produtiva, de modo a induzir a uma queda do investimento, do produto, do emprego e da renda, que só pode ser corrigida pela intervenção do Estado na tentativa de regular o movimento especulativo do capital, seja através do rebaixamento do nível da taxa de juros, seja através da imposição de limites à atividade bancária por meio da definição de exigências para as reservas bancárias e para o direcionamento do crédito, por exemplo. O resultado esperado a partir desse tipo de política econômica é o de uma ampliação dos investimentos produtivos e, conseqüentemente, uma ampliação do produto, do emprego e da renda.

Talvez a principal lacuna desta corrente seja a de enxergar uma contradição entre a acumulação real e a especulação financeira, perdendo de vista as interações espontâneas existentes entre as empresas financeiras e não financeiras. Neste sentido, a perspectiva pós-keynesiana abandona a dialética, presente em Marx, de um capital financeiro funcional e disfuncional ao mesmo tempo, isto é, funcional no sentido de que adianta recursos para que o capital produtivo possa ser posto em circulação, acelerando, portanto, a própria rotação do capital, e disfuncional porque, ao mesmo tempo em que se alimenta dos lucros produzidos na esfera da produção sem de fato gerá-los, apresenta-se como uma possibilidade de acumulação que concorre com a produtiva, potencializando uma situação de crise.

classes que se beneficiam do processo. Esta observação está em linha com a definição de “finança” que fazem Duménil e Lévy (2004 e 2010).

Analisadas brevemente algumas críticas à proposta de que o capitalismo contemporâneo é caracterizado pelo processo de financeirização, bem como algumas perspectivas teóricas que corroboram com esta ideia, embora sob uma abordagem diferente da nossa, passamos agora ao tratamento do processo de financeirização tal qual o compreendemos.

As linhas de argumentação desenvolvidas na seção anterior a respeito das transformações ocorridas no sistema capitalista mundial no pós-1970 dão vazão à noção de que a financeirização, seguindo Lapavistas (2011), representa uma transformação estrutural e sistêmica das economias capitalistas maduras, ou uma mudança da economia rumo ao setor financeiro. Mais precisamente, trata-se de uma mudança de rumo que leva a um ganho de autonomia do setor frente aos demais:

Financeirização, em suma, não equivale à dominância dos bancos sobre o capital industrial e comercial. Mais do que isso, trata-se da autonomia cada vez maior do setor financeiro. O capital industrial e o capital comercial são capazes de tomar empréstimos em mercados financeiros abertos, sendo mais fortemente envolvidos em transações financeiras. Enquanto isso, as instituições financeiras têm procurado novas fontes de rentabilidade na renda pessoal e em atividades de mediação no mercado financeiro.⁶⁹ (2008, p.34, tradução própria)

Callinicos (2010, p. 24-34) ainda percebe outros dois significados possíveis para o termo, isto é, além de ser entendida como uma autonomização do próprio setor financeiro, a financeirização é reconhecida por Duménil e Lévy (2004) e Chesnais (1996) como a predominância econômica do setor financeiro – especialmente dos bancos – frente aos demais setores, destacando-se, ainda, a emergência de firmas industriais como atores financeiros autônomos, e pode ser também definida como a incorporação de um amplo grupo de agentes nos mercados financeiros, incluindo os próprios bancos e os pertencentes ao “sistema bancário sombra”, os capitalistas industriais e comerciais e também a classe trabalhadora. Reunindo estes três ângulos a partir dos quais a financeirização pode ser reconhecida, Callinicos (2010, p. 34) fecha sua própria definição do processo: “[e]ntão financeirização significa a maior autonomia do setor financeiro, a proliferação de instituições e instrumentos

⁶⁹ “*Financialisation, in short, does not amount to dominance of banks over industrial and commercial capital. It stands rather for increasing autonomy of the financial sector. Industrial and commercial capitals are able to borrow in open financial markets, while being more heavily implicated in financial transactions. Meanwhile, financial institutions have sought new sources of profitability in personal income and financial market mediation.*”

financeiros, bem como a integração de uma ampla gama de agentes econômicos nos mercados financeiros”.⁷⁰

Nessa linha, tem-se, portanto, não somente uma maior simbiose entre o setor financeiro e o capital industrial e comercial, mas, mais importante, um crescimento altamente desproporcional da esfera financeira frente às demais. Esta percepção leva Lapavitsas a oferecer um quadro bastante preciso de quais seriam os traços fundamentais da financeirização:

Primeiro, as grandes empresas não financeiras reduziram sua dependência de empréstimos bancários e adquiriram capacidades financeiras; em segundo lugar, os bancos expandiram suas atividades de mediação nos mercados financeiros, bem como os empréstimos para famílias; em terceiro lugar, as famílias tornaram-se cada vez mais envolvidas no reino das finanças tanto como devedores quanto como detentores de ativos. (2011, p.2, tradução própria).⁷¹

Nestes termos, Lapavitsas (2011, p. 13) nota que a abordagem de Hilferding é validada pelo predomínio das grandes corporações multinacionais na economia mundial ainda hoje, mas já não consegue explicar a habilidade que essas grandes corporações têm adquirido no sentido de financiar seus investimentos sem recorrer pesadamente à figura dos bancos, de modo que aquela noção de capital financeiro – entendido como a fusão entre o capital industrial e o capital bancário – apontada por Hilferding em seus escritos perde sentido no momento atual.

Os mecanismos que eximem as empresas não financeiras do recurso aos bancos envolvem a retenção de seus próprios lucros e, em maior medida, o acesso aos mercados financeiros abertos, enormemente facilitado pela flexibilidade conferida às operações realizadas e pelo baixo custo das mesmas. Em função dessa situação, os “[...] capitais monopolistas se tornaram ‘financeirizados’, ou seja, eles são mais independentes em relação aos bancos e mais fortemente envolvidos em suas próprias atividades financeiras.”⁷² (Ibid., p. 14).

⁷⁰ “So financialisation means the greater autonomy of the financial sector, the proliferation of financial institutions and instruments, and the integration of a broad range of economic actors in financial markets.”

⁷¹ “First, large non-financial corporations have reduced their reliance on bank loans and have acquired financial capacities; second, banks have expanded their mediating activities in financial markets as well as lending to households; third, households have become increasingly involved in the realm of finance both as debtors and as asset holders.”

⁷² “[...] monopoly capitals have become ‘financialised’, i.e., they are more independent from banks and more heavily involved in financial activities on their own account.”

Esse movimento força os bancos a reestruturarem suas atividades, voltando-se com maior vigor para as famílias e indivíduos – que se apresentam como importantes fontes de lucratividade, uma vez que a ampliação dos mecanismos de crédito faz com que parte significativa de suas rendas passe a ser dedicada ao pagamento de juros – e para as atividades de mediação financeira através das quais os bancos recebem taxas e comissões. O impacto dessa reestruturação é o que Lapavitsas identifica como a “financeirização dos rendimentos do trabalho” resultante do crescimento dos empréstimos tomados para o pagamento de hipotecas, gastos com educação, saúde, bens de consumo, etc., assim como com a aquisição de ativos financeiros tais como fundos de pensão, seguros, dentre outros, revelando o extenso movimento de privatização do consumo dos trabalhadores, que, além do mais, passa a contar, quase que infalivelmente, com a mediação do sistema financeiro. Deste modo se configura a extração de lucros por parte dos bancos e demais instituições financeiras diretamente dos salários em lugar da mais valia. Esta seria a característica mais gritante e mais perniciosa do processo de financeirização que emblematiza a atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista.⁷³

3.3 A financeirização e uma nova fase do capitalismo?

Considerando que todas as transformações descritas nas seções anteriores são suficientes para concluirmos que, de fato, constitui-se uma nova fase do capitalismo especialmente a partir da década de 1970, convém questionar se o processo de financeirização foi determinante no sentido desta constituição. O primeiro e mais simples passo é verificar se a financeirização se apresentou no passado com a força, a intensidade e as características do presente. É desnecessário lançar mão de muitos elementos para afirmar que não. De fato, processos de financeirização já marcaram outras conjunturas que não a atual, mas o que se apresenta no quesito das práticas, orientações e tamanho da esfera financeira no período recente é absolutamente inédito na história do capitalismo mundial.⁷⁴ Deste modo, é possível afirmar

⁷³ Inserido em discussão análoga sobre a questão do grau de autonomia detido pela valorização financeira, Teixeira observa, no mesmo sentido: “A questão central para compreender a autonomia da valorização financeira está, portanto, na redistribuição da renda que se processa a partir dos salários e também da receita do Estado para o sistema financeiro, na forma de juros (2007, p.90)

⁷⁴ Nesse sentido, não custa lembrar que a relação entre o volume de riqueza financeira e o PIB em termos mundiais vem crescendo aceleradamente. Segundo dados da McKinsey's, em 1980, a riqueza financeira mundial, aí incluídos ações, debêntures, títulos de dívida privados e públicos e aplicações bancárias (não

que a financeirização, tal como definida anteriormente a partir de Lapavitsas (2011), é uma característica própria da atual fase do capitalismo mundial iniciada na década de 1970.

O segundo passo, talvez um tanto mais complicado, é o de verificar se o fato de ser uma característica marcante do período recente, faz deste processo um determinante fundamental desta nova fase. Com isso nos ocorre a seguinte questão: o que é a nova fase do capitalismo senão o processo de financeirização? Se nos apegássemos exclusivamente às transformações na esfera produtiva, isto é, à entrada na fase da pós-grande indústria, da transnacionalização dos grandes grupos de capital e do extraordinário desenvolvimento dos ramos de tecnologia da informação e da comunicação, utilizaríamos o termo “nova fase do capitalismo” para nos referir a elas? Todas as peripécias financeiras que vão se desenvolvendo do pós-Segunda Guerra até o presente como forma de diluir os riscos das operações financeiras – mesmo aquelas vinculadas ao processo de produção e ao endividamento pró-investimento – mas que, contraditoriamente, potencializam os riscos de crises sistêmicas e a pujança do financeiro sobre o produtivo, nos levam a crer que não exclusivamente. A nova fase do capitalismo envolve necessariamente e em grande medida o desenvolvimento e autonomização sem precedentes da esfera financeira, de modo que ambos os movimentos podem ser compreendidos como sendo um só, ambos se confundem em termos de sua consolidação histórica e, portanto, se determinam mutuamente.

incluídos derivativos), era de US\$ 12 trilhões de dólares, para um PIB mundial, tal como medido pelo FMI, de US\$ 10,7 trilhões. Já em 2010, a riqueza financeira alcançava US\$ 212 trilhões para um PIB mundial de US\$ 63 trilhões. A relação entre as duas cifras sai de 1,1 em 1980 para 3,3 em 2010.

CAPÍTULO 4

DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O IMPERIALISMO: O VISLUMBRE DE UMA NOVA FASE DO IMPERIALISMO

Depois de constar entre os temas de discussão mais proeminentes dentro do marxismo – sob o impacto causado pelas obras de Hilferding, Lenin, Bukharin e Luxemburgo –, o tema do imperialismo simplesmente desaparece de cena a partir de meados da década de 1970, exatamente (e ironicamente) num contexto de crescente dependência externa e perda da soberania nacional vivida pelas principais economias periféricas do globo. Esta constatação acerca da desaparecimento das discussões sobre o imperialismo foi feita já na década de 1990 por Prabhat Patnaik, que afirma que,

Curiosamente, isto não se dá porque alguém tenha teorizado contra o conceito. O silêncio sobre o imperialismo não é o resultado de um debate intenso a partir do qual a balança tenha se inclinado decisivamente em favor de um lado; não é um silêncio teoricamente auto-consciente. Também não se pode considerar que o mundo mudou tanto na última década e meia que falar de imperialismo tenha se tornado um óbvio anacronismo.⁷⁵ (PATNAIK, 1990, p. 73, tradução própria).

O ponto é o paradoxo de que, enquanto o sistema de relações coberto sob a rubrica do imperialismo não mudou nem um pouco na última década e meia, questões fundamentais são hoje discutidas, ao contrário de antes, mesmo entre os marxistas, sem qualquer referência ao termo.⁷⁶ (Idem, ibidem, p. 75, tradução própria).

O que justifica tal silêncio (inclusive!) no discurso marxista do período, de acordo com o argumento de Patnaik, não é o fim do imperialismo ou sua perda de importância, mas, contrariamente, a extraordinária força e vigor que este conjunto de relações econômicas características do mundo contemporâneo adquire naquele momento, reforçando sua “capilaridade” e sua capacidade de fazer frente a qualquer tipo de ameaça à sua hegemonia. É quase como se a evidência de sua existência e a certeza de sua sobrevivência fizesse de

⁷⁵ “Curiously, this is not because any one has theorised against the concept. The silence over imperialism is not the aftermath of some intense debate where the scales tilted decisively in favour of one side; it is not a theoretically self-conscious silence. Nor can it be held that the world has so changed in the last decade and a half that to talk of imperialism has become an obvious anachronism.”

⁷⁶ “The point is the paradox that while the system of relations covered under the rubric of imperialism has not changed an iota over the last decade and a half, fundamental questions today are discussed, unlike earlier, even among Marxists without any reference to it.”

qualquer menção ao termo uma mera tautologia; como se reafirmar insistentemente que a fase do capitalismo prevalecente naquele momento era a sua fase imperialista fosse o mesmo que dizer obviedades em relação às quais não há nenhuma objeção; como se colocar em discussão as raízes, estrutura, lógica de funcionamento, contradições, impactos e tendências do imperialismo não fosse mais do que uma grandessíssima perda de tempo; como se, finalmente, a teoria do imperialismo não tivesse mais nada a dizer.

O fenômeno que parece ocorrer, entretanto, nos parece um pouco mais amplo do que sugere Patnaik. Trata-se, sem dúvida, de um revigoramento do imperialismo, bem como de sua capacidade de afirmar sua hegemonia. No entanto, ocorre que esse fato mais geral vem encoberto pelo discurso da globalização, algo que anuvia e mascara sua verdadeira natureza. O que se propala é a falsa ideia de que todas as nações são interdependentes e de que, por isso, a vinculação de todas elas à lógica global de acumulação seria benéfica a todas, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social. Resgata-se com força o conhecido argumento das vantagens comparativas, travestido agora de uma roupagem moderna por meio do modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson (bem como das novas teorias do comércio internacional), segundo o qual o padrão do comércio internacional é determinado pela diferença na disponibilidade dos fatores,⁷⁷ levando a um aumento nos índices de produtividade, de competitividade, de rendimento e, portanto, a uma ampliação do bem-estar coletivo das massas, que se daria principalmente por meio do acesso ao mercado internacional. Enfim tudo se passa como se o imperialismo tivesse se convertido no seu contrário.

É justamente nessa armadilha que, propositadamente ou não, caem Michael Hardt e Antonio Negri, que, com seu “Império”, publicado originalmente nos Estados Unidos em 2000, trazem de volta à baila o debate em torno do tema. Trata-se de uma espécie de retorno pós-moderno das discussões sobre o imperialismo, com um argumento que, a bem da verdade, faz desaparecer o próprio significado histórico do termo, que, de algo negativo e de natureza intrinsecamente exploradora, passa a algo bem visto e até mesmo necessário sob o prisma dos

⁷⁷ Cabe observar que, apesar da similaridade entre o velho argumento ricardiano das vantagens comparativas assentado na suposta “vocação natural” de cada país e este “moderno”, que apela para a desigual disponibilidade de fatores, este último é ainda mais contraditório, pois “vocação natural” remete bem ou mal para determinações e restrições provindas da Natureza, enquanto “disponibilidade de fatores” (leia-se fatores de produção) remete à questão nada natural sobre a disponibilidade de capital dentro de cada país. De qualquer forma, Heckscher e Ohlin fizeram à teoria neoclássica o grande favor de resgatar um argumento tão importante para o discurso liberal do invólucro da teoria do valor-trabalho, onde ele estava incomodamente inserido.

bons costumes, da democracia e da liberdade burguesas. Não à toa a obra foi tão celebrada no próprio coração do imperialismo mundial, já que “a proposta de Hardt e Negri é completamente inofensiva e em nada lesa os interesses do bloco imperial dominante”, sendo, mais do que isso, “perfeitamente funcional a seus planos de controle e dominação mundial”, como, com razão, afirma Borón (2006, p. 470).

Hardt e Negri (2002) partem da tese de que o imperialismo teria terminado e um império teria emergido, definindo o Império como “a substância política que, de fato, regula [as] permutas globais, o poder supremo que governa o mundo” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 11). A noção que dá forma a este argumento é a de que a globalização é um processo que “libera” as relações econômicas de qualquer tipo de controle político, de modo que a soberania política dos Estados-nação apresenta-se em declínio, uma vez que estas estruturas de Estado perdem gradativamente o poder de regular e direcionar a circulação cada vez mais livre de dinheiro, pessoas, mercadorias e tecnologia.⁷⁸ Nessas circunstâncias, seriam organismos nacionais e supranacionais, conduzidos por uma regra uniforme de interferência na lógica global, os novos detentores da soberania. Trata-se de uma espécie de aparelho de governo descentralizado, desterritorializado e, por isso, impessoal, que incorpora progressivamente toda a esfera global, expandindo poderes e eliminando as rivalidades entre diferentes potências. Em outras palavras, teríamos uma rede de poder única e abstrata que envolve todas as demais e as conduz de acordo com uma noção jurídica geral, de modo que os governos nacionais tornam-se submersos em processos multilaterais de governança global. O Império teria sobrestado todo e qualquer antagonismo nacional e transcendido as rivalidades interimperialistas. Nas palavras dos próprios autores,

⁷⁸ Não deixa de ser verdade que dinheiro (riqueza financeira) e mercadorias circulam hoje muito mais livremente do que na fase anterior, dos 30 anos dourados, marcados pelos controles dos fluxos internacionais de capital e pelo intervencionismo estatal. É verdade que, de uma fase a outra, passamos de um mundo de economias nacionais com relativa autonomia, costuradas no pano de fundo das relações econômicas internacionais sob a égide de Bretton Woods, para uma fase de intensa abertura comercial e financeira, com perda de graus de liberdade do ponto de vista dos Estados nacionais e com a constituição de um espaço financeiro global. É isso que, explica, por exemplo, quão contraditória é hoje a posição dos interesses americanos na China, uma vez que aqueles capitais que tem seu foco no mercado doméstico reclamam da concorrência desleal chinesa pela manutenção artificial de um yuan desvalorizado, enquanto que grandes grupos de capital de matriz americana operando em território chinês são grandes beneficiários de tal situação. Mas não se pode daí deduzir que os estados nacionais tenham saído de cena enquanto variáveis determinantes da configuração que vai assumindo o processo de acumulação em nível mundial, bem como a estrutura das relações internacionais. O que sim se pode dizer é que se aprofunda o grau de contradição objetivada na lógica dos estados nacionais, atravessados fortemente pelos interesses de grandes corporações e da riqueza financeira mundial. De qualquer forma, é preciso notar que, se o argumento de um mundo onde a circulação é agora irrestrita é válido para dinheiro e mercadorias, está muito longe de ser válido para pessoas e tecnologia, o que evidentemente enfraquece o argumento alvissareiro de Hardt e Negri.

[e]m contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização e desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (HARDT e NEGRI, 2002, p. 12, o itálico é original)

Embora reconheçam o peso dos Estados Unidos na lógica do Império, entendem que nem o Estado norte-americano nem qualquer outro poderia se posicionar enquanto autoridade regente do processo de globalização e mantenedora da nova ordem mundial, uma vez que este posto já não existe mais, já teria sido extirpado pelo processo de globalização e pela queda dos muros dos Estados-nação que ela traria consigo.

Para além das vozes destoantes isoladas, ecoando a partir de alguns cantos da periferia do globo antes mesmo que as ideias de Hardt e Negri fossem postas em cena, a abordagem destes autores pode ser facilmente refutada pelos eventos que culminaram com os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a partir dos quais a administração de George W. Bush expõe com a maior clareza possível seus propósitos de utilização massiva de seu conhecido poder militar para levar a dominação norte-americana global às suas últimas consequências. Acreditamos que as contribuições a serem expostas na sequência oferecem excelentes contrapontos que reforçam o que os fatos, por si sós, já elucidam bem.

4.1 As contribuições marxistas anti-*Império*

Uma influente análise acerca das feições contemporâneas do imperialismo é conduzida por Panitch e Gindin (2006), que objetivam demonstrar a não validade das teses clássicas do imperialismo para explicar o período recente, em especial no que toca às suas conclusões acerca de uma rivalidade interimperialista fundada na separação econômica do capitalismo em diferentes etapas. Para tanto, os autores argumentam em favor da constituição de um império informal norte-americano que adquiriu imensa capacidade de incorporar eventuais rivais e conduzir com mãos de ferro “a difusão das relações sociais capitalistas a todos os recantos do mundo” (PANITCH e GINDIN, 2006, p. 22).

Panitch e Gindin (2006) identificam nas crises estruturais do capitalismo os definidores das relações que vão se estabelecendo entre os diferentes Estados-nação e os contornos que vão se desenhando a partir daí em termos de soberania e concorrência entre grandes potências. Deste modo, a primeira grande crise estrutural do capitalismo ocorrida no pós-1870 teria acelerado a rivalidade interimperialista que deu substrato à Primeira Guerra Mundial e à revolução comunista. A Grande Depressão de 1929 (ou a segunda crise estrutural) teria revertido as tendências internacionalistas do capitalismo e provocado um arrefecimento dos conflitos entre as grandes potências, cenário que, embora tenha sido interrompido durante a Segunda Guerra Mundial, se estendeu posteriormente até o fim dos “anos dourados” do capitalismo. A globalização capitalista que se seguiu à terceira grande crise capitalista ocorrida na década de 1970, embora retomasse algum nível de competição, especialmente econômica, entre regiões, provoca um novo e mais profundo impulso, guiado especialmente pela intensificação das relações comerciais entre nações, pela aceleração dos investimentos diretos estrangeiros (IDE’s) e pela crescente internacionalização financeira, produzindo algo bastante distinto das antigas rivalidades interimperiais.

Na visão dos autores, logo ao final da Segunda Guerra Mundial, em função da recuperação da economia norte-americana durante o conflito e, mais especialmente, da necessidade de profunda reconstrução pós-guerra dos Estados arrolados no núcleo da rivalidade interimperialista (particularmente Europa e Japão), os Estados Unidos assumem o posto de império *informal* capaz de “integrar todas as outras potências capitalistas dentro de um sistema efetivo de coordenação sob sua égide” (PANITCH e GINDIN, 2006, p. 34).

O fato de ser informal, portanto, está vinculado à ideia de que esta modalidade de imperialismo se baseia não na diluição das fronteiras nacionais (como propunham Hardt e Negri) ou em sua transposição, mas na penetração destas fronteiras, na integração dos diferentes Estados como elementos componentes do império informal estadunidense e, mais do que isso, como instrumentos através dos quais os Estados Unidos põem em prática e fortalecem a globalização dos mercados e da lógica capitalista de acumulação, assumindo, para tanto, o controle sobre as regras que regem todo este processo. Desta forma, o que ocorre é que o império informal domina através de outros Estados, coordena todas as outras potências capitalistas, exercendo seu domínio através de outros Estados, se utiliza dos Estados estruturados sob a sua tutela no sentido de que estes atuem como responsáveis por “criar as

condições *internas* necessárias para sustentar a acumulação *internacional*, como a estabilidade dos preços, as limitações à militância operária, o tratamento nacional aos investimentos estrangeiros e a saída irrestrita de capitais” (PANITCH e GINDIN, 2006, p. 43 – o itálico é original), algo absolutamente funcional ao império informal norte-americano, cuja ascensão se deu justamente baseada nos princípios da exportação de capitais e da consequente integração internacional. “Portanto, os estados-nação não estavam desaparecendo, mas somando responsabilidades” (Idem, *ibidem*, p. 43).

E o interessante é que a expansão desse império informal “não foi tanto uma imposição unilateral (ou meramente coercitiva), mas majoritariamente um ‘imperialismo por convite’” (PANITCH e GINDIN, 2006, p. 34). E nada foi tão emblemático dessa situação do que os desdobramentos da conferência de Bretton Woods, em 1944, com a constituição de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial que permaneceram, desde o princípio, sob clara coordenação norte-americana.

Um aspecto importante presente em Panitch e Gindin que pode, inclusive, ser utilizado para refutar a perspectiva de Hardt e Negri e para nos ajudar a repensar não só a dependência no período atual é a de ideia segundo a qual o fato de,

que o império norte-americano tenha se reconstituído de maneira tão bem-sucedida através das últimas décadas do século XX não significa que o capitalismo global tenha alcançado um novo plano de estabilidade. Na verdade, é possível afirmar que as dinâmicas de instabilidade e contingência são sistematicamente incorporadas à forma reconstituída do império. Em boa medida, porque a competição intensificada própria ao neoliberalismo e a hipermobilidade da liberalização financeira agravem o desenvolvimento desigual e a extrema volatilidade inerente à ordem global. E mais, esta instabilidade se vê dramaticamente amplificada pelo fato de que o estado norte-americano somente pode dominar este sistema através de outros estados, e converter todos em estados “efetivos” para o capitalismo global não é um assunto simples. (2006, p. 46-47)

Numa crítica a esta perspectiva, Callinicos (2005) parece forçar um pouco a mão ao tentar enquadrar Panitch e Gindin na mesma perspectiva de Hardt e Negri, apegando-se às conclusões convergentes a que chegam ambas as duplas de autores. Parece haver aqui uma certa injustiça, uma vez que as vias que levam a tais conclusões são claramente opostas. Ao contrário de Hardt e Negri, Panitch e Gindin defendem a inexistência contemporânea de uma

rivalidade interimperialista, não por falta de imperialismo e excesso de “irmandade” entre nações, senão pelo extraordinário ganho de posição dos Estados Unidos a partir de meados do século XX e pelo fortalecimento sem precedentes de seu poder geopolítico nos últimos trinta anos, pelo menos.

Para compreender o que caracteriza o período imperialista atual, Callinicos (1994) parte da definição de três fases principais na história do imperialismo, a saber: i) imperialismo clássico (1875-1945), com a constituição de um mundo política e economicamente multipolar e no qual a competição entre capitais e a expansão territorial pela via colonialista estavam estreitamente conectados com a irrupção de conflitos militares entre os Estados, o que teria levado à partilha desigual do mundo entre as principais potências imperialistas; ii) imperialismo de superpotências (1945-1990), com a constituição de um mundo politicamente bipolar, mas economicamente multipolar, de tal forma que a distribuição do poder político-militar perde sua correspondência com o poder econômico como era característico da etapa anterior; e iii) imperialismo depois da Guerra Fria, com o retorno a um mundo política e economicamente multipolar, de modo que as teorias clássicas do imperialismo recuperam sua capacidade de explicar o capitalismo e o imperialismo atuais, embora a competição interimperialista corrente seja muito mais feroz e mais instável do que foi no passado.

Contrariando a percepção de Panitch e Gindin (2006), Callinicos (1994) entende que, nesta última fase do imperialismo, rompe-se com a tendência à constituição de uma única superpotência mundial. Neste sentido, ele percebe que o colapso do stalinismo figura como o evento histórico de maior importância, justamente porque suspende uma rígida divisão bipolar do mundo e deixa claros os contornos de uma nova fase de competição interimperialista. E o ponto principal de revigoramento desta tendência seria a emergência de novos centros de acumulação de capital fora do núcleo imperialista, formados especialmente pela industrialização parcial verificada nessas estruturas econômicas, dando origem aos subimperialismos do Terceiro Mundo. Estes últimos só avançaram graças ao suporte das superpotências, uma vez que os arranjos que permitiram aos subimperialismos assumir um importante papel regional do ponto de vista da dominação política e militar envolviam uma convergência de interesses entre as classes dominantes imperialistas e subimperialistas. Tal jogo de interesses e a conseqüente emergência de potências regionais no Terceiro Mundo, no entanto, não promoveu uma abolição da hierarquia mundial já estabelecida, mas apenas sua

alteração já que, na visão do autor, foram exatamente as políticas das grandes potências mundiais que permitiram o ganho de espaço alcançado pelas nações subimperialistas e não o seu virtuoso nível de desenvolvimento capitalista.

A visão de Callinicos nos parece um tanto problemática. Atribuir um peso tão grande à participação de potências medianas no jogo imperialista mundial faz parecer que tais países subimperialistas contam com alta margem de intervenção e alto poder no sentido de rivalizar com a(s) potência(s) hegemônica(s), algo que se refuta pela simples percepção do que se passa nas cúpulas de grandes órgãos multilaterais como a ONU e o FMI. Reside aqui um outro ponto de discordância relevante: o próprio Callinicos reconhece que os arranjos que levaram à constituição desses centros de poder regional demonstram uma intrínseca conexão entre estes e as superpotências. Sendo assim, sequer há uma clara rivalidade entre imperialistas e subimperialistas que justifique a visão de que estes últimos representam aqueles aptos a fazer frente a um superpoder mundial. Neste sentido, nos parecem muito mais próximas da realidade as percepções levantadas por Panitch e Gindin (2006).

No entanto, para não sermos injustos com Callinicos, é necessário reconhecer que, em seus trabalhos posteriores⁷⁹ – particularmente baseado na Guerra do Iraque, iniciada retoricamente como reação aos eventos ligados ao 11 de setembro norte-americano, politicamente como forma de os Estados Unidos reforçarem sua hegemonia e economicamente como um importante caminho para algum tipo controle norte-americano sobre a produção petrolífera da região⁸⁰ –, o autor se aproxima da percepção da constituição de uma potência imperialista única, o que apenas robustece os indiscutíveis argumentos nessa direção. Foi interessante mencionar a divergência com base no seu trabalho de 1994 apenas para enfatizar a rapidez com que as tendências foram sendo solapadas. Não fica claro apenas se Callinicos entende que esses novos desenvolvimentos representariam uma quarta fase na história do imperialismo ou se se trata de uma revisão das características da terceira fase.

Fica claro, entretanto, que, apesar desta revisão de posição, Callinicos (2005) ainda mantém um importante questionamento às teses de Panitch e Gindin (2006): a hegemonia norte-americana pode ser válida do ponto de vista político e militar, mas em absoluto o é do ponto

⁷⁹ Ver a este respeito Callinicos (2003, 2005 e 2009).

⁸⁰ A respeito da importância do controle sobre as reservas petrolíferas, veja-se Harvey, 2003, pp. 11-30.

de vista econômico. Assim sendo, não deve ser subestimado o potencial desestabilizador das rivalidades econômicas entre grandes corporações transnacionais, cujos investimentos e mercados são concentrados em um dos três pontos da tríade América do Norte, Europa Ocidental e Japão, além da China, e cujo suporte estatal às suas lutas competitivas permanecem como uma característica estrutural da economia política global contemporânea, de tal sorte que os conflitos que daí podem derivar estão sempre em germinação.

Em consonância com a interpretação de Panitch e Gindin (2006) acerca da constituição de uma única superpotência imperial e da extinção das rivalidades entre várias potências imperialistas típica do período condizente com a análise clássica, Borón (2006, p. 461) ressalta que os Estados Unidos apresentam-se como “um tipo de império benévolo que nem oprime nem explora, mas sim corta os setes mares para libertar os povos das correntes do atraso e da opressão e para semear o livre comércio e a democracia”.

Reconhecendo a figura central assumida pelos Estados Unidos, tanto do ponto de vista de seu poderio militar, quanto do ponto de vista de sua capacidade de articular os diversos estados centrais, fazendo deles fortes aliados (além de beneficiários) das suas intenções cada vez mais explícitas de controlar tudo aquilo se passa na superfície do globo, Borón (2006) introduz a ideia de que as teorizações clássicas sobre o imperialismo teriam se tornado obsoletas por três razões: i) a expansão imperialista se dá não somente na crise como sugerem os clássicos, mas também nos períodos de prosperidade; ii) a concorrência econômica não se traduz mais necessariamente em conflitos armados; e iii) a acumulação capitalista se mundializa, expandindo-se para os mais distantes rincões do planeta.

Neste sentido, Borón (2006) sugere que os elementos fundamentais para a caracterização do imperialismo contemporâneo passam pelo reconhecimento da ocorrência de um acelerado processo de financeirização da economia mundial e pela percepção de que são introduzidos novos instrumentos de dominação tais como o FMI, o Banco Mundial, o BID, a OMC, bem como aspectos constitutivos de um tipo de imperialismo cultural.

Do ponto de vista da periodização dos eventos históricos, a interpretação de Borón parece estar em linha com a oferecida por Sotelo Valencia (2007), autor segundo o qual aquela que corresponde à definição clássica do imperialismo teve sua vigência do início do século XX até

a queda da URSS em 1989-91, constituindo-se a partir daí uma nova fase do imperialismo que se estende até o presente. Entretanto, Valencia diverge de Borón no sentido de compreender que o imperialismo contemporâneo nada mais é do que uma versão mais complexa da noção clássica do imperialismo, uma vez que são introduzidos novos elementos à lógica capitalista (não muito diversos daqueles apontados por Borón) que levam a uma necessidade de ampliação das categorias clássicas ao invés de sua refutação para o presente.

Harvey (2004) está entre os que reconhecem o impressionante ganho de hegemonia dos Estados Unidos especialmente a partir do último quartel do século XX e, nessa linha, identifica um tipo muito particular de atuação imperialista levada a cabo por esta potência através do uso de instrumentos de espoliação. A interpretação de Harvey passa pela ideia de que o capitalismo se apresenta em permanente estado de sobreacumulação, necessitando, por isso, de territórios dominados por formações pré-capitalistas em direção aos quais possa se expandir, convertendo-os em capitalistas de fato.⁸¹ Nesse mote, o autor traz à tona a ideia de acumulação primitiva (proposta por Marx) como uma característica permanente do capitalismo e introduz o termo “acumulação por espoliação” como o comportamento predominante no capitalismo moderno e o fio condutor do processo de globalização.

A acumulação por espoliação seria a solução para os problemas de sobreacumulação, isto é, a saída encontrada pelo capital para uso dos excedentes ociosos sem aplicação lucrativa. Nestes termos, Harvey esclarece:

[o] que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. [...] O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. [...] se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema. Outro modo seria injetar matérias-primas baratas (como o petróleo) no sistema. Os custos de insumos seriam reduzidos e os lucros, por esse meio, aumentados. (2004, p. 124)

⁸¹ Neste sentido, Harvey retoma as ideias de Rosa Luxemburgo a respeito da necessidade capitalista de uso de formações não-capitalistas para levar adiante sua expansão. A diferença de Harvey, entretanto, Luxemburgo entende que este processo é resultado de crises de subconsumo, tal como apontamos brevemente no Capítulo 1.

O mesmo objetivo pode no entanto ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado. (2004, p. 124)

Sinteticamente, é possível então dizer que, para Harvey, todo o problema está relacionado à desvalorização de ativos de modo que estes possam ser reutilizados de maneira lucrativa pelo capital sobreacumulado. Como bem percebe Stathakis (2008), “[...] parece um capitalismo de roubo, ao invés de um capitalismo de reprodução ampliada, investimento, aumento da produtividade do trabalho e tudo o mais”.⁸²

O ponto chave no argumento de Harvey é que este processo de acumulação por espoliação se dá sob a chancela do Estado, o que conduz à ideia de que o imperialismo contemporâneo é caracterizado justamente pelo ganho de importância da acumulação por espoliação frente ao clássico processo de reprodução expandida. Nas palavras do próprio Harvey,

[...] as intervenções militares são a ponta do *iceberg* imperialista. O poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos [...] de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções. (2004, p. 147, o itálico é original)

Portanto, a espoliação se torna a forma elementar de acumulação e seria este o cerne da prática do “novo imperialismo”, que não é nada mais do que uma revisitação do “velho imperialismo”, daquilo que a Grã-Bretanha já havia posto em prática no passado (o roubo que tornou possível a acumulação de capital originária) e que agora é conduzido pelos Estados Unidos, ainda que num momento histórico bastante diverso.

⁸² “*This looks like a capitalism of theft rather than a capitalism of expanded reproduction, investment, increased productivity of labour and the rest.*”

Outro argumento que vai na mesma direção do de Harvey quanto à afirmação do poderio imperial americano nas últimas décadas é construído por Gowan (2003). Seu ponto de vista quanto à inequívoca centralidade que hoje têm os interesses e a atuação americanos fica visível já no título da obra: *A Roleta Global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. O ponto principal de Gowan é que tanto a globalização quanto a financeirização foram e estão sendo levadas a cabo pelas poderosas mãos do Estado americano, sendo seus principais instrumentos a particular configuração que assumiu o sistema monetário internacional desde o fim de Bretton-Woods, com a constituição daquilo que ele chama de “regime do dólar wall-street”, e o intenso processo de abertura e liberalização das finanças, que se fortalece a partir dos anos 1980 e ganha ainda mais força política nos anos 1990. Em outras palavras, para ele, a financeirização do processo de acumulação, para além de sua lógica *stricto-sensu* econômica, atende fundamentalmente os interesses do estado americano e do grande capital produtivo-financeiro americano, ao qual vêm se associar, após um início incômodo, os principais interesses da Europa Ocidental, que teriam se tornado sócios interessados no sucesso desse projeto.

Nesse sentido, para o autor, a globalização não seria nada mais do que a transformação do ambiente externo aos países induzida pelos Estados Unidos por meio da abertura das economias domésticas à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando-as cada vez mais dependentes de decisões e acontecimentos que se passam nos centros do sistema, em particular Washington e Nova York. De outro lado, o neoliberalismo seria o nome dado às transformações impulsionadas pelas mesmas mãos no ambiente interno de cada economia nacional, no sentido de alterar relações sociais e instituições em benefício de credores e investidores, de subordinar os setores produtivos aos setores financeiros e de alijar a maior parte da população trabalhadora da riqueza, do poder e da segurança. Nas palavras do autor:

Imagina-se muitas vezes que os processos comumente associados à globalização sejam mais impulsionados por forças tecnológicas e/ou econômicas do que pelas capacidades políticas e interesses capitalistas da nação americana e das elites empresariais. Mas, na primeira parte deste livro eu mostro que o processo de globalização tem sido impulsionado de modo crucial pelo enorme poder político colocado nas mãos da nação americana e do empresariado dos Estados Unidos por meio do tipo particular de sistema monetário internacional e do regime financeiro internacional associado que foi construído – em grande parte pelo governo dos Estados Unidos – sobre a

ruína do sistema de Bretton Woods. Uma vez que compreendamos a natureza do atual regime monetário e financeiro,⁸³ poderemos compreender como ele pôde ser utilizado como um formidável instrumento de política econômica nas mãos de sucessivas administrações americanas. (GOWAN, 2003, p. 11).

Seguindo uma linha de análise completamente diferente das abordagens anteriores, Wallerstein (2003) parte da compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo tem estreita relação com uma dinâmica histórica dividida por grandes flutuações, tal como apreendido pela teoria dos ciclos de Kondratiev. Neste sentido, embora ele reconheça que estamos claramente vivendo um período de transformação, não se trata do ingresso num mundo já há muito globalizado, mas, na realidade, a entrada numa fase de transição e de metamorfose daquilo que ele chama de sistema-mundo. Quanto a isto, Wallerstein esclarece:

[o] que se entende por uma economia-mundo é uma grande zona geográfica dentro da qual há uma divisão do trabalho e, portanto, significativa troca interna de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho. A característica definidora de uma economia-mundo é que *não* é delimitada por uma estrutura política unitária. Pelo contrário, há muitas unidades políticas dentro da economia-mundo, frouxamente amarradas em nosso moderno sistema-mundo em um sistema interestatal. E uma economia-mundo contém muitas culturas e grupos. Isso não significa que eles não envolvem alguns padrões culturais comuns [...]. Isso significa que nem a política nem a homogeneidade cultural deve ser esperada ou encontrada em uma economia-mundo. O que unifica a estrutura é a divisão do trabalho que é constituída em seu interior.⁸⁴ (2004, p. 23, tradução própria, itálicos do autor).

⁸³ Gowan assenta a criação do regime do dólar Wall Street em dois pilares fundamentais que teriam sido construídos com sucesso pelos governos americanos e pelos interesses capitalistas a eles associados. Em primeiro lugar era preciso desvincular o dólar do ouro e transformar o sistema monetário internacional num padrão dólar puro, mudança que tinha defensores no governo americano como Paul Volcker desde o final dos anos 1960. Em segundo lugar era preciso assegurar que as relações financeiras internacionais saíssem do controle dos Bancos Centrais e fossem cada vez mais concentradas nos operadores financeiros privados. Ambas as transformações teriam sido obtidas com enorme eficácia, com uma das medidas fortalecendo a outra. Citemos apenas, os subprodutos imediatos que teve a desvinculação do dólar. Com a forte desvalorização que se seguiu ao rompimento unilateral de Bretton Woods, os preços dos principais insumos como o petróleo ficaram desalinhados em termos da moeda americana, tornando inevitável um forte ajuste. Segundo Gowan, os países árabes teriam sido mesmo incentivados pelo governo americano a implementar um forte aumento, e não só isso, como teriam sido incentivados a depositar na city londrina – o espaço financeiro internacional então existente – e em bancos americanos ali operantes, os polpudos superávits que passaram a obter. A soma dos eurodólares com os petrodólares engrossou a riqueza financeira e serviu de base econômica para a grita em favor da abertura financeira do mundo, o que permitiu intensificar o movimento de colocar o grosso das transações financeiras internacionais ao desabrigo do controle dos bancos centrais e, por tabela, dos Estados nacionais.

⁸⁴ *“What we mean by a world-economy is a large geographic zone within there is a division of labor and hence significant internal exchange of basic or essential goods as well as flows of capital and labor. A defining feature of a world-economy is that it is not bounded by a unitary political structure. Rather, there are many political units inside the world-economy, loosely tied together in our modern world-system in an interstate system. And a*

Neste sentido, considerando que o sistema capitalista deve ser entendido como um sistema no qual é dada prioridade à interminável acumulação de capital – e não meramente como uma organização social na qual pessoas e firmas produzem para obter salário e lucro –, Wallerstein (2004, p. 24) conclui que apenas o moderno sistema-mundo tem sido uma economia capitalista e que a economia-mundo e o sistema capitalista andam juntos. O propósito da acumulação de capital é mais acumulação de capital, num processo contínuo e sem fim.

Nesses termos, a década de 1960 teria assistido à saturação do mercado mundial e à consequente diminuição da rentabilidade de grandes setores industriais dada pelo “crescimento da produção mundial decorrente da retomada e da expansão da produção da Europa Ocidental e do Japão” (WALLERSTEIN, 2003, p. 76), algo que teria provocado uma mudança na destinação principal dada aos recursos capitalistas, que teriam passado da esfera produtiva para a financeira (dentro daquela lógica já discutida no Capítulo 3 a respeito da contraposição existente essas duas esferas),⁸⁵ assim como provoca um deslocamento da produção dos grandes centros capitalistas para regiões em processo de industrialização e desenvolvimento.

Configura-se, assim, um período de recessão a partir da década de 1970, indicando a saída de uma fase A do ciclo de Kondratiev (representada pelos 30 anos gloriosos) e a concomitante entrada numa fase B, cujo aprofundamento e perturbações põem em discussão a existência de mecanismos estabilizadores que conduziriam ao restabelecimento do equilíbrio e à posterior entrada numa nova fase A. A resposta de Wallerstein (2003, p. 84-85) é a de que isso sem dúvida se configuraria. “Entretanto, o equilíbrio nunca é restaurado imediatamente, mas somente após um desvio suficiente frente à norma. Além disso, a correção, evidentemente, jamais é perfeita”, de modo que o equilíbrio jamais se restabelece num mesmo nível, considerando as mudanças sistêmicas provocadas pelos mecanismos corretores das perturbações.

world-economy contains many cultures and groups. This does not mean that they do not evolve some common cultural patterns, what we shall be calling a geoculture. It does mean that neither political nor cultural homogeneity is to be expected or found in a world-economy. What unifies the structure most is the division of labor which is constituted within it.”

⁸⁵ Vide Capítulo 3, seção 3.2.

Nestas circunstâncias, isto é, nessa busca incessante pelo restabelecimento do equilíbrio, teriam se manifestado três grandes tendências seculares que entram em confronto com a lógica capitalista de interminável acumulação (posto que já estariam em processo há 400 ou 500 anos, de acordo com Wallerstein): i) o processo de desruralização ou urbanização; ii) o esgotamento ecológico; e iii) a democratização. Esse triplo processo se choca com a tendência mais geral do sistema, produzindo uma pressão poderosa sobre os níveis de lucro, seja por aumento dos custos do trabalho, seja por aumento dos custos dos fatores de produção, seja, finalmente, por aumento dos impostos para manutenção de um estado de bem-estar social. O desencadeamento de tais tendências estariam impedindo que os ciclos caminhassem no sentido de um retorno ao equilíbrio e o sistema estaria se vendo diante de sua crise final, a partir da qual uma nova estrutura com novos ciclos, tendências e equilíbrios se faria possível. Para Wallerstein, seria este o momento atual vivenciado pelo sistema capitalista mundial: uma nova fase do capitalismo que, longe de representar uma fase imperialista diz muito mais respeito a uma fase de transição a algo novo, desconhecido e indefinível.

4.2 Uma nova fase do imperialismo?

Todas as contribuições antes levantadas colocam em jogo a discussão a respeito de se os novos elementos que passam a compor o funcionamento do sistema capitalista são suficientes no sentido de indicar que adentramos numa nova fase do imperialismo. A pergunta com a qual iniciamos esta seção é, portanto: ainda podemos falar de imperialismo no mesmo sentido de antes, isto é, no mesmo sentido discutido pelos teóricos clássicos? A partir das interpretações antes apresentadas – as mais influentes dentro do campo marxista acerca de como se constitui o imperialismo contemporâneo –, há indícios de que já não estamos mais lidando com um tipo de imperialismo desenhado naqueles moldes ou baseado na estrutura proposta por Lenin, Hilferding e Bukharin.

Na tentativa de confirmar esta conclusão, sugerimos uma outra questão: ainda há imperialismo? Panitch e Gindin (2006, p. 25) sugerem que o erro fundamental de Lenin foi considerar o capitalismo recortado em fases distintas. Sendo assim, o correto seria considerar o capitalismo imperialista como uma extensão da teoria capitalista do Estado em lugar de uma derivação direta da teoria dos estágios ou crises econômicas. Aproximando-se desta ideia, Powell sugere que o imperialismo não representa uma etapa do capitalismo, mas

[...] um conjunto de práticas dentro de um quadro global cujas características precisas refletem as realidades de um estágio particular do capitalismo (mercantil, competitivo, monopolista, financeiro), ou, igualmente, de formações sociais pré-capitalistas. Estas práticas envolvem o uso de meios econômicos e também militares, políticos e socioculturais para exercer poder e extrair vantagens além das fronteiras.⁸⁶ (2011, p. 26, tradução própria)

Enquanto a concentração e a formação de monopólios, no centro e na periferia, são características do capitalismo contemporâneo, não há relação causal necessária entre essas características e o imperialismo. Da mesma forma, enquanto a sobreacumulação de capital e/ou a queda da taxa de lucro podem coincidir com um aumento do imperialismo em uma conjuntura particular, eles não são características que definem o fenômeno. Para isso, tudo que é necessário é a busca fundamental de agentes capitalistas por maiores lucros e pela expansão do processo de acumulação dentro de uma desigual hierarquia global de estados.⁸⁷ (2011, p. 26, tradução própria)

A nosso ver, entretanto, ao chamar de imperialismo o estágio particular do capitalismo em que se consolidam os grandes monopólios, a exportação de capitais e a dominação do capital financeiro, com a consequente partilha do mundo entre os países capitalistas mais maduros, Lenin pretendia demarcar uma etapa de concentração de riqueza e de poder econômico e político absolutamente nova na história mundial. Assim sendo, parece fazer todo sentido o uso do termo imperialismo para tratar de um momento em que se fazem presentes ao extremo todas as tendências do capitalismo antes apontadas por Marx. Concordar ou não com Lenin, portanto, parece dizer mais respeito à compreensão que se tem da ideia de imperialismo – isto é, se o termo reflete uma mera política de expansão territorial e domínio político-econômico ou se, na realidade, diz respeito a uma transformação sistêmica mais ampla – do que propriamente a uma discordância em relação ao fato de que o mundo, a partir das décadas finais do século XX, teria atravessado mudanças profundas em sua estrutura de funcionamento e organização, ingressando, seguramente, em uma nova fase de seu desenvolvimento. Quanto a isto não parece haver muitas discordâncias.

⁸⁶ “[...] a set of practices within a global framework whose precise characteristics reflect the realities of a particular stage of capitalism (merchant, competitive, monopoly, financial), or equally of pre-capitalist social formations. These practices involve the use of economic, but also military, political and socio-cultural means to exert power and extract advantage across borders.”

⁸⁷ “While concentration and the formation of monopolies, in both core and periphery, are ongoing features of contemporary capitalism, there is no necessary causal relationship between these features and imperialism. Similarly, while the overaccumulation of capital and/or a falling rate of profit may coincide with a rise in imperialism in a particular conjuncture, they are not defining characteristics of the phenomenon. For this, all that is required is the fundamental search of capitalist agents for increased profits and expansion of the process of accumulation within an uneven global hierarchy of states.”

Seja como for, ainda que Powell (2011) esteja certo e que os imperialismos sejam vários, não nos parece exageradamente inadequado assumir a noção leninista do termo no sentido de iluminar uma divisão clara entre os imperialismos de antes de 1880 e os de depois. Desta feita, não entendemos como uma contradição ou um equívoco considerar o imperialismo como uma etapa do capitalismo, nem tampouco considerar que o próprio imperialismo pode, ele mesmo, comportar distintas fases. Nestes termos, não nos parece absurdo que estejamos numa nova fase do imperialismo.

O que se torna válido, entretanto, é perceber que o imperialismo atual já não é mais conduzido pelas mesmas características pontuadas por Lenin (pelo menos, não por todas elas). Alguns desses traços ainda estão presentes nesta fase atual do imperialismo, mas outros perderam importância frente às transformações ocorridas nos últimos 50 anos da história do capitalismo mundial, como é o caso da noção de capital financeiro.. Sendo assim, não é falacioso dizer que algo de Lenin, Hilferding e Bukharin ainda caracteriza o período atual, mas é absolutamente insuficiente fazer esta afirmação.⁸⁸ Por tudo o que foi dito até aqui, é necessário notar que o imperialismo hoje é muito mais robusto do que foi no passado, tanto do ponto de vista da prática imperialista propriamente dita, quanto do ponto de vista da incorporação ideológica por parte de tantas mentes e tantos corações.

Concluindo, a despeito de todas as controvérsias e debates em torno do tema, nos parece que alguns elementos podem ser assumidos como irrefutáveis nessa fase atual do desenvolvimento capitalista, posto que salta aos olhos sua consideração em quase todas as análises acima mencionadas: o imperialismo é hoje muito mais vigoroso do que foi no passado, em especial por apresentar-se sob a camuflagem do discurso globalizante; o imperialismo apresenta hoje traços que o distinguem do imperialismo clássico; os EUA assumem uma posição altamente favorável nesse processo e, ainda que algumas interpretações questionem a importância econômica deste país (ou defendam a perda de influência nesta esfera), a nosso ver, enquanto o dólar sustentar seu status de dinheiro

⁸⁸ Neste sentido, é interessante notar que, em Panitch e Gindin (2006), há uma diferença em relação ao pensamento de Hilferding. Para este último, apresentava-se como uma vantagem para os países exportadores de capital que estes pudessem exercer o controle direto dos seus territórios de interesse através de seu próprio poder estatal. Para Panitch e Gindin, ao contrário, aquela que se desenha como a potência imperialista única no período atual passa a exercer seu poder através dos Estados nacionais que, de alguma maneira, domina, ou, se se trata de aliados, em relação aos quais desenvolveu certa relação de interdependência.

mundial, a posição norte-americana, inclusive como potência economicamente hegemônica também se sustenta; a financeirização aparece como a transformação na esfera econômica de maior proeminência no sentido de justificar as apreensões que indicam a constituição de uma nova fase do capitalismo a partir do último quarto do século passado. Assumidas estas conclusões, podemos seguir adiante na tentativa de compreender em que sentido todas essas transformações impactam a estrutura de funcionamento do capitalismo periférico, permitindo-nos, assim, abrir espaço para uma tentativa de repensar a dependência hoje.

PARTE III: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FASE DA DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 5

SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FASE DA DEPENDÊNCIA DADA A NOVA FASE DO IMPERIALISMO

[...] seria um erro, entretanto, ver a crise das dívidas como simplesmente marcando a imposição de uma nova forma de “dependência” do Terceiro Mundo.⁸⁹

(Alex Callinicos, 1994)

Iniciamos este capítulo com a contra-ideia que nele pretendemos desenvolver: a afirmação de Callinicos se opõe frontalmente àquelas que nos parecem razões suficientes para pensarmos na constituição de uma nova fase da dependência na periferia, isto é, uma profunda reconfiguração da acumulação de capital em nível mundial que exerce seus impactos nessas estruturas econômicas “terceiro mundistas”, justamente a partir da descontrolada entrada de recursos sob a forma de empréstimos que tem início no começo dos anos 1980.

Dado o vínculo estreito desse movimento com o que foi discutido no capítulo anterior a respeito da constituição de uma nova fase do imperialismo, e seguindo a linha metodológica que entende a teoria da dependência como um desdobramento necessário das teses do imperialismo, se novas são estas últimas, novas devem ser as percepções acerca das relações dos países da periferia com os do centro e, portanto, certamente novas serão as acepções da dependência que podemos alcançar. Nesse sentido, na medida do necessário, serão retomadas ao longo do capítulo as categorias de superexploração e subimperialismo, visando refletir sobre seu papel no capitalismo dependente de hoje.

Antes de iniciarmos o debate, entretanto, vale a ressalva de que o exemplo da economia brasileira será utilizado neste capítulo como uma aproximação às experiências vividas pelos demais países da América Latina em termos de sua inserção no capitalismo mundial, em que pesem todas as profundas diferenças econômicas, políticas, históricas e culturais dos demais países latino-americanos em relação ao Brasil. Deste modo, sempre que nos referirmos a um único país periférico sem nomeá-lo, estaremos nos remetendo à economia brasileira, embora

⁸⁹ “[...] it would be a mistake, however, to see the debt crisis as simply marking the imposition of a new form of ‘dependency’ on the Third World.”

em nosso horizonte estejam os periféricos em geral, aqui apenas ilustrados pelo caso brasileiro, bastante emblemático do neoliberalismo e da financeirização nas regiões dependentes do globo.

5.1 Os termos gerais da inserção externa latino-americana num contexto de capitalismo financeirizado

É possível dizer que, concretamente, o primeiro momento que emblematiza essa nova configuração da acumulação de capital na periferia é a crise da dívida dos países subdesenvolvidos no início dos anos 80. Como é sabido, em função da recorrência ao capital externo durante o período desenvolvimentista na América Latina e da forte entrada desses capitais, fruto da alta liquidez internacional e do processo de “reciclagem dos petrodólares”, o endividamento externo salta para níveis sem precedentes, inicialmente por conta das necessidades criadas pelo choque do petróleo em 1973, depois pelo processo de realimentação produzido pelo chamado choque dos juros internacionais. Esta representaria a fase na qual ocorre a primeira alteração do eixo de acumulação na periferia (daí o fato de ser o momento emblemático), já que se rompe com um processo de acumulação produtiva e começa a tomar lugar um tipo de dinâmica calcado na ocorrência de uma espécie de círculo vicioso a partir da recorrência ao endividamento para dar conta de um endividamento anterior, o que gera nova dívida, nova necessidade de recursos e assim sucessivamente. Deste modo, o movimento de financeirização em nível mundial passa a se generalizar para os países periféricos e demonstra clara conexão com o processo de industrialização enfrentado por estes últimos.

O desenrolar dessa dinâmica culmina com um projeto pautado por regras absolutamente distintas daquelas vigentes até então e tem início o processo de abertura dos mercados e redução do papel do Estado.⁹⁰ Todas as formas de regulação anteriormente vigentes foram, a

⁹⁰ Diversos analistas defendem ser equivocado caracterizar o neoliberalismo como um período em que se desenha a constituição de um Estado mínimo. O argumento principal que se apresenta nesse sentido é o de que, ao contrário, um Estado que se propõe a sustentar e garantir vitalidade à dinâmica da economia de mercado, assegurando sua fluidez e oferecendo aparato jurídico ao seu pleno funcionamento, tanto através da garantia de cumprimento dos contratos quanto através do reforço às regras de propriedade, apresenta-se como um Estado ao menos forte, não, portanto, como estado mínimo. Neste sentido, um Estado que confere primazia ao controle inflacionário, que leva a cabo políticas de abertura comercial, desregulamentação financeira e flexibilização do mercado de trabalho e que eleva à categoria de preocupação de primeira ordem o atendimento aos compromissos externos, é um Estado que adquire a função de uma espécie de gestor de conflitos advindos dos mais diversos setores da sociedade, e sua atuação exige uma ampla capacidade de intervenção. Vale destacar, portanto, que a

pouco e pouco, sendo desativadas. O Estado perdeu seu papel de regular a demanda efetiva, de regular os fluxos internacionais de capital, de proteger o mercado de trabalho, de proteger a indústria local. Neste sentido, o processo de financeirização na periferia não poderia satisfazer-se exclusivamente com a liberalização financeira. A abertura comercial empreendida no período, por exemplo, leva a que a indústria nacional seja exposta a um padrão de competição absolutamente desigual, em nome da estabilidade monetária, mas essa abertura era condição *sine que non* para o sucesso dessa nova dinâmica.

Considerando, ademais, que a partir dos anos 1980 e mais fortemente na década de 1990, os países periféricos (os latino-americanos, em especial) enfrentam um intenso processo de reestruturação produtiva baseado na especialização e na reprimarização da economia – em contraposição à industrialização diversificada empreendida no período desenvolvimentista anterior⁹¹ –, temos que a dinâmica dessas economias salta de uma tentativa de industrialização voltada para dentro, para uma espécie de desindustrialização voltada para fora, se é que podemos assim dizer.

Além disso, a privatização de empresas estatais denota o afastamento do Estado da atividade produtiva que comandara durante todo o período desenvolvimentista anterior, processo que é muito acentuado em países como o Brasil, o qual tinha desenvolvido um poderoso setor produtivo estatal, capaz não só de alavancar o investimento privado, como o de gerar tecnologia.

Segue-se a este grupo de mudanças, inclusive de forma complementar a elas, a liberalização financeira, acompanhada da eliminação do controle de capitais, na tentativa de permitir o constante fluxo de recursos externos direcionados a essas economias, dada sua permanente necessidade de fechamento das contas externas desequilibradas pelo endividamento e pela intensificação do comércio internacional em sua nova configuração.

noção de Estado mínimo aqui apresentada refere-se especialmente à minimização de sua atuação no sentido de estimular os níveis da demanda efetiva ao tirar de cena, tão amplamente quanto possível, sua função de agente ativo no processo de produção e ao reduzir toda a sorte de gastos que gerem efeitos positivos do ponto de vista da demanda.

⁹¹ Osório (2004) chamou esse processo de “*el nuevo patrón exportador latinoamericano*”, ou, mais especificamente, “*un nuevo patrón de reproducción del capital, que en sus líneas generales puede caracterizarse como un nuevo modelo exportador*”. Da mesma maneira, Sotelo Valencia (2004) identifica este processo, cunhando os termos “novo padrão de reprodução de capital dependente” e “novo padrão de acumulação dependente neoliberal”, no sentido de qualificar as transformações vividas pelos países latino-americanos a partir do final da década de 1970.

Ademais, para a garantia de entrada desses recursos, o receituário conta com a defesa e a exigência de estabilidade monetária. Nesse sentido, é adotado um regime de metas de inflação que tem como instrumento fundamental uma política de juros altos que, no fundo, passam a ser funcionais também no sentido de garantirem uma remuneração atrativa para os capitais especulativos de curto prazo que “passeiam por essas praças”. Deste modo, a política monetária torna-se peça fundamental do ponto de vista da financeirização, já que eleva os ganhos rentistas, e, com isso, faz com que a acumulação de capital produtivo perca sua sensibilidade à taxa de lucro, tendo em vista que, por mais que haja recuperação desta taxa, a acumulação produtiva pode não acompanhar esse crescimento, pois volta seus olhos para as possibilidades de valorização dadas pela esfera financeira.

Epstein e Power (2003) e Epstein e Jayadev (2005) apontam também a austeridade fiscal como mais uma lenha na fogueira do processo de financeirização. Os autores mostram que, se por um lado, a redução dos déficits do governo reduz a necessidade de incremento nos seus débitos, o que faz com que, portanto, caiam os pagamentos de juros aos rentistas, por outro lado, as reduções no déficit orçamentário reduzem a pressão sobre a inflação, o que pode contribuir para o incremento na taxa real de juros e, por conseguinte, para uma ampliação nos ganhos financeiros. Cumprem com esse papel as políticas de manutenção de superávits primários por parte da grande maioria dos países latino-americanos nas últimas décadas. Isto denota uma outra face da alteração do papel do Estado, considerando que a sustentação de um resultado primário positivo provoca sufocamento dos gastos públicos e reduz a intervenção do Estado mesmo (ou inclusive) nas áreas que seriam, por definição, de sua responsabilidade, o que significa fundamentalmente perdas sociais, de tal forma que esta esfera – e toda a dinâmica da economia nacional – passa, portanto, a ser subordinada aos interesses e humores do capital financeiro globalizado.

Todas estas colocações delineiam a percepção importante de que os processos de abertura e desregulamentação levam a uma elevação hierárquica daqueles relacionados ao setor financeiro, relegando o Estado a um mero instrumento garantidor da segurança nacional, dos direitos de propriedade e de um aparato legal que permita a fluidez dos movimentos do mercado. O Estado passa a ser, portanto, uma espécie de garantidor da nova estrutura de acumulação e assim o é porque, aparentemente, o jogo de forças que o compõe passa a ser

dominado por essa “aristocracia financeira”, cujos interesses assumem caráter de urgência e prioridade.

Isso torna mais robustos os argumentos em favor da existência da financeirização, de modo que, no mínimo, o que se tem é um novo guia ou um novo fator determinante e condicionador da capacidade de crescer (e se desenvolver) das economias periféricas.⁹² E o que nos leva a crer que esse guia é a própria esfera financeira (ou o grupo rentista) é, afora o anêmico crescimento do produto nos países latino-americanos nas décadas de 80, 90 e na atual, frente a um incremento substancial dos estoques financeiros,⁹³ a observação assumida por Epstein e Power (op. cit.), Epstein e Jayadev (op. cit.) e Gonçalves (2006) de que os ganhos financeiros ocorrem em detrimento daqueles referentes ao fator trabalho, evidenciando, mais uma vez, a ideia de atropelamento em relação à esfera produtiva.

Ademais, se entendemos o processo de financeirização como um processo que “tende a desenvolver-se toda a vez em que a acumulação de riquezas está assegurada preponderantemente por conversão direta da forma monetária em mais valor sob a forma monetária ou financeira” (BRUNO, 2005, p. 6), sendo que “a necessidade de conversão indireta através das alocações produtivas da poupança das famílias e das empresas é reduzida pela detenção de ativos financeiros, por natureza, mais líquidos e de menor risco” (Idem, ibidem, p. 6) e se, adicionalmente, entendemos o capital financeiro como “aquele que obtém excedente econômico predominantemente por meio de atividades rentistas e de valorização fictícia do capital produtivo” (GONÇALVES, op. cit., p. 27), considerando que “a atividade rentista implica recebimento de juros, enquanto a valorização fictícia dispensa o processo de produção (via valorização de ações, títulos e derivativos)” (Ibid., p. 27), nos parece lícito afirmar que todas aquelas alterações apontadas no que diz respeito ao processo de acumulação nas economias periféricas conduzem à interpretação acerca da constituição de uma forma de acumulação que tem à sua frente os grupos rentistas sustentados num regime monetário-financeiro em plena conjunção com seus interesses particulares.

⁹² Aqui vale uma importante ressalva: quando pensamos em “capacidade de crescer e desenvolver das economias periféricas”, nos referimos a uma questão de grau, isto é, à margem de manobra que está posta para os países periféricos nos marcos do capitalismo dependente, sem com isso fazermos qualquer defesa – antes o contrário – das teses que entendem o desenvolvimento como um processo que se dá por etapas, como numa espécie de *continuum* evolutivo.

⁹³ Bruno (2009), mostra que a razão estoque de ativos financeiros, estoque de ativos produtivos no Brasil salta de 7,4 no período 1966-1980 para 21,2 no período 1990-2006.

Isto posto, se, de fato, todos aqueles que abraçam as teses da financeirização têm sua proposição confirmada, vem à tona a ideia de que uma economia periférica que tem em sua cabine de comando o setor rentista está sujeita a uma intensa fragilidade financeira e aos impactos de potenciais crises financeiras sempre em germinação num tipo de regime de acumulação como o descrito. Retomaremos essa questão mais adiante, quando da reflexão sobre a condição dependente hoje.

5.2 O caso brasileiro como emblema da financeirização dos países periféricos latino-americanos

Ao tratar do tipo de inserção da economia brasileira na lógica mundial de acumulação capitalista, Paulani (2012, pp. 89-91) sugere a constituição de cinco diferentes etapas desse processo,⁹⁴ a saber: i) a colocação do país como mero objeto de espoliação por parte das economias europeias – então, em franco processo de expansão territorial pela via colonialista –, através do saque de matérias primas e metais preciosos e da exploração da mão de obra nativa compelida ao trabalho; ii) a inserção do país como produtor de bens primários de baixa densidade tecnológica destinados à exportação para os países do centro, algo que se estende da “época do exclusivo metropolitano até o início do século XX” (Ibidem, p. 90); iii) a constituição da economia brasileira, a partir dos anos 1950, em receptora de capitais externos atraídos pelas possibilidades de acumulação que o mercado brasileiro oferecia, materializando-se na forma de investimentos diretos na indústria, cuja produção seria destinada ao consumo interno; iv) a posição do país, a partir das duas crises do petróleo na década de 1970 como tomador de empréstimos externos advindos de uma “crise de sobreacumulação irresolvida no Centro”, trazendo como resultado a conhecida crise da dívida externa da década de 1980; e v) sua constituição, a partir de meados dos anos 1990, como “plataforma internacional de valorização financeira” em função das reformas estruturais e da adesão ao ideário neoliberal. . Avançando na discussão, Paulani (2012) acrescenta ainda que, nesta última fase da inserção da economia brasileira à lógica de acumulação mundial, uma outra face do mesmo processo é a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país como resultado do excesso de dólares e da sobrevalorização da moeda doméstica.

⁹⁴ Até a terceira etapa, a periodização de Paulani (2012) coincide em muito com aquela feita por Dos Santos (1970) para definir as formas históricas de dependência que apontamos na introdução deste trabalho e às quais nos remeteremos novamente um pouco mais adiante.

Tratando especificamente dos dois últimos momentos históricos, a autora defende que, durante a década de 1980, a economia brasileira se posicionou como uma vítima passiva da financeirização já bastante madura nas economias de capitalismo avançado, uma vez que sua inserção nesse processo não se deveu a uma escolha ou a uma decisão política clara e consciente. A explosão do endividamento na economia brasileira e sua entrada na ciranda financeira foi algo determinado de fora para dentro, foi resultado das decisões políticas das economias centrais, em especial da economia norte-americana, que, diante da necessidade de reafirmar o dólar como dinheiro mundial, decretou a quadruplicação de suas taxas de juros internas, produzindo com isso um desmesurado salto nas despesas com juros que os ativos financeiros de emissão brasileira decorrentes dos empréstimos efetuados nos anos 1970 deveriam honrar. . Portanto, é possível dizer que, no limite, seu vínculo à financeirização naquele momento foi algo alheio à sua vontade e quase que absolutamente determinado por fatores externos.⁹⁵

Contrariamente, a partir dos anos 1990, passam a ser operadas medidas concernentes à reversão dessa postura, garantindo que o país pudesse ingressar ativamente na lógica da financeirização – algo que se consolida de forma derradeira nos anos 2000 –, uma vez que garante ganhos elevadíssimos em moeda forte, tornando-se, por isso, um entusiasmado absorvedor de capital externo e, logo, um importante remetente de recursos aos países avançados como contrapartida aos rendimentos exigidos por parte dos capitais ingressantes, algo expresso por sistemáticos déficits em transações correntes registrados no Balanço de Pagamentos. Neste caso, a vinculação da economia brasileira ao processo global de financeirização foi uma opção política conscientemente definida na agenda daqueles que assumiram a condução do país respaldados ideológica e politicamente pelos princípios neoliberais.

Sem lançar mão de uma periodização de mesma natureza, Paineira (2011) chega a conclusões bastante parecidas às de Paulani ao registrar o substancial crescimento do fluxo

⁹⁵ Poder-se-ia argumentar que, considerando que uma parte substantiva do estoque da dívida externa à época do aumento dos juros tinha sido resultado da decisão de continuar a crescer apesar da crise externa, no contexto da implementação do II PND e do debate que isso gerou intramuros do governo militar, a inserção do país nesta primeira etapa do capitalismo financeirizado não teria sido tão passiva assim. Contudo, não se deve esquecer que os capitais externos abundantes e baratos estavam batendo com força à nossa porta, praticamente determinando que este seria o caminho mais racional a seguir. Isto, é claro, sem contar que o país foi completamente passivo em relação ao choque do petróleo (que, segundo algumas interpretações - Gowan, 2003, teria sido induzido pelo próprio governo americano) e em relação ao próprio golpe dos juros que derrubou de vez a economia.

internacional de capitais, especialmente ao final dos anos 1990, trazendo como resultado uma intensificação das transferências de excedentes dos países periféricos para os centrais, com destaque para os benefícios auferidos pela economia norte-americana nesse processo. Trata-se do que Paineira (2011) chama de “exploração financeira dos países periféricos pelos centrais”,⁹⁶ algo que, segundo seu argumento, resulta da estratégia de acumulação de reservas internacionais por parte das economias periféricas⁹⁷ como uma reação aos fluxos de capital especulativo – de natureza bastante volátil e instável e, por isso mesmo, com um grande potencial provocador de crises financeiras nessas estruturas econômicas mais suscetíveis à fuga de capitais – e como estratégia para garantir certa estabilidade às taxas de câmbio.

A ideia que sustenta esta linha de argumentação é a de que a liberalização financeira – como um dos braços das reformas estruturais propostas pelo receituário neoliberal –, e a consequente intensificação da participação da economia brasileira e das demais economias periféricas na lógica da financeirização, levou a que os países da periferia do sistema assumissem a posição de acumuladores de déficits, bem como fortaleceu os meios pelos quais, posteriormente, estas mesmas economias passaram da condição de devedores externos para a posição de acumuladores de reservas internacionais em dólar (reconhecido, quase que em uníssono, como dinheiro mundial). E, ao contrário do que pode parecer, este último status é tão prejudicial a estas economias quanto foi o processo de endividamento que deu origem à crise das dívidas nos anos 1980. Se, antes, os países dependentes transferiam recursos às economias centrais sob a forma de juros e amortização de dívidas e se encontravam nitidamente à mercê dos fluxos internacionais de capitais e das definições externas de política econômica, hoje estes países estão amarrados a uma estratégia de ampliação do nível das reservas internacionais, o que faz com que o fluxo líquido de capitais seja negativo, uma vez que, a despeito das massivas entradas de capitais privados, “as reservas externas são necessariamente investidas nos ativos mais seguros nos mercados financeiros globais e estes

⁹⁶ O autor usa os termos *developing e developed countries* para tratar desses dois grupos de países, mas o faz, como ele mesmo ressalta, de maneira heurística, sem ignorar a dimensão imperialista, as relações de exploração e as implicações de classe que estão por detrás desses conceitos. Cientes disso, tomamos a liberdade de substituir os termos por países periféricos e centrais, de modo a nos aproximarmos da linha categorial que vimos seguindo em nosso trabalho, sem, com isso, ferir as ideias propostas por Paineira, uma vez que nossas perspectivas são claramente convergentes no que se refere a estas questões.

⁹⁷ Em seu trabalho, Paineira (2011) trata das experiências de Brasil e Coréia do Sul, de modo que a generalização aqui feita para “economias periféricas” toca na ressalva que fizemos na introdução a este capítulo, de que utilizamos estes casos como exemplos mais ou menos compatíveis com as experiências de outros países reconhecidamente pertencentes ao grupo dos periféricos.

são emitidos pelos países desenvolvidos”⁹⁸ (PAINCEIRA, 2011, p. 60), em particular os EUA que, enquanto emissores do dinheiro mundial, têm em suas mãos a capacidade de oferecer o meio mais coberto de acesso ao dólar através da venda de títulos do tesouro norte-americano.

Além disso, na medida em que um aumento nas reservas internacionais implica igual aumento na quantidade de moeda doméstica em circulação (ou igual aumento na liquidez doméstica), a estratégia de acúmulo de reservas conduz automaticamente a uma ampliação do endividamento público interno nas economias periféricas por conta da necessidade de esterilizar o impacto inflacionário ocasionado pelos fluxos de capitais externos (PAINCEIRA, 2011, p. 61). Para tanto, faz-se uso de uma política de enxugamento da oferta de moeda através da colocação de títulos públicos no mercado, algo que está em plena harmonia com as exigências de estabilidade monetária impostas às economias periféricas por órgãos como o FMI e o Banco Mundial e por elas abraçadas através da adoção de uma política macroeconômica ortodoxa em cujo núcleo principal está o regime de metas de inflação.

Para recapitular, a estratégia de acumulação de reservas teve duas implicações importantes para os países em desenvolvimento. Primeiro, ela levou a transferências de capital (empréstimos líquidos positivos) de países em desenvolvimento para países desenvolvidos. Em segundo lugar, tem contribuído para grandes aumentos na dívida pública interna, em razão da esterilização monetária, em vez de contribuir para apoiar o desenvolvimento nacional.⁹⁹ (PAINCEIRA, 2011, p. 62, tradução própria).

Todas estas considerações levam Paineira a concluir que,

na era da financeirização, da qual a liberalização financeira é um aspecto fundamental, houve dois períodos distintos dos fluxos internacionais de capital em relação aos países em desenvolvimento. O primeiro ocorreu na década de 1990 e foi caracterizado pela eventual reversão dos fluxos, pelos déficits em conta corrente e pela propagação de crises financeiras e cambiais. Em contraste, o segundo período começou no início dos anos 2000 e tem sido caracterizado pelo acúmulo de reservas internacionais. Estas visam principalmente a proteger países em desenvolvimento da reversão súbita de fluxos internacionais de capitais, com consequências para

⁹⁸ “*Foreign reserves are necessarily invested in the safest assets in global financial markets and these are issued by developed countries.*”

⁹⁹ “*To recap, the strategy of reserve accumulation has had two major implications for developing countries. First, it has led to capital transfers (positive net lending) from developing countries to developed countries. Second, it has contributed to large increases in domestic public debt because of monetary sterilisation rather than contributing to support national development.*”

o movimento da taxa de câmbio, permitindo-lhes participar mais ativamente nos mercados financeiros globais. (2011, pp. 70-71, tradução própria).¹⁰⁰

Algo que aparece com maior clareza no tratamento que Paulani (2012) faz acerca da economia brasileira é o modo como se deu concretamente esta passagem de uma condição de país acumulador de déficits para um país acumulador de reservas (ou de um país de inserção passiva na lógica financeira global para um país de participação ativa nesta mesma arquitetura). Esta questão certamente esbarra no processo de desregulamentação financeira, que traz em seu esteio a solução do problema da dívida externa através da

autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que obstaculizavam o livre fluxo internacional de capitais. [...] a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado, e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. (PAULANI, 2012, p. 6-7).

Todo este ajustamento, acompanhado da estabilização monetária alcançada pelo Plano Real, bem como de uma política de altas taxas de juros reais e controle fiscal visando à formação de elevados superávits primários, teria provocado um rápido retorno dos capitais externos ao país e, com isso, uma rápida acumulação de reservas, de modo que a passagem de um estágio a outro é algo que se alcança de uma só tacada, isto é, a um só tempo passa-se de uma situação de acúmulo de déficits para uma oposta de acúmulo de reservas, como defendido por Paineira (2011).

Este tratamento faz transparecer a clara convergência entre as duas abordagens discutidas anteriormente, que revelam as importantes transformações no tipo de inserção externa das economias periféricas nas últimas décadas, dada sua total vinculação ao processo de financeirização da economia mundial.

¹⁰⁰ “*In the era of financialisation, of which financial liberalisation is a fundamental aspect, there have been two distinct periods of international capital flows relating to developing countries. The first took place in the 1990s and was characterised by the eventual reversal turn of flows, current account deficits and the spread of financial and foreign exchange crises. In contrast, the second period commenced in the early 2000s and has been characterised by the accumulation of international reserves. These aim mainly at protecting developing countries from sudden reversal of international capital flows with consequences to the exchange rate movement, while allowing them to participate more actively in the global financial markets.*”

Dois aspectos importantes podem ser apreendidos a partir dessas interpretações. Em primeiro lugar, a natureza do processo de financeirização é absolutamente diversa entre os países do centro do sistema e os países periféricos. No Capítulo 3 oferecemos um contraponto às teses que entendem o processo de financeirização como um resultado da sobreacumulação, tendo no movimento rumo à finança a válvula de escape para as possibilidades truncadas de lucratividade oferecidas pela esfera produtiva. Ocorre que, para o caso das economias periféricas, a crítica a esta linha argumentativa não é válida. Uma vez que o epicentro do processo está nos países “mais avançados”, faz sentido defender que, para eles, a autonomização da finança surja como um resultado natural da processualidade dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, independentemente dos ganhos disponíveis do ponto de vista produtivo. No caso dos países dependentes, embora seu envolvimento no movimento de financeirização não deixe de ser algo sistêmico e estrutural, apresenta-se, sim, como resultado da sobreacumulação no centro. Estas economias são introduzidas a reboque na lógica global de financeirização e cumprem com um papel subordinado, funcionando, tal como atestam Paulani e Pato (2005), como uma espécie de plataforma de valorização financeira para as economias de capitalismo avançado condutoras do processo de financeirização ou, como denomina Powell (2011), como vítimas da “financeirização subordinada”. O ponto chave é que os ganhos rentistas daqui extraídos têm base real de existência, são produzidos na esfera real, atravessam, necessariamente, o circuito $D - M - D'$ do capital industrial, dependem do processo produtivo e da atuação da força de trabalho em tal processo para sua existência. Esta percepção nos oferecerá o norte para um repensar sobre a dependência na última seção deste capítulo.

Em segundo lugar, trata-se de um processo ligado a uma noção bastante dúbia de autonomia política. É um processo que, sem espaço para a dúvida, limita o poder decisório das economias que se veem enredadas nele de maneira tão subordinadas. Entretanto, é importantíssimo deixar claro que, especialmente a partir dos anos 1990, este é um movimento cujo andamento foi resultado inquestionável de uma decisão política, quase como uma decisão pela não decisão, uma opção pela falta de opção, uma escolha pela restrição à autonomia, como se a vinculação aos “mercados globalizados” fosse a mais alta expressão da modernidade e, por sê-lo, fosse caminho necessário e inevitável para o desenvolvimento. É importante que seja feita esta ressalva para que os argumentos do tipo *TINA* (*there is no alternative*) sejam analisados mais criticamente.

Por todas estas observações, resta dizer que o quadro desenhado por Paulani (2012) e Paineira (2011) traz elementos suficientes que nos permitem extrapolar a mera caracterização do momento histórico recente e pensar estes novos aspectos do ponto de vista de uma análise da dependência, inserindo estes elementos no contexto desta abordagem teórica. O passo inicial para cumprirmos com tal objetivo nos leva à próxima seção.

5.3 Tipologia das formas de extração de excedentes das economias dependentes pelas centrais

Talvez a mais conhecida e sistemática periodização das formas históricas de dependência presentes na literatura sobre o tema seja aquela oferecida por Dos Santos (1970) à qual nos referimos em outros momentos deste trabalho. Vale lembrar que para ele são três as formas históricas de dependência: a dependência colonial, produzida pelas relações metrópole-colônia, a dependência “financeiro-industrial” decorrente da divisão internacional do trabalho, que prevalece do final do XIX a meados dos XX, em que os países dependentes produzem matérias primas e produtos agrícolas para a reprodução capitalista nos países do centro e, finalmente, a dependência tecnológico-industrial, em que os países dependentes recebem capital e tecnologia externos, ensejando numa etapa posterior uma elevação dos recursos em moeda forte pela necessidade de remunerar esses capitais e tecnologia.

Como sugerido na seção anterior, Paulani (2012) não só oferece uma periodização cujas três primeiras fases coincidem com aquelas introduzidas por Dos Santos (1970) como aponta para uma proposta de trazer para o presente uma caracterização da inserção externa das economias periféricas latino-americanas no pós-1970, assumindo o caso brasileiro como emblemático. É, então, com base nos cinco momentos históricos apresentados por esses dois autores que passamos à construção de nossa tipologia das formas de extração de excedentes das economias dependentes pelas centrais, composta por duas fases.

A primeira incorpora todo o período anterior ao ingresso das economias periféricas na lógica da financeirização. Neste sentido, estão aqui incluídas as três formas de dependência sugeridas por Dos Santos (1970) e as três primeiras fases da inserção externa da economia brasileira apontadas por Paulani (2012). Permitimo-nos fazer esta generalização porque até o

momento em que ocorre a crise das dívidas das economias latino-americanas no pós-crise do petróleo, a extração de excedentes se concretizava primordialmente e pela via da Balança Comercial. Desse momento em diante, dado o crescimento de novas formas de extração, a Balança Comercial perde importância relativa nas relações entre centro e periferia, em prol da Balança de Rendas.

Sendo assim, esta primeira fase seria aquela que poderíamos chamar de dependência clássica, na qual a extração de excedentes deriva predominantemente da relação de preços, isto é, de termos de troca desfavoráveis. Trata-se, portanto, de uma forma de extração de recursos que deriva diretamente de uma divisão internacional do trabalho avessa aos países subordinados e cuja materialização se situa na Balança Comercial e, assim, no âmbito da circulação de mercadorias.

É evidente que aqui estamos lidando com a noção de predominância, isto é, do tipo de remessa de excedentes que prepondera sobre as demais nessa etapa. Marini (1990) já apontava para as possibilidades e para a ocorrência efetiva desse tipo de transferência também sob a forma de juros, pagamento de *royalties* e dividendos porque, ao discutir as décadas de 1950 e 1960, já estava presente o forte direcionamento de investimentos externos diretos às economias latino-americanas. O que fizemos com a generalização aqui proposta, além de simplificar um pouco o raciocínio, foi tentar demarcar com a maior clareza possível qual o mecanismo de transferência de excedentes que rege as relações centro-periferia com maior vigor em cada momento do tempo. Acreditamos que este expediente contribuirá para tornar mais clara a apresentação dos argumentos que temos a desenvolver na próxima seção deste capítulo.

A segunda fase envolve as duas últimas fases da periodização proposta por Paulani (2012) e se estende, portanto, dos anos 1980 aos dias de hoje. Trata-se de um período durante o qual as relações externas estabelecidas pelos países da periferia levam a que estas últimas transitem de uma situação onde as formas de extração são principalmente orientadas pelos termos de troca para uma outra situação na qual ganham importância relativa os tipos de extração de excedentes concentrados na Balança de Rendas. No caso, do Brasil, ao longo dessa fase os três principais componentes das despesas com pagamento de rendas vão mudando de posição relativa, mas o sentido é sempre o mesmo, qual seja, o de um crescimento cuja velocidade

ultrapassa em muito a velocidade de crescimento da produção de valor adicionado que a economia brasileira é capaz de produzir. Em termos brutos, as despesas com pagamentos de rendas em suas três modalidades (despesas decorrentes de investimentos externos diretos, despesas decorrentes de investimentos em carteira e despesas decorrentes de empréstimos convencionais) cresceu 452% entre 1981 e 2010 (471% em termos líquidos), para um crescimento do PIB de 113%. Na última etapa desse período, aquela que para o Brasil se consolida nos inícios da década de 1990, vão perdendo importância as despesas decorrentes de empréstimos convencionais e ganhando importância rapidamente as despesas decorrentes de investimentos em carteira, o que condiz com a periodização do processo de financeirização tal como colocado por Chesnais (1998), que aponta a prevalência das finanças diretas, em detrimento das intermediadas, a partir do final dos anos 1980. Entre os anos de 1993 (ano anterior à estabilização monetária alcançada com o Plano Real) e 2010, as despesas com investimentos em carteira crescem 1980% enquanto que, no mesmo período, as despesas derivadas de investimentos externos diretos crescem 787%, sendo que, neste último caso, a ascensão de dá muito em função dos processos de privatização desencadeados durante o primeiro governo FHC e aos continuados períodos de sobrevalorização da moeda doméstica. Em comportamento contrário, as despesas com juros referentes a empréstimos convencionais caem 31,2% no interregno 1993-2010. Em números absolutos de 2010, apenas para se ter uma ideia da dimensão de cada um desses componentes, as despesas relacionadas aos IED's alcançam cerca de 25 bilhões de dólares, as despesas decorrentes de investimentos em carteira atingem 15 bilhões de dólares e as despesas relativas ao pagamento de juros a empréstimos convencionais ficam na casa dos 5 bilhões de dólares, conformando no total, um volume equivalente a 2,5% do PIB.

O ponto a destacar aqui é que vamos nos afastando cada vez mais de transações que, embora gerassem a necessidade de reinserir excedentes de capital na circulação internacional – em especial pelo pagamento de lucros e juros referentes a investimentos diretos e à contração de dívidas pró investimento produtivo, respectivamente –, traziam como contraparte algum tipo de desdobramento real, com seus impactos do ponto de vista da geração de emprego e renda e da incorporação tecnológica (a despeito de seus limites). Concomitantemente, vamos nos aproximando progressivamente de transações em relação aos quais este laço entre o financeiro e o produtivo vai se rompendo e quaisquer benefícios – ainda que frouxos, indiretos e não

intencionais – que porventura pudessem ser extraídos dessas relações por parte das economias dependentes ficam um tanto menos óbvios ou mais improváveis.

Longe de desejarmos, com isso, estabelecer uma contraposição entre os setores produtivo e financeiro, vendo no primeiro o eixo do bem e, no segundo, o eixo do mal do capital, a menção a este aspecto vale para percebermos que as formas de extração vão se concentrando em instrumentos fictícios de geração de riqueza, com todas as contradições que lhes são inerentes. Não seria inadequado, portanto, considerar que, com tal transformação, há, dentro da própria necessidade das economias periféricas de gerar excedentes que são externamente apropriados, um retrocesso (um atraso dentro do atraso, se é que assim podemos nos exprimir).

Todos estes aspectos forçam a uma re colocação da questão da dependência em tempos de financeirização, algo que pretendemos levar a cabo na seção que fecha este capítulo. Para tanto, é necessário que façamos, antes, uma breve precisão acerca do tipo de análise que nos conduz a esta percepção.

Como deve estar claro, ao sugerir esta tipologia estamos nos atendo aos mecanismos de extração de excedentes para diferenciar dois momentos históricos distintos que trazem alterações substanciais no tipo de colocação externa assumida pelas conformações periféricas, o que joga luz sobre elementos que ensejam algumas ideias acerca do que, afinal, deve ser considerado quando do tratamento de sua condição dependente. Isto, evidentemente, está vinculado à noção de que se constitui (ou torna-se predominante) um novo padrão de acumulação de capital. Lançar mão deste artifício analítico suscita uma questão importante que foi sempre utilizada para desvincular do marxismo as análises sobre a dependência desenvolvidas nos anos 1960/70: a de que a teoria da dependência se limita ao estudo dos mecanismos da circulação, ao passo que uma análise que se propõe verdadeiramente marxista deve necessariamente se inserir num conjunto analítico mais amplo, pautado pela ideia de que a produção tem papel determinante frente à circulação.¹⁰¹

¹⁰¹ Veja-se , por exemplo, Katz, 2011.

Levantar elementos presentes na teoria da dependência para construir uma contraposição a esta crítica nos levaria a uma nova tese. Entretanto, para que fiquem claros os laços existentes entre as formas de extração de excedentes (esfera da circulação) e os mecanismos através dos quais o excedente é produzido (esfera da produção), propomos a inserção da tipificação aqui sugerida num contexto maior, relacionado ao papel das economias periféricas do ponto de vista produtivo. Sendo assim, embora a última fase da tipologia aqui apresentada traga elementos absolutamente válidos para elucidar um tipo de atividade que se exacerba nas economias latino-americanas (no Brasil, em especial) nas três últimas décadas, não podem eles próprios ser convertidos em definidores do momento histórico iniciado nesse período. São características que fazem parte deste momento e que nele se intensificam em escala ainda não vista – isto é fato –, mas não podem ser alçados à categoria de elementos basilares da reprodução interna do capital. Deste modo, é absolutamente verdadeiro que a economia brasileira (assim como as demais latino-americanas) se torna um importante centro de atração de capital estrangeiro de empréstimo e, com isso – e a partir de sua vinculação ao ideário neoliberal durante os anos 1990 –, uma importante “fonte de oferta de ganhos financeiros ao capital cigano que gira o mundo buscando as aplicações mais lucrativas” (PAULANI, 2012, p. 3), mas ela não é só isso. Ela é, antes de qualquer coisa, uma economia que enfrentou, neste mesmo período, um processo de reestruturação produtiva que a ancorou novamente na categoria de economia primário exportadora. O que sua inserção na lógica de acumulação financeira mundial faz é simplesmente agravar a fragilidade da economia brasileira aos desequilíbrios externos e, com isso, piorar seus níveis de autonomia.

Nestes termos, embora o processo de reprimarização e de desindustrialização não apareça como o elemento definidor da forma principal de extração de excedentes das economias periféricas pelas centrais no atual momento histórico e na atual fase da dependência que entendemos se constituir a partir das relações externas estabelecidas (até porque os termos de troca nos são agora amplamente favoráveis), a inclusão desse aspecto relacionado à esfera produtiva traz à tona uma importante consideração: a de que a esfera financeira depende do valor gerado na produção para que possa se realizar. Neste sentido, quanto mais uma economia se dedica à produção de bens primários para exportação, mais ela está sujeita às variações da demanda externa por tais mercadorias, sem perder de vista que esta última é extremamente volátil e suscetível a crises que culminam em superprodução e/ou subconsumo. Desta maneira, a acumulação meramente financeira está totalmente vinculada ao padrão de

reprodução estabelecido no interior das economias periféricas. Ainda que, por sua natureza, pareça independente e descolada da lógica produtiva, só pode se alimentar daquilo que é gerado no concreto real e, portanto, no âmbito da produção e pelas mãos do trabalho. De qualquer modo, não custa lembrar que, ao menos no caso do Brasil, foram os continuados interregnos de sobrevalorização cambial ao longo do último período desta fase (pós-estabilização monetária) que pavimentaram o caminho para o tipo de reestruturação produtiva na qual o país se vê inserido, sobrevalorização essa que é, a um só tempo insumo e produto dos ganhos financeiros e, portanto, da transferência de excedentes, conformando assim o elo entre os dois fenômenos.¹⁰²

A elucidação dos vínculos entre rendimento financeiro (e fictício) e acumulação real parece oferecer um caminho à crítica quanto ao suposto circulacionismo das teses dependentistas, mas, mais do que isso, para os nossos propósitos, nos permite fechar o elo que justifica nosso apego às formas de extração de excedentes – e não propriamente às relações de produção – no sentido de caracterizar a nova fase da dependência. A relevância de se discutir a mudança nos mecanismos de extração está no fato de que, como os mesmos são cada vez mais indiretos e mais estimulados, eles tendem a reforçar os problemas no plano concreto, inclusive porque há cada vez mais sujeitos desejando se apropriar de um valor que é gerado sob formas cada vez mais desfavoráveis do ponto de vista da produtividade do trabalho.

E temos com isso alguns elementos para repensar qual é o sentido hoje de se falar numa condição dependente das economias latino-americanas.

5.4 Elementos para repensar a dependência hoje: à guisa de conclusão

A noção usual ou geral que se tem de dependência passa pela apreensão presente em Hilferding (1985, p. 309), do fortalecimento da exportação de capital como expediente econômico para fazer valer um tipo de relação de subordinação entre nações, de tal modo que “o país rico em capital exporta-o como capital de empréstimo e torna-se credor do país devedor”, instaurando-se, por esta via, a dependência do território economicamente mais fraco frente ao mais forte. Esta percepção é um fato que não se contesta. A questão é que, a

¹⁰² A sobrevalorização, ao mesmo tempo em que é resultado da entrada massiva de capitais em busca de valorização financeira, é alimento desta mesma valorização ao engordar os recursos em moeda forte que resultam das aplicações em ativos financeiros.

dependência, nos marcos do pensamento social latino-americano e, mais especialmente, nos termos da teoria marxista da dependência, não se encerra no movimento acima descrito. A exportação de capital – e as conseqüentes remessas de excedentes para o país exportador como forma de cumprir com obrigações referentes a pagamentos de juros e lucros sobre o capital emprestado ou investido – apresenta-se como mero mecanismo a partir do qual a dependência se estabelece e pode ser percebida fenomenicamente. Mais claramente, a ideia é a de que este mecanismo impõe aos territórios receptores do capital exportado uma espécie de adaptação de toda a sua estrutura produtiva, econômica, política, social e cultural interna às exigências dos territórios exportadores. Nesses termos, constitui-se nestas nações dependentes um *modus operandi* do capitalismo (e da vida social em geral) que é completamente funcional às regras de lucratividade das nações capitalistas ditas avançadas. Inscrevem-se nesta lógica a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo, categorias discutidas anteriormente como sendo as duas principais características da dependência a partir da visão de Ruy Mauro Marini.

Sendo assim, o que pretendemos argumentar é que uma compreensão completa do que vem a ser dependência não pode cessar na percepção geral ou usual do uso do termo. Talvez um pouco desta visão esteja presente na análise de Callinicos (2003, p. 100) quando ele afirma que o crescimento econômico do Leste Asiático (os chamados tigres asiáticos) é suficiente para refutar as discussões sobre imperialismo contemporâneo que se erigiram tomando por base a teoria da dependência. De fato, se se interrompe a análise naquele ponto discutido por Hilferding, torna-se questionável, embora não sem ressalvas, a ideia de que a dependência é uma categoria válida no capitalismo contemporâneo. A própria experiência chinesa recente reforça este questionamento. A questão, entretanto, é que é absolutamente insuficiente e equívoco depositar nos mecanismos que levam à constituição das relações de dependência uma caracterização do fenômeno. Tal caracterização encontra-se necessariamente nos desdobramentos que se desenrolam na estrutura interna dos países “economicamente mais fracos”, para usar um termo de Hilferding, a partir do vigor que ganha a exportação de capital ligada à competição imperialista levada a cabo pelas nações centrais em sua busca pelo domínio do mundo.

Neste sentido, ainda que sejam válidas as palavras de Borón, segundo as quais

aos países da periferia, oprimidos pela dívida externa, são impostas políticas econômicas que realimentam ou reproduzem de maneira ampliada a primazia dos interesses norte-americanos sobre os demais membros do sistema mundial [e de que] o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o BID, no caso da América Latina, têm um papel estratégico na implementação destas políticas, pressionando ora com brutalidade, ora com luva de pelica, a favor de políticas governamentais que facilitam o controle praticamente total das economias periféricas pelo capital imperialista, sobretudo norte-americano (2006, p. 468),

será que podemos chamar esta situação de “dependência”? Será que, com isto, não tiramos da categoria o caráter estrutural que ela possui?

O crescimento da fragilidade financeira e da vulnerabilidade externa dos países periféricos da América Latina, bem como o esvaziamento de sua autonomia decisória e de sua capacidade de ditar os rumos de seu processo interno de desenvolvimento são fatos inquestionáveis (ao menos para aqueles que não se deixam iludir pelas aparências de solidez derivadas do acúmulo de reservas, e pelos ditirambos da teoria econômica ortodoxa). A questão que se coloca é: até que ponto podem ser estes considerados aspectos estruturais? Ao que nos parece, o critério utilizado para levar a cabo a periodização da dependência precisaria ser, como em Marini, a especificidade do ciclo do capital na periferia, em especial as questões pertinentes à produção e apropriação da mais valia. Neste sentido, admitir uma caracterização que assuma como ponto básico um aspecto macroeconômico, de vulnerabilidade e fragilidade externa (em que pese a clareza analítica que estas duas noções propiciam), representaria uma queda no nível de abstração que nos afastaria de tal critério, provocando um deslocamento da questão do processo de valorização do capital para um mero estrangulamento no balanço de pagamentos.¹⁰³

Mesmo quando utilizamos o conceito de vulnerabilidade externa estrutural desenvolvido por Gonçalves et. al. (2008), caímos na mesma armadilha. Os autores argumentam que

a vulnerabilidade externa conjuntural depende positivamente das opções de políticas disponíveis e negativamente dos custos do ajuste externo. Ela é, essencialmente, um fenômeno de curto prazo. A vulnerabilidade externa estrutural, por seu turno, decorre das

¹⁰³ Para chegarmos a esta percepção, foram de inestimável valia os comentários feitos por Fábio Marvulle Bueno a versões prévias desse texto, sem atribuir a ele, evidentemente, quaisquer equívocos e omissões que possamos ter cometido a partir de suas colocações.

mudanças relativas ao padrão de comércio, da eficiência do aparelho produtivo, do dinamismo tecnológico e da robustez do sistema financeiro nacional. A vulnerabilidade externa estrutural é determinada, principalmente, pelos processos de desregulação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país. Ela é, fundamentalmente, um fenômeno de longo prazo. (GONÇALVES et. al., 2008, p. 1)

E prosseguem:

A vulnerabilidade externa estrutural é dada pelo desempenho externo relativo de determinado país comparativamente ao desempenho externo relativo de outros países. Ela expressa a comparação entre países do diferencial relativo de indicadores de inserção econômica internacional em uma perspectiva de longo prazo. (GONÇALVES et. al., 2008, p. 2 – itálico dos autores)

Se é dada por estes aspectos, é preciso dizer que a vulnerabilidade externa estrutural sempre existiu nas economias latino-americanas, o que é válido mesmo para aquelas que adotaram o modelo de substituição de importações. Neste último caso, a grande questão foi o tratamento caudatário dado ao processo, tendo em vista que a industrialização que se realizava na periferia já tinha sido em muito ultrapassada pela vigente no centro.¹⁰⁴ No caso da economia brasileira, ao menos, a vulnerabilidade externa sempre foi sua característica, mudando apenas de forma no decorrer do tempo. Hoje, por exemplo, ela se expressa no fato de que, apesar de nossos 350 bilhões de dólares de reservas, temos um passivo externo líquido de curto prazo que supera a casa dos 500 bilhões.

Em outras palavras, estrutural ou não, a vulnerabilidade nada mais é do que o resultado de um estrangulamento existente na lógica de funcionamento do capitalismo periférico. Neste sentido, sua funcionalidade estaria em abrir espaço e eliminar os embaraços que podem surgir diante das tentativas de superexplorar o trabalho, por exemplo. Assim, tanto a vulnerabilidade externa quanto a perda de autonomia política a que são submetidos os países da periferia quando se inserem de forma subordinada no capitalismo global seriam mecanismos tendentes a reforçar a condição dependente desses países.

¹⁰⁴ Nesse sentido, talvez coubesse a pergunta: poderia a vulnerabilidade externa ser vista como uma “categoria fetichista do ambiente capitalista” (Lukács, 2012, p.62)?

Se isto é verdadeiro, seria possível dizer que a dependência de hoje é exatamente a mesma que se verificou nas décadas de 1960/1970. Ocorre que, hoje, os processos estruturais que são característicos da condição dependente se reforçam com “o brilho e a cor” trazidos pela subordinação financeira, que amordaça os braços da política econômica e que – pior – subsume todas as demais esferas da política aos seus ditames. Neste particular, toda e qualquer decisão a ser tomada pelos governos destes países depende de sua clara acomodação às metas de inflação e à produção de superávits primários, essenciais para o direcionamento de fluxos de capital no sentido destas economias. Neste sentido, talvez possamos dizer, parafraseando Lukács (2012, p. 60), que, em se tratando de dependência, estamos num estágio quantitativamente superior do desenvolvimento “normal” do capitalismo periférico.

Quem teve paciência de nos acompanhar até aqui em nossas reflexões, certamente não terá deixado de perceber nosso titubeio quanto à forma correta não só de qualificar a segunda e contemporânea fase da dependência, tal como a definimos na seção anterior deste capítulo, como, inclusive, de caracterizá-la com propriedade, visto que a mera constatação quanto à crescente exportação de capital de que têm sido objeto as economias periféricas, bem como a vulnerabilidade externa da qual, por essa razão, têm sido vítimas não parecem suficientes para que se afirme a organicidade do processo em termos de sua articulação com a acumulação e com a reprodução do capital nessas economias.

Para tentar encaminhar melhor a questão vamos fazer uma última tentativa resgatando a visão de Marini apresentada no Capítulo 3, para conferir até que ponto ela ainda se adequa à realidade capitalista que hoje vivenciamos. Como vimos, o ponto principal de Marini é que as economias periféricas trabalham com um paradigma no qual o que prevalece é a exploração do trabalhador (superexploração), em detrimento do aumento de sua capacidade produtiva, que é o que prevalece nas economias do centro. Inicialmente isso era resultado da divisão internacional do trabalho, que deixava às economias periféricas o papel de produtoras de alimentos e matérias-primas, dotando as nações industriais de poder de monopólio suficiente para que elas burlassem a lei do valor. A superexploração da força de trabalho permitia que a mais valia acumulada na periferia fosse apropriada pelo centro, sem que os parceiros capitalistas internos deixassem de lucrar. A parcela não acumulada dessa mais valia traduzia-se em compras externas de bens suntuários, de modo que os circuitos de produção e circulação andavam separados. Dado o tamanho do exército industrial de reserva e o fato de

que os setores mais desenvolvidos tecnologicamente não só não existiam internamente como seus produtos não faziam parte do consumo dos trabalhadores, a extração de mais valia não tomava o caminho da mais valia relativa e, por conseguinte, do crescimento da produtividade. Quando chega a indústria de bens suntuários, num momento posterior, a produção desses bens é internalizada, mas nem por isso os dois circuitos (produção e circulação) passam a andar juntos. Como a demanda por esses bens já existia de antemão (antes era atendida pelas compras externas), a internalização da produção não resultou em alteração no paradigma da produção, pois na cesta de consumo dos trabalhadores esses bens continuavam a não existir. Finalmente, quando chega o momento em que é necessário retirar o consumo desses bens dos estreitos limites em que se encontravam, sob pena de enfrentar sérios problemas quanto à sua realização, quem aparece na história não é a classe trabalhadora, mas as camadas médias, cujo consumo tem igualmente por base a mais valia não acumulada. Nesse momento deve ocorrer inclusive um acirramento da superexploração, visto que a mais valia tinha que dar conta também das necessidades aumentadas de renda dos estratos médios. Portanto, apesar de industrializadas, as economias periféricas (como a brasileira) tinham dificuldade de transitar do paradigma da superexploração para o paradigma do crescimento da produtividade, permanecendo em sua condição dependente. Para enfrentar os problemas de realização que inevitavelmente passam a ocorrer, os países periféricos mais desenvolvidos industrialmente buscam mercados externos onde possam atuar como nações favorecidas, configurando então o caráter subimperialista que também marca a condição dependente desse grupo de países.

O que existe hoje na economia brasileira, desse conjunto de condições estipulado por Marini? Bem, quanto ao exército industrial de reserva, é evidente que ele continua aí, desempenhando o mesmo papel que antes, qual seja, empurrando a racionalidade capitalista para o mundo da superexploração (substituir braços ao invés de se preocupar com seu desgaste continua sendo uma prática corriqueira em nosso capitalismo). O mesmo, contudo, não é possível dizer da segunda das condições enfatizadas por Marini: não há dúvida alguma de que o consumo dos trabalhadores hoje incorpora os bens suntuários, se por eles entendermos os produtos da indústria eletro-eletrônica, alguns dos produtos mais avançados em termos de tecnologia (como celulares, microondas e video-games), inclusive. Sendo assim, o dinamismo tecnológico desses setores deve ter afetado o valor desses bens possibilitando a elevação da mais valia relativa. Nesse sentido, ao menos por essa via, temos que concluir que não temos mais superexploração e, que, portanto, se a dependência para ser caracterizada depende da

existência desse elemento, não podemos mais ser caracterizados como dependentes. Fica a dúvida por conta da importância crescente do exército industrial de reserva, mas esse elemento é, ao menos em seu famoso ensaio, mais coadjuvante do que principal na argumentação de Marini.

Podemos então, ao que tudo indica, afirmar que, se a dependência ainda existe, ela certamente não tem a mesma cara e deve passar por outros caminhos. Nesse sentido, nos ajuda o próprio Marini. Em artigo escrito em 1995 e já mencionado no capítulo 2, Marini procura fazer um balanço sobre o que significa a assim chamada globalização do ponto de vista da periferia. A conclusão a que chega é que, em termos de comércio internacional, o traço distintivo da globalização é o crescimento das operações intra-firmas, que só se torna possível por conta do elevado grau de padronização de partes e componentes que as novas tecnologias possibilitam, o que implica uma tendência de homogeneização da produtividade do trabalho. Esse elemento, em conjunto com a enorme facilidade de se obter informações (também por conta da revolução tecnológica) estaria produzindo em nível mundial “uma base muito mais efetiva para conhecer as condições de produção e estabelecer os preços” (MARINI, 1995, p. 9). Nesse contexto, não só a apropriação de mais valia extra fica problematizada, como, principalmente, fica dificultada a capacidade de impor preços superiores aos valores, ou seja, de burlar a lei do valor.

A globalização corresponde a uma nova fase do capitalismo, na qual em função do desenvolvimento redobrado das forças produtivas e sua difusão gradual em escala planetária, o mercado mundial chega à sua maturidade, expressa na vigência cada vez mais acentuada da lei do valor. (Ibidem, p. 10)

E é por conta disso que aquilo que era coadjuvante passa a ser principal. Frente a esse quadro, em que fica dificultada a apropriação de mais valia extra, bem como as fraudes à lei do valor, aumenta a importância do trabalhador como fonte de ganhos extraordinários, já que a tendência homogeneizante das tecnologias não necessariamente se traduz em redução das diferenças salariais, representando papel destacado a superexploração do trabalho, a qual está associada, no entanto, ao crescente nível de desemprego que essas mesmas tecnologias produzem.

Uma outra via que também leva à superexploração é a crescente participação das despesas com juros nos orçamentos das famílias trabalhadoras, percepção, como se percebe, não estranha à nova fase do capitalismo financeirizado que vimos defendendo e, portanto, mundialmente verificável. O argumento é o de que essas despesas constituem um retorno daquilo que foi pago como salário para o domínio da mais valia. Tal como definido por Lapavitsas (2011) – e já discutido no Capítulo 3 –, trata-se da “financeirização dos rendimentos do trabalho”, algo que, por sua natureza, pode ser entendido como uma espécie de expropriação financeira dos salários, constituindo-se, assim, uma relação na qual parte das rendas do trabalho é direcionada aos bancos e às instituições financeiras de um modo geral, tanto na forma de juros, quanto pelo pagamento de taxas e comissões referentes à prestação de serviços financeiros. Considerando que Marini deixa explícita a ideia de que um dos mecanismos de superexploração (o terceiro deles) diz respeito à “expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (2005, p. 156), seria perfeitamente cabível denominar de superexploração do trabalho a expropriação financeira fruto da inserção das famílias e indivíduos em atividades financeiras, como devedores ou como detentores de ativos.

O problema, para nós, é que, assim, o fenômeno deixa de ser traço distintivo das economias periféricas: “[d]esse modo se generaliza para todo o sistema, inclusive para os centros avançados, aquilo que era um traço distintivo (ainda que não privativo) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho.” (MARINI, 1995, p. 9)

Assim, por outros caminhos, Marini chega aqui à mesma conclusão a que antes havíamos chegado: as condições definidoras da etapa clássica da dependência parecem não mais estar presentes. Contudo, para Marini, o poder monopólico das nações mais avançadas não deixa de existir. Essas nações detêm o controle não só dos processos de transferência de atividades industriais aos países mais atrasados (hoje conhecidas na literatura como “deslocalizações produtivas”),¹⁰⁵ como detêm também, por sua superioridade nos campos de P&D (pesquisa e desenvolvimento) o monopólio tecnológico, que agrava a condição dependente nos demais países. Segundo ele, os países dependentes já não têm acesso a conhecimentos tecnológicos concebidos sobre uma base relativamente estável, como a que existia desde o fim da segunda

¹⁰⁵ Segundo Marini, os países mais avançados não só transferem aos menos avançados as indústrias menos intensivas em conhecimento, como dispersam em diferentes nações as distintas etapas da produção, dificultando o surgimento de indústrias nacionalmente integradas nos países mais atrasados.

guerra. Eles devem agora fazer frente a um acelerado desenvolvimento da tecnologia em setores de ponta, que demandam massas consideráveis de conhecimento e inversão. Como corolário, essa nova situação ameaça reproduzir, em escala planetária, formas de dependência que se pensava ultrapassadas, voltando a reprimarizar economias inteiras.

A economia globalizada do fim do século corresponde a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial, na qual a divisão internacional do trabalho tende a restabelecer formas de dependência que pensamos desaparecidas junto com o século XIX. (MARINI, 1995, p.4)

Para aqueles que acompanham a reflexão no *approach* da economia política que se faz em nosso país, essas considerações de Marini lembram facilmente a construção de um animal estranho de nome Ornitorrinco, feita por Oliveira (2003). Seu argumento, no prefácio que escreve por conta reedição, 30 anos depois, de seu clássico *Crítica à Razão Dualista*, é justamente que o novo paradigma tecnológico está trancado nas patentes e não é universalizável. Nesse paradigma (molecular-digital), que traz juntas ciência e tecnologia, o progresso técnico é incremental, impossibilitando a queima de etapas. Em outras palavras, ele é descartável e efêmero (não é concebido sobre uma base relativamente estável de conhecimento, nos termos de Marini), exigindo um esforço de investimento que está sempre aquém das forças internas de acumulação dos países periféricos.

E com isto encontramos uma pista sobre a natureza atual de nossa condição dependente: ela não passa mais pela superexploração como traço distintivo, ainda que a superexploração esteja mais do que nunca presente, mas passa pela nossa inferioridade tecnológica, que nos faz apenas reproduzir, sem autonomia na criação, os padrões cada vez mais efêmeros de produção e consumo que o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países centrais vai impondo ao resto do planeta.

Mas qual é a relação disso com a financeirização do capitalismo que, segundo nossa visão constitui-se numa nova etapa da história capitalista e deve cumprir algum papel na definição da marca atual de nossa condição dependente? Bem, até onde conseguimos enxergar, dois são os elementos que permitem ligar uma coisa à outra. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a financeirização como tentamos mostrar, não se reduz ao processo de crescimento da riqueza financeira que é visível nos últimos trinta anos, mas implica o posicionamento da lógica

financeira na cabine de comando do processo de acumulação. Isso implica que os processos produtivos, todos eles, são conduzidos, há pelo menos três décadas, sob a pressão rentista e curtoprazista que é própria dessa lógica. Será mero acaso a feição acelerada e efêmera do atual paradigma tecnológico-produtivo? O processo de financerização parece ter tido um papel importante na consolidação desse paradigma, paradigma que nos coloca, de forma inclusive mais “legítima”, porque sem ter que apelar à burla da lei do valor, sob o poder monopólico dos detentores do processo tecnológico, e paradigma que pode vir a reproduzir, na previsão pouco alvissareira de Marini, a condição dependente que provocou o surgimento das teses clássicas sobre a dependência.

O segundo elemento que une os dois fenômenos tem que ver com o caráter rentista que por natureza caracteriza o processo de financeirização. Como esperamos ter deixado claro, para além da extração de excedente derivada da relação de preços, a condição dependente e importadora de capital dos países periféricos implicava ainda um outro tipo de extração objetivada nas remessas de lucros, dividendos e juros ao capital de propriedade de não residentes. Tendo em vista que trata-se aqui de uma operação que envolve agentes de países distintos, mesmo o envio de lucros pode ser caracterizado como renda, nos moldes do conceito discutido por Marx na seção VI do Livro II de *O Capital*. Portanto, o rentismo externo é uma marca que vem acompanhando as economias periféricas desde pelo menos a metade do século passado, mas que se intensifica enormemente nesta última fase do capitalismo marcada pela financeirização. Ora, um monopólio das nações mais desenvolvidas que se assenta no poder tecnológico enquadra-se à perfeição na figura do rentismo, porque os bens importados são cada vez mais invisíveis (intangíveis), tendo seu preço definido quase que integralmente por direitos de propriedade e licenças de uso, ou seja, renda do conhecimento.

E esperamos com isso ter trazido alguma luz à discussão sobre como se configuraria hoje nossa dependência e qual é a relação disso com a nova fase do capitalismo que a financeirização está desenhando desde pelo menos o início dos anos 1970. Finalmente é preciso observar que, até onde conseguimos enxergar, todas as relações de causa e efeito e todo os processos que aqui levantamos como possíveis respostas a nossa principal indagação não entram em conflito, muito ao contrário, com as conclusões sobre uma nova fase do

imperialismo, agora marcadamente capitalista, para lembrar Harvey (2004), que apresentamos no Capítulo 4 desta tese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (2003) Limites à Reversão das Políticas Econômicas Neoliberais: a Recolocação da Problemática da Teoria da Dependência. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política*, 17 a 20 de junho. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Economia Política.

ARAÚJO, Elizeu (2001). *A Teoria da Dependência Enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista nas Formações Sociais Periféricas: as versões de Cardoso e Marini*. Dissertação (Mestrado em Economia). Uberlândia: IE/UFU.

BAER, Mônica e LICHTENSZTEJN, Samuel (1987). “Antecedentes históricos do sistema financeiro internacional: o advento de Bretton Woods”. In: *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial*. São Paulo: Brasiliense.

BEINSTEIN, Jorge (2001). *Capitalismo Senil – A grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1995). “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'”. In: *Economia e Sociedade*, n.4, junho. Campinas: Unicamp.

BERNIS, Gérard de (1988). *El capitalismo contemporáneo*. México: Editorial Nuestro Tiempo.

BLOMSTRÖM, Magnus e HETTNE, Björn. (1990). *La Teoría Del Desarrollo en Transición*. México: Fondo de Cultura Económica.

BORÓN, Atilio (2006). “A Questão do Imperialismo”. In: BORÓN, Atilio; AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (org.). *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO.

BOTTOMORE, Tom. (1985). “Introdução”. In: HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.

BRENNER, Robert (1998). The Economics of Global Turbulence. In: *New Left Review*, n. 229, maio/junho.

_____ (2003). *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Editora Record.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2012). *Brasil, sociedade nacional-dependente*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/403b-Brasil-sociedade-dependente-5.3.pdf> [acesso em 03 jun. 2012]

BRUNO, Miguel (2005). *Crescimento Econômico, Mudanças Estruturais e Distribuição: as transformações do regime de acumulação no Brasil*. Tese (Doutorado em Economia). Rio de Janeiro: IE/UFRJ e Paris: EHESS.

_____ (2009). “Acumulação de Capital e Crescimento Econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006”. In: SICSÚ, João e MIRANDA, Pedro (org.). *Crescimento Econômico: Estratégias e Instituições*, v. 01, p. 85-111. Rio de Janeiro: IPEA.

BUKHARIN, Nikolai I. (1985). *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).

CALLINICOS, Alex (1994). “Marxism and Imperialism Today”. In: CALLINICOS, Alex et al. *Marxism and the New Imperialism*. Londres: Bookmarks.

_____ (2003). *The New Mandarins of American Power*. Cambridge: Polity Press.

_____ (2005). “Imperialism and global political economy”. In: *Internacional Socialism*, n. 108, outubro.

_____ (2009). *Imperialism and global political economy*. Cambridge: Polity Press.

_____ (2010). *Bonfire of Illusions*. Cambridge: Polity Press.

CAPUTO, Orlando (1998). *Crisis Asiática y Economía Chilena en la Globalización*. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/orlando.htm>. Julho.

_____ (2007). “La Economía Mundial y América Latina a Inicios del Siglo XXI”. In: *Revistas de Economía Mundial*, 16, pp. 81-106.

CAPUTO, Orlando e PIZARRO, Roberto (1975). *Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

CARCANHOLO, Marcelo Dias (1996). *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: UFF.

_____ (2004). “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo.

_____ (2009). “Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico”. In: SADER, Emir e DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo e SOTELO VALENCIA, Adrian (org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo.

CARDOSO, Fernando Henrique (1963). *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

_____ (1971). *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: sociologia do empresário industrial argentino e brasileiro*. São Paulo: Zahar Editores.

_____ (1975). *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1976). “Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia”. In: BAGÚ, Sergio et. al. *Problemas del subdesarrollo latino-americano*. México: Nuestro Tiempo.

_____ (1980). *As idéias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

_____ (1993). *A Construção da Democracia*. São Paulo: Siciliano.

_____ (1995). “Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”. In: *Revista de Economia Política*, outubro-dezembro.

_____ (1996). Relações Norte-Sul no Contexto Atual: uma nova dependência? In: NEVES, R. B. *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo (1981). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____ (2000). Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record.

CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA, José (1978). As desventuras da dialética da dependência. In: *Estudos Cebrap*, n. 23.

CARVALHO, Fernando Cardim de (2004). “Bretton Woods aos 60 anos”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n.70. Disponível em: www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf [acesso em: 03 jan. 2009]

CASTAÑEDA, Jorge e HETT, Enrique (1978). *El economismo dependientista*. México: Siglo XXI.

CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.

_____ (1998). “Introdução geral”. In: CHESNAIS, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã.

_____ (2003). “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

_____ (2005). “O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, François (org.) *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo.

_____ (2010). “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: BRUNHOFF, Suzanne de et. al. *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo (1998). “A Montagem de um Novo Regime Monetário-Financeiro nos Estados Unidos: 1982-94”. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo e FREITAS, Maria Cristina Penido de. *Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros – um estudo comparado*. São Paulo: FAPESP/FUNDAP.

CIPOLLA, Francisco Paulo e PINTO, Geane Carolina Rodrigues (2010). “Crítica das Teorias da Financeirização”. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política*, 1 a 4 de junho. São Luis: Sociedade Brasileira de Economia Política.

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza (2011). “O Status da Categoria Imperialismo na Teoria Marxista: notas preliminares a partir do debate clássico”. In: *Anais do Seminário Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*, 28 de novembro a 01 de dezembro. Niterói: NIEP/UFF.

CORRÊA, Vanessa Petrelli (1996). “A estrutura de financiamento brasileira e a oferta de financiamento de longo prazo ao investimento”. Tese de doutoramento, IE/ Unicamp. In: *Economia Teses e Dissertações*. Uberlândia: UFU.

CUEVA, Agustín (1974). “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”. In: *Historia y Sociedad*, n.3, México.

DOS SANTOS, Theotônio (1970). “The Structure of Dependence”. In: *American Economic Review*, maio, pp. 231-236. New York.

_____ (1980). *Imperialismo y Dependencia*. México: Ediciones Era.

_____ (2000). *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DUMÉNIL, Gerard. e LÉVY, Dominique (2003). “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: CHESNAIS, F. et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã.

_____ (2004). *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

_____ (2010). “A finança capitalista: relações de produção e relações de classe”. In: BRUNHOFF, Suzanne de et. al. *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda.

EICHENGREEN, Barry (1995). “História e reforma do sistema monetário internacional”. In: *Economia e Sociedade*, n.4, junho. Campinas: Unicamp.

_____ (2000). *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34.

EPSTEIN, Gerald e JAYADEV, Arjun (2005) The Rise of Rentier Incomes in OECD Countries: Financialization, Central Bank Policy and Labor Solidarity. In: EPSTEIN, Gerald (ed.). *Financialization and the World Economy*. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar.

EPSTEIN, Gerald e POWER, Dorothy (2003) “Rentier Incomes and Financial Crises: an empirical examination of trends and cycles in some OECD countries”. In: *Working Papers Series*, Department of Economics and Political Economy Research Institute (PERI), n. 57. Amherst: University of Massachusetts.

FANETTI, Richard (1998). “O Papel dos Fundos de Pensão e de Investimentos Coletivos Anglo-Saxônicos no Desenvolvimento das Finanças Globalizadas”. In: CHESNAIS, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal e FREITAS, Maria Cristina Penido de (1990). “Mercado internacional de crédito e inovações financeiras”. In: *Estudos de Economia do Setor Público*, n.1. São Paulo: FUNDAP.

FONTES, Virgínia (2008). “Comentário: Kautsky e o imperialismo”. *Revista história e luta de classes*, n.6, nov.

FOSTER, John Bellamy e MAGDOFF, Fred (2009). *The Great Financial Crisis: causes and consequences*. New York: Monthly Review Press.

FURTADO, Celso. (1959). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GONÇALVES, Reinaldo (2006). “A Dominação do Capital Financeiro no Brasil”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 19, dezembro, p. 25-43. Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Reinaldo et. al.; CARCANHOLO, Marcelo Dias; FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa (2008). “Vulnerabilidade Externa Estrutural da América Latina”. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/vulnerabilidade_externa_america_latina_gep_abril_2008.pdf [acesso em: 17 mar. 2012]

GOWAN, Peter (2003). *A Roleta Global*. Rio de Janeiro: Editora Record.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio (2002). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

HARVEY, David (2003). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

_____ (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.

HILFERDING, Rudolf (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).

HOBBSBAWM, Eric (2011a). *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2011b). *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOBSON, John Atkinson (1902). *Imperialism, a study*. New York: James Pott and Co.

HUNT, Diana. (1989). *Economic Theories of Development*. London: Harvester.

KATZ, Frederico Jayme (2011). *Questionando as Teorias da Dependência e da Financeirização – o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo*. São Paulo: Plêiade.

KAUTSKY, Karl (2002a). “O imperialismo”. In: TEIXEIRA, Aloísio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record.

_____ (2002b). “Dois artigos para uma revisão”. In: TEIXEIRA, Aloísio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record.

LAPAVITSAS, Costas (2008). “Financialised Capitalism: Direct Exploitation and Periodic Bubbles”. Disponível em: <http://www.leftlibrary.com/lapavitsas1.pdf> [acesso em 14 mar. 2012].

_____ (2011). “Theorising Financialisation”. In: *Work, Employment & Society*, vol. 25, n. 4, p. 611-626, dezembro.

LENIN, Vladimir. I. (1917/2009). *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro.

LUKÁCS, György (2012). *Lenin – um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo.

LUXEMBURGO, Rosa (1985). *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), Caps. XXV-XXXII.

MARINI, Ruy Mauro (1977). “La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo”. In: *Cuadernos Políticos*, n.12, abril-junio. México: Ediciones Era. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm.

_____ (1990). *Dialéctica de la Dependencia*. México: Ediciones Era.

_____ (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente.

_____ (1995). “Proceso y Tendencias de La Globalización Capitalista”. In: MARINI, Ruy Mauro e MILLÁN, Mária (org.). *La Teoría Social Latinoamericana*, 4 tomos. México: El Caballito. Disponível em: <http://lahaine.org/amauta/b2-img/Mariniglobalizacion.pdf> [acesso em: 07 jun. 2012]

_____ (2000a). “Dialética da Dependência”. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.

_____ (2000b). “As razões do neodesenvolvimentismo. Resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra”. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.

_____ (2005). “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.

MARTINS, Carlos Eduardo (1999). “Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 5, dezembro, pp. 121-138. Rio de Janeiro.

_____ (2003). *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP.

MARX, Karl (1974). *O Capital: crítica da economia política*, 5 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MIGLIOLI, Jorge (1982). *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz.

NAKATANI, Paulo (2002). A crise atual do sistema capitalista mundial. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política*, Sociedade Brasileira de Economia Política.

OLIVEIRA, Francisco de (2003). *Crítica à Razão Dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

OSÓRIO, Jaime (2004). *Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia*. Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa. Julho. México.

_____ (2009). “Dependência e superexploração”. In: SADER, Emir e DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo e SOTELO VALENCIA, Adrian (org.). *A*

América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo.

PAINCEIRA, Juan Pablo (2011). *Central Banking in Middle Income Countries in the Course of Financialisation: a study with special reference to Brazil and Korea* (Tese de Doutorado). Londres: SOAS, University of London.

PANITCH, Leo e GINDIN, Sam (2006). “Capitalismo global e império norte-americano”. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin.

PATNAIK, Prabhat. “Whatever happened to imperialism?”. *Monthly Review*, 42 (6), 1990. Disponível em: http://findarticles.com/p/articles/mi_m1132/is_n6_v42/ai_9101140/.

PAULANI, Leda Maria (2003). “Os Trinta Anos de *Crítica à Razão Dualista*, ou... Que saudade do subdesenvolvimento!”. In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, n. 2, nov. 2003/mai.2004, pp. 198-203. São Paulo: Boitempo.

_____ (2009). “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. In: *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 66.

_____ (2012). “A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história”. In: *Boletim de Economia Política Internacional*, n. 10, abr./jun., pp. 89-102. Brasília: IPEA.

PAULANI, Leda Maria e PATO, Christy Ganzert (2005). “Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século”. In: PAULA, João Antonio (org.) *Adeus ao Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica.

POWELL, Jeff (2011). “Towards a theory of subordinate financialisation”. Texto inédito, ainda não publicado.

PREBISCH, Raúl (1949). El Desarrollo Económico de la América Latina e Algunos de sus Principales Problemas. In: *Boletín Económico de La América Latina*, CEPAL.

ROSTOW, Walt Whitman (1978). *Etapas do Desenvolvimento Económico*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Zahar.

SAUVIAT, Catherine (2005). “Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário”. In: CHESNAIS, François (org.) *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo.

SOTELO VALENCIA, Adrián (2004). *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo, maquiladoras y telecomunicaciones*. México. Plaza y Valdés-UOM-ENAT.

_____ (2005). Dependencia y sistema mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 17, dezembro, pp. 72-91. Rio de Janeiro.

_____ (2007). *El Mundo del Trabajo en Tensión. Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. México: Plaza y Valdes Editores.

_____ (2009). “Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial”. In: SADER, Emir e DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo e SOTELO VALENCIA, Adrian (org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo.

STATHAKIS, Georges (2008). “Imperialism: Old and New Theories”. In: *International Journal of Economic Sciences and Applied Research*, Vol. 1, Issue 1, April.

TAVARES, Maria da Conceição ([1984] 1985). “A Retomada da Hegemonia Norte-Americana”. In: *Revista de Economia Política*, Vol. 5, No. 2 (18), abril-junho.

_____ (1987). “Apresentação”. In: HOBSON, John Atkinson. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Nova Cultural.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves (2007). *Dependência, Desenvolvimento e Dominância Financeira*. São Paulo: IPE/USP, Tese de doutorado.

TRASPADINI, Roberta (1998). *A Perspectiva (Inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Uberlândia: IE/UFU.

WALLERSTEIN, Immanuel (2003). “Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema Mundo”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã.

_____ (2004). *World-Systems Analysis: an Introduction*. Durham: Duke University Press.